

Proc. Administrativo 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: SEF - Secretaria da Fazenda - A/C Bruno O.

Data: 11/03/2026 às 10:52:40

Setores envolvidos:

SADM, GAB, SEMA, SEF, PGM, SADM - DCL, CGM, SMIV, DEPCOM, DIO, PREF

Processo Licitatório - Coleta de Resíduos Domiciliares e Varrição.

Bom dia Bruno.

Pelo presente, solicito manifestação de dotação orçamentária para atender a demanda de contratação de serviços para as coletas de resíduos sólidos domiciliares e materiais recicláveis, e varrição de vias públicas.

Atenciosamente,

—

Marcelo Aparecido Rigueti Manguetti
Auxiliar Administrativo

Proc. Administrativo 1- 1.269/2026

De: Bruno O. - SEF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/03/2026 às 14:32:36

Segue anexo saldo de dotação.

—

Bruno Costa de Oliveira

Sec. Mun. da Fazenda

CRC-PR 067844/O-8

Anexos:

f0a46c76_1957_46d8_b102_27307341a3ee.pdf



MUNICIPIO DE MARIALVA

PARANÁ

Exercício: 2026

Balancete da despesa

Período: Janeiro/2026 até Março/2026

R\$ 1,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld. Empenhar
07.002.10.301.0109.2050 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA.31494					1.330.286,94	185.872,98	148.478,16	140.941,42	44.931,56	64.058,97	1.080.354,99
225	O	07.002.10.301.0109.2050.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31494	440.193,00	41.809,90	40.249,18	38.883,55	2.926,35	21.393,60	376.989,50
225	O	07.002.10.301.0109.2050.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	41494	890.093,94	144.063,08	108.228,98	102.057,87	42.005,21	42.665,37	703.365,49
07.002.10.302.0109.2051 - AQUISIÇÕES, MANUTENÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS.31494					120.000,00	3.422,95	1.935,90	929,13	2.493,82	0,00	116.577,05
241	O	07.002.10.302.0109.2051.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31494	20.000,00	3.422,95	1.935,90	929,13	2.493,82	0,00	16.577,05
241	O	07.002.10.302.0109.2051.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	41494	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
07.002.10.302.0109.2052 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.1000					4.412.458,48	1.428.198,88	1.334.478,62	1.277.994,47	150.204,41	751.238,45	2.233.021,15
256	O	07.002.10.302.0109.2052.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	2.300.000,00	74.758,91	74.758,91	73.852,17	906,74	604.937,87	1.620.303,22
256	O	07.002.10.302.0109.2052.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1303	1.500.000,00	1.353.439,97	1.259.719,71	1.204.142,30	149.297,67	146.300,58	259,45
256	O	07.002.10.302.0109.2052.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1510	455.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455.000,00
256	O	07.002.10.302.0109.2052.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31496	157.458,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.458,48
07.002.10.302.0109.2055 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE.1303					484.106,91	48.213,90	42.294,29	37.016,81	11.197,09	19.927,54	415.965,47
261	O	07.002.10.302.0109.2055.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1303	484.106,91	48.213,90	42.294,29	37.016,81	11.197,09	19.927,54	415.965,47
07.002.10.302.0109.2063 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SAMU .41494					100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
263	O	07.002.10.302.0109.2063.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	41494	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
07.002.10.302.0109.2176 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.1303					2.198,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.198,76
266	O	07.002.10.302.0109.2176.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1303	2.198,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.198,76
07.002.10.302.0109.8201 - EMENDA IMPOSITIVA - VEREADOR ANTÔNIO FERREIRA SILVA.91000					91.562,05	0,00	0,00	0,00	0,00	91.560,00	2,05
269	O	07.002.10.302.0109.8201.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	91000	91.562,05	0,00	0,00	0,00	0,00	91.560,00	2,05
07.002.10.302.0109.8231 - EMENDA IMPOSITIVA - VEREADORA NATHALIA SIMMER SEVILHA.91000					91.562,05	0,00	0,00	0,00	0,00	91.560,00	2,05
280	O	07.002.10.302.0109.8231.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	91000	91.562,05	0,00	0,00	0,00	0,00	91.560,00	2,05
07.002.10.302.0109.8238 - EMENDA IMPOSITIVA - VEREADOR PAULO CESAR DA SILVA.91000					61.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.990,00	10,00
285	O	07.002.10.302.0109.8238.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	91000	61.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.990,00	10,00
07.002.10.302.0109.8256 - EMENDA IMPOSITIVA - VEREADOR VALDEMIR ABILIO DE BRITO.91000					61.041,37	0,00	0,00	0,00	0,00	60.990,00	51,37
292	O	07.002.10.302.0109.8256.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	91000	61.041,37	0,00	0,00	0,00	0,00	60.990,00	51,37
07.002.10.304.0109.2072 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA.1303					26.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.650,00



MUNICIPIO DE MARIALVA
PARANÁ
Exercício: 2026

Balancete da despesa

Período: Janeiro/2026 até Março/2026

R\$ 1,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld. Empenhar
304	O	07.002.10.304.0109.2072.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1303	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
304	O	07.002.10.304.0109.2072.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31494	13.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.650,00
Totais					6.780.866,56	1.665.708,71	1.527.186,97	1.456.881,83	208.826,88	1.140.324,96	3.974.832,89

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE MARIALVA

13/03/2026 - 14:08:32

Proc. Administrativo 2- 1.269/2026

De: Bruno O. - SEF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/03/2026 às 15:17:04

Segue dotação correta, informo que a anexa no despacho anterior esta incorreta.

—

Bruno Costa de Oliveira

Sec. Mun. da Fazenda

CRC-PR 067844/O-8

Anexos:

b86d2408_27e1_4a47_8914_d634de365674.pdf



MUNICIPIO DE MARIALVA

PARANÁ

Exercício: 2026

Balancete da despesa

Período: Janeiro/2026 até Março/2026

R\$ 1,00

Red.	Nat.	Cód. Despesa	Descrição	Fonte	Desp. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Sld. Pagar	Reservado	Sld. Empenhar
13.001.18.542.0116.2047 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS.1000					3.400.000,00	861.518,33	861.518,33	746.536,45	114.981,88	316.383,68	2.222.097,99
616	O	13.001.18.542.0116.2047.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000	900.000,00	691.893,83	691.893,83	592.101,95	99.791,88	0,00	208.106,17
616	O	13.001.18.542.0116.2047.3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1511	2.500.000,00	169.624,50	169.624,50	154.434,50	15.190,00	316.383,68	2.013.991,82
Totais					3.400.000,00	861.518,33	861.518,33	746.536,45	114.981,88	316.383,68	2.222.097,99

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE MARIALVA

13/03/2026 - 15:16:21

Proc. Administrativo 3- 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: DEPCOM - Departamento de Compras

Data: 19/03/2026 às 15:07:20

Segue conteúdo anexo.

Atenciosamente,

—

Marcelo Aparecido Rigueti Manguetti

Auxiliar Administrativo

Anexos:

Cotacao_Banco_de_Precos_Coleta_Seletiva.pdf

Cotacao_PNCP_Servico_de_Coleta_de_Residuos_Domiciliares.pdf

Cotacao_PNCP_Servico_de_Varricao_de_Vias_Publicas.pdf

Cotacao_Sol_Ambiental.pdf

Email_Sol_Ambiental.pdf

Manifestacao_Transresiduos_Ambiental.pdf

Proposta_Linha_Verde.pdf

Proposta_Sanetran.pdf



Relatório de Cotação: Coleta de resíduos.

Pesquisa realizada entre 19/03/2026 10:51:18 e 19/03/2026 11:00:03

Relatório gerado no dia 19/03/2026 11:01:53 (IP: 177.220.190.251)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

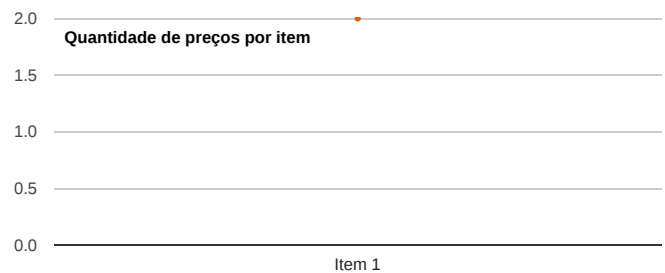
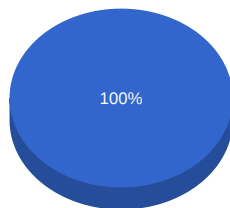
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) Coleta Seletiva - Materiais Recicláveis.	2	1 Unidade	R\$ 74.299,41 (un)	-	R\$ 74.299,41	100%	R\$ 74.299,41

Valor Global: R\$ 74.299,41

Valor do item em relação ao total

● 1) Coleta Seletiva...



Detalhamento dos Itens

Item 1: Coleta Seletiva - Materiais Recicláveis.

Preço Estimado: R\$ 74.299,41 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 74.299,41 Média dos Preços Obtidos: R\$ 74.299,41

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Coleta Seletiva - Materiais Recicláveis.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 46.223,90
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	MUNICIPIO DE ENTRE IJUIS / 7277 - Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís	Data:	14/11/2025 08:29
Objeto:	[Portal de Compras Públicas] - Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Coleta e Transporte de resíduos sólidos e recicláveis urbanos, de origem doméstica e comercial produzidos no Município de Entre-Ijuís/RS, até o aterro da empresa CRVR localizado no Município de Giruá/RS (ou outro que o município indicar de forma expressa).	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
		SRP:	NÃO
		Identificação:	89971782000110-1-000097/2025
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Homologação:	17/11/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	12
		Unidade:	Mês
		UF:	RS
Descrição:	Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Coleta e Transporte de resíduos sólidos e recicláveis urbanos, de origem doméstica e comercial produzidos no Município de Entre-Ijuís/RS, até o aterro da empresa CRVR localizado no Município de Giruá/RS (ou outro que o município indicar de forma expressa).		

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.390.082/0001-30	MARCOS ENGELHOF & CIA LTDA	R\$ 46.223,90
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante:	Fabricante não informado	
Modelo:		
Estado:	Cidade:	Endereço:
RS	Campina das Missões	OUTROS LINHA BURITI, SN
		Telefone:
		(55) 3567-1137/ (55) 3567-1126
		Email:
		esc.modelo@brmaster.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 102.374,92
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: PM DE SANTO AUGUSTO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município de Santo Augusto/RS, incluindo o recolhimento de resíduos orgânicos e inorgânicos, recicláveis ou não, enquadrados na Classe II A, gerados nos domicílios, feiras livres, estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e congêneres (exceto resíduos de saúde/hospitalar), dispostos nas vias e logradouros públicos do perímetro urbano do Município e no interior do Município em locais determinados, transporte até o aterro sanitário, recebimento e destinação final adequada, conforme dias da semana, horários, itinerários e demais especificações estabelecidas no Projeto Básico.

Descrição: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município de Santo Augusto/RS, incluindo o recolhimento de resíduos orgânicos e inorgânicos, recicláveis ou não, enquadrados na Classe II A, gerados nos domicílios, feiras livres, estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e congêneres (exceto resíduos de saúde/hospitalar), dispostos nas vias e logradouros públicos do perímetro urbano do Município e no interior do Município em locais determinados, transporte até o aterro sanitário, recebimento e destinação final adequada, conforme dias da semana, horários, itinerários e demais especificações estabelecidas no Projeto Básico, anexo ao Edital (ANEXO II).**

Data: 07/01/2026 00:00

Modalidade: Processo de Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 57800-1-2026-PRD

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 06/01/2026 21:00

Fonte: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO::>

Quantidade: 3

Unidade: MES

UF: RS

CNPJ		Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.582.276/0001-37		RECICLE - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 102.374,92
VENCEDOR			
Marca:			
Fabricante: Fabricante não informado			
Modelo:			
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RS	Palmeira das Missões	RODOVIA BR 468, S/N	(55) 3742-1245/ (55) 9964-2620





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 19/03/2026 11:00:03

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO::>

Data: 19/03/2026 10:59:23

Acessar a fonte [aqui](#)



Relatório gerado no dia 19/03/2026 11:01:53 (IP: 177.220.190.251)

Código Validação: IBfTuW0Ga6kclBvPbBa6v%2fqyNltV1v9GhE8NYvkN%2fkqHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticacao/Doc/Proc-Administrativo-B-269/2026-12-Anexo-1-Cotacao-Banco-de-Precos-Coleta-Selecionada.pdf> (4/4)

Úl

L

M

M

D

D

D

Id

J

S.

C

1	Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Urbanos do Município de Joaçaba/SC,	9240	R\$ 355,73	R\$ 3.286.945,20
<div><div><div>Item nº 1</div><div><div><div>Descrição:</div><div>Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Urbanos do Município de Joaçaba/SC, com 05 equipes diárias, tendo 05 motoristas, 15 coletores (sendo 2 de reserva técnica), 03 caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³ para coleta geral e 01 (um) caminhão compactador com capacidade entre 5 e 7m³, para coleta em locais de difícil acesso. Quantidade estimada de 770 toneladas mensais.</div></div></div><div><div><div>Critério de julgamento:</div><div>Menor preço</div></div><div><div>Situação:</div><div>Em andamento</div></div><div><div>Tipo:</div><div>Serviço</div></div></div><div><div><div>Categoria do item de leilão:</div><div>Não se aplica</div></div></div><div><div><div>Incentivo produtivo básico:</div><div>Não</div></div><div><div>Benefício:</div><div>Sem benefício</div></div><div><div>Margem de preferência normal:</div><div>Não</div></div></div><div><div><div>Margem de preferência adicional:</div><div>Não</div></div><div><div>Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):</div><div>Não</div></div></div><div><div><div>Quantidade:</div><div>9.240</div></div><div><div>Unidade de medida:</div><div>toneladas</div></div><div><div>Valor unitário estimado:</div><div>R\$ 355,73</div></div></div><div><div><div>Valor total estimado:</div><div>R\$ 3.286.945,20</div></div></div><div><div>RESULTADO(S)</div><div><div><div>Este item não possui resultado (fornecedor selecionado)</div></div></div></div></div></div>				
4	Serviços de Coleta e Transporte de resíduos recicláveis do Município de Joaçaba/SC, com 02 (dois) equipes diárias e mensais sendo cada uma composta por um motorista e dois coletores; Equipamento: 01 (um) caminhão coletor	24	R\$ 64.473,42	R\$ 1.547.362,08
5	Serviços de Coleta e Transporte de resíduos recicláveis do Município de Joaçaba/SC, com 02 (dois) equipes diárias sendo cada uma composta por um motorista e dois coletores; Equipamento: 01 (um) caminhão coletor compactador com capacidade de 15m³ e 01 (um) caminhão compactador com capacidade entre 5 e 7m³, para coleta em locais de difícil acesso.	4020	R\$ 162,00	R\$ 307.205,20

Conteiner 04 rodas para lixo
reciclável, resistente às
variações climáticas, rodas
em borracha maciça, de
Polietileno de Alta Densidade
– PEAD, na cor azul, com

Item nº 1

Descrição: Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Urbanos do Município de Joaçaba/SC, com 05 equipes diárias, tendo 05 motoristas, 15 coletores (sendo 2 de reserva técnica), 03 caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³ para coleta geral e 01 (um) caminhão compactador com capacidade entre 5 e 7m³, para coleta em locais de difícil acesso. Quantidade estimada de 770 toneladas mensais.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Em andamento **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não


Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 9.240 **Unidade de medida:** toneladas **Valor unitário estimado:** R\$ 355,73

Valor total estimado: R\$ 3.286.945,20

RESULTADO(S)

Este item não possui resultado (fornecedor selecionado)

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>
 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



[Home](#) > [Editais](#)

Edital nº 000006/2026

Última atualização 09/03/2026



[Acessar Contratação](#)

Local: Ibatiba/ES **Órgão:** MUNICIPIO DE IBATIBA **Unidade compradora:** 8676 - Prefeitura Municipal de Ibatiba

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 10/03/2026 13:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 24/03/2026 09:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 27744150000166-1-000011/2026 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Contratacao de empresa especializada na prestacao de servicos limpeza publica, incluindo varricao manual e mecanizada (quando necessario) em vias publicas pavimentadas e nao pavimentadas, servicos de capina, conservacao e limpeza de meio-fio, sarjetas e bocas de lobo do Municipio de Ibatiba-ES.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 2.754.567,96

<div>ItensArquivosHistórico</div>				
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado

1	Lote 1 - Limpeza e caiacao de meio fio das ruas pavimentadas, pracas, jardins nos distritos, povoados e sede. Limpeza e caiacao de meio fio das ruas pavimentadas, pracas, jardins nos distritos, povoados e sede do municipio. Funcionarios necessarios para o desempenho dos servicos:03 empregados	48000	R\$ 0,92	R\$ 44.160,00
2	Lote 1 - Varricao manual de vias e logradouros publicos (km de sarjeta), com transporte dos residuos ate o Varricao manual de vias e logradouros publicos (km de sarjeta), com transporte dos residuos ate o aterro controlado Funcionarios necessarios para o desempenho dos servicos:17 empregados	12000	R\$ 155,73	R\$ 1.868.760,00
3	Lote 1 - Capina manual de vias nao pavimentadas, com rastelamento e transporte dos residuos ate o aterro Capina manual de vias nao pavimentadas, com rastelamento e transporte dos residuos ate o aterro controladoFuncionarios necessarios para o desempenho dos servicos:09 empregados	133450	R\$ 1,36	R\$ 181.492,00
4	Lote 1 - Rocada manual ou mecanizada, com rastelamento e transporte dos residuos ate o Rocada manual ou mecanizada, com rastelamento e transporte dos residuos ate o aterro Controlado Funcionarios necessarios:05 empregados	100000	R\$ 1,49	R\$ 149.000,00
5	Lote 1 - Capina eletrica com utilizacao de equipamento de mutacao eletronica de eletrodos multiplos, pa Capina eletrica com utilizacao de equipamento de mutacao eletronica de eletrodos multiplos, para controle de plantas daninhas, com operador certificado.Funcionarios necessarios para o desempenho dos servicos:02 empregados	30000	R\$ 1,69	R\$ 50.700,00

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

PROPOSTA COMERCIAL – COTAÇÃO DE PREÇO

Solicitação de cotação de preço para prestação dos seguintes serviços:

OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, por menor Preço por Lote, conforme condições, quantidade, exigências e especificações discriminadas no Termo de Referência.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome da Empresa: Sol Brasil Soluções Ambientais Ltda.

CNPJ: 14.755.914/0001-77

Inscrição Estadual: 28.374.216-0

Representante Legal e Cargo: Humberto B. B. Godoy/Diretor Técnico-Comercial

Carteira de Identidade: 1418636 SEJUSP/MS - **CPF:** 050.216.579-09

Endereço: Av. Dr. Paulo Adolfo Bernard, 372

E-mail: humberto@solbrasilambiental.com.br

Telefone: (67) 3387-0021

2. VALORES

Deverá ser cotado, preço unitário por lote, de acordo com o Termo de Referência:

SERVIÇOS	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Tonela	700	R\$ 429,49	R\$ 300.643,00	R\$ 3.607.716,00
COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Mês	1	R\$ 97.398,40	R\$ 97.398,40	R\$ 1.168.780,80
VARRIÇÃO MANUAL COM MONITORAMENTO DO SERVIÇO REALIZADO	Km de borda	800	R\$ 239,86	R\$ 191.886,31	R\$ 2.302.635,73
Total				R\$ 589.927,71	R\$ 7.079.132,53

VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 7.079.132,53 (sete milhões, setenta e nove mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos)

3. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente solicitação.

4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

MUNICÍPIO DE MARIALVA/PR

RUA SANTA EFIGÊNIA, 680 – CENTRO – CEP 86.990-000

CNPJ: 76.282.680/0001-45

5. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Marialva/MS, 06 de março de 2026.

Humberto Belmonte de Barros Godoy
Representante Legal
Sol Ambiental

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Administracao Municipal" <administracao@marialva.pr.gov.br>
Para: compras@marialva.pr.gov.br
Data: 09/03/2026 07:43 (04 minutos atrás)
Assunto: Fw: Re: Fw: Título: Solicitação de Cotação dos seguintes serviços: coleta de resíduos domiciliares, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas.
06_03_26_COTAÇÃO_PROPOSTA COMERCIAL - MARIALVA_PR - SOL AMBIENTAL.pdf (291.28 KB)
Anexos: CUSTO_DA_VARRIÇÃO_MANUAL_MARIALVA_SOL_FEV_26.xlsx (77.68 KB)
COLETA_RES_SOL -MARIALVA_SOL_FEV_26 COM DISTRITOS.xlsx (978.05 KB)
COLETA SELETIVA - MARIALVA_SOL_FEV_26.xlsx (979.54 KB)
CUSTO_DA_ADMINISTRAÇÃO_LOCAL_- _MARIALVA_SOL_FEV_26.xlsx (969.63 KB)

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Humberto Belmonte de Barros Godoy"

<humberto@solbrasilambiental.com.br>

Data: 06/03/2026 22:38

Assunto: Re: Fw: Título: Solicitação de Cotação dos seguintes serviços: coleta de resíduos domiciliares, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas.

Para: "Administracao Municipal" <administracao@marialva.pr.gov.br>

Boa tarde!

Segue anexo, cotação solicitada e demais planilhas.

Qualquer dúvida fico à disposição.

Em sex., 20 de fev. de 2026 às 10:43, Administracao Municipal

<administracao@marialva.pr.gov.br> escreveu:

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Compras Compras" <compras@marialva.pr.gov.br>

Data: 13/02/2026 15:14

Assunto: Título: Solicitação de Cotação dos seguintes serviços: coleta de resíduos domiciliares, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas.

Para: humberto@solbrasilambiental.com.br

Com Cópia: administracao@marialva.pr.gov.br

Boa tarde Humberto.

Pelo presente instrumento, gentilmente, solicitamos orçamento referente aos serviços de coleta de resíduos, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas, com fins licitatórios para atender a demanda da municipalidade de Marialva – PR.

Segue anexos Termo de Referência e Planilha de Composição de Custos para a elaboração da cotação solicitada.

Juntamente com o supracitado orçamento, requeremos o envio da Planilha de Composição de Custos, no formato Excel e/ou compatível, devidamente preenchida com os valores utilizados para a parametrização da cotação; tal conduta justifica-se ante a necessidade de efetuar-se o cálculo da média dos orçamentos obtidos para apurar a precificação do procedimento licitatório.

Demandamos da referida cotação com certa celeridade, face a necessidade de programações institucional e orçamentária para a contratação, para tanto fixa-se o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para o retorno do conteúdo solicitado, caso não haja possibilidade de atendimento no prazo previsto, gentilmente, pede-se o obséquio de manifestação formal referente ao fato impeditivo da disponibilização do teor requerido para a extensão do aprazamento mencionado.

Em caso de dúvida, estou à disposição.

Certos de sua cooperação, antecipamos agradecimentos.

Departamento de Licitação e Contratos
Prefeitura Municipal de Marialva
(44) 3232-8372

--

Att,
Humberto Godoy
Diretor Técnico/Comercial
(67) 98111-9643



ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Eduardo Monteiro Bigelli" <licitacao@transresiduos.com.br>
Para: "Compras Compras" <compras@marialva.pr.gov.br>
Data: 05/03/2026 14:34 (09 minutos atrás)
Assunto: RES: Solicitação de Cotação dos seguintes serviços: coleta de resíduos domiciliares, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas.
Anexos: image001.jpg (1.42 MB)

Boa tarde.

A TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A. agradece o convite para participar da cotação de preços.

Contudo, informamos que não será possível encaminhar proposta neste momento, em razão de não dispormos do equipamento necessário.

Permanecemos à disposição para futuras oportunidades que estejam dentro do nosso escopo de atuação.

Atenciosamente,



Eduardo Monteiro Bigelli - Dudu

Engenharia

41 3332-2224

Rua William Booth, 537 - Boqueirão -
Curitiba/PR

licitacao@transresiduos.com.br

www.transresiduos.com.br

De: Compras Compras <compras@marialva.pr.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 08:07

Para: licitacao@transresiduos.com.br

Cc: angelo@transresiduos.com.br; administracao@marialva.pr.gov.br

Assunto: Solicitação de Cotação dos seguintes serviços: coleta de resíduos domiciliares, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas.

Bom dia Prezados.

Pelo presente instrumento, gentilmente, solicitamos orçamento referente aos serviços de coleta de resíduos, coleta de materiais recicláveis e varrição manual de vias públicas, com fins licitatórios para atender a demanda da municipalidade de Marialva – PR.

Segue anexos Termo de Referência e Planilha de Composição de Custos para a elaboração da cotação solicitada.

Juntamente com o supracitado orçamento, requeremos o envio da Planilha de Composição de Custos, no formato Excel e/ou compatível, devidamente preenchida com os valores utilizados para a parametrização da cotação; tal conduta justifica-se ante a necessidade de efetuar-se o cálculo da média dos orçamentos obtidos para apurar a precificação do procedimento licitatório.

Demandamos da referida cotação com certa celeridade, face a necessidade de programações institucional e orçamentária para a contratação, para tanto fixa-se o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para o retorno do conteúdo solicitado, caso não haja possibilidade de atendimento no prazo previsto, gentilmente, pede-se o obséquio de manifestação formal referente ao fato impeditivo da disponibilização do teor requerido para a extensão do aprazamento mencionado.

Em caso de dúvida, estou à disposição.

Certos de sua cooperação, antecipamos agradecimentos.

Departamento de Licitação e Contratos

Prefeitura Municipal de Marialva

(44) 3232-8372

ORÇAMENTO

Empresa: LINHA VERDE AMBIENTAL LTDA	
CNPJ: 29.323.691/0001-46	
Endereço: Rua Ubaldino do Amaral, nº 927, bairro Alto da Rua XV, Curitiba/PR, CEP: 80.045-150	
Contato (telefone e e-mail):	41 9 9884-8059 licita1@garbiambiental.com.br
Validade do orçamento: 30 DIAS	
<p>Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, por menor Preço por Lote, conforme condições, quantidade, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência.</p>	

SERVIÇOS	UNIDADE	Valor Unitário
COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Tonelada	R\$ 380,00
COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Mês	R\$ 85.000,00
VARRIÇÃO MANUAL COM MONITORAMENTO DO SERVIÇO REALIZADO	Km de borda	R\$ 135,00
VARRIÇÃO MECANIZADA COM VARREDEIRA ADAPTADA COM CHASSI AUTOPROPELIDA, COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Km de borda	R\$ 122,00
VALORES UNITÁRIOS		

KAUAN HENRIQUE
 PEREIRA DE
 HOLANDA:12207609944

Assinado de forma digital por
 KAUAN HENRIQUE PEREIRA DE
 HOLANDA:12207609944
 Dados: 2026.02.24 13:15:46 -03'00'

Curitiba/PR, 24 de fevereiro de 2026.

KAUAN HENRIQUE PEREIRA DE HOLANDA
CPF sob o nº 122.076.099-44

LINHA VERDE AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 29.323.691/0001-46

Rua Ubaldino do Amaral, nº 927, bairro Alto da Rua XV, Curitiba/PR, CEP: 80.045-150
 Telefone/Fax: (41)41 9 9884-8059 E-mail: licita@garbiambiental.com.br

Curitiba, 25 de Fevereiro de 2026

Proposta Comercial Nº 46/2026

À Prefeitura Municipal de Marialva

Prezados Senhores,

Apresentamos nossas condições para execução dos serviços de:

- Coleta manual e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais com gerenciamento de frotas;
- Coleta manual seletiva e transporte de recicláveis com gerenciamento de frotas;
- Varrição manual com monitoramento do serviço realizado;

Tomamos por base as informações fornecidas, complementadas com nossas avaliações das condições de acessibilidade e operacionais do local.

Com o intuito de que conheça melhor a SANETRAN, a seguir segue breve relato da empresa.

A SANETRAN



Curitiba/PR.

Sanetran é uma empresa que atua no setor de saneamento e gestão ambiental, oferecendo serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, bem como serviços de limpeza urbana e manutenção de áreas públicas.



Estamos focados em encontrar as melhores alternativas de destino para seu resíduo, buscando soluções mais rentáveis e sustentáveis.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuação em diversos setores e com a gestão integrada de todos os tipos de resíduos.



NOSSOS EQUIPAMENTOS



COMPACTADOR

COLETA

- Resíduos orgânicos ou recicláveis



ROLL-ON

COLETA

- Resíduos em grande volume



TANQUE E HIDROJATO

COLETA

- Coleta e lodo e efluente industriais e domésticos
- Limpeza e desobstrução de canaletas e tubulações
- Limpeza de estruturas industriais



CESTO AÉREO

- Poda de árvores
- Serviços em altura



VARREDEIRA

- Varrição mecânica de ruas e pátios



POLIGUINDASTE

COLETA

- Resíduos sólidos classe I e classe II
- Resíduos de construção civil



MUNK

COLETA

- Galhos
- Tambores
- IBCs



EQUIPAMENTOS DE ACONDICIONAMENTO

Uma seleção de equipamentos de acondicionamento de alta durabilidade e eficiência.



PROPOSTA E CONDIÇÕES COMERCIAIS

SERVIÇOS	UNIDADE	QTD.	Valor Unitário	TOTAL 12 MESES
COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Tonela	8.400	R\$ 360,67	R\$ 3.029.638,13
COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS COM GERENCIAMENTO DE FROTAS	Mês	12	R\$ 106.067,40	R\$ 1.272.808,76
VARRIÇÃO MANUAL CONSIDERANDO GUIA E CALÇADA COM MONITORAMENTO DO SERVIÇO REALIZADO	Km de borda	14400	R\$ 153,46	R\$ 2.209.839,87
Total				R\$ 6.512.286,76

- Os valores foram atualizados para a data base de fevereiro/2026 com atualização de salários e benefícios conforme convenção coletiva e atualização dos valores de insumos, veículos e equipamentos.
- A proposta contempla somente a operação com veículos novos.
- Os valores orçados foram considerados em um processo com todos os serviços em um único lote. Essa situação traz ganhos de economia de escala: com a utilização de uma única empresa para a prestação dos diversos serviços há otimização de mão de obra, infraestrutura, instalações, fiscalização, principalmente considerando a administração local, gerando otimização com a aglutinação dos serviços.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

• COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES E COLETA SELETIVA

O serviço compreende a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns, não perigosos, classe IIA, de acordo com a ABNT NBR 10.004/2004, gerados em residências, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais (desde pequenos geradores). Contempla também os resíduos provenientes da execução dos serviços de limpeza urbana (como da varrição manual, entre outros) e também a coleta, transporte e destinação final dos rejeitos provenientes da(s) cooperativa(s) de reciclagem que atuam no Município.

O serviço de coleta manual e containerizada será executado nas áreas urbana e rural do município, em vias e logradouros públicos, incluindo áreas de difícil acesso, desde que em condições de circulação de veículos, e nas vias que forem abertas durante o período de vigência do contrato.

Este serviço deverá ser monitorado, através de sistema de rastreador que possibilita a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, além de consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando as rotas das coletas realizadas.

FREQUÊNCIA

Frequência prevista no orçamento, sendo:

Coleta domiciliar:

- Área Urbana: 03 vezes por semana.
- Distritos: 02 vezes por semana.

Coleta Seletiva:

- Área Urbana: 02 vezes por semana.
- Distritos: 01 vez por semana.

EQUIPE

Equipe prevista para realização do serviço:

Coleta domiciliar:

- Área Urbana: 02 Equipes - cada equipe com 01 motorista e 03 coletores.
- Distritos: 01 Equipe - com 01 motorista e 02 coletores.

Coleta Seletiva:

- Área Urbana: 01 Equipes - cada equipe com 01 motorista e 03 coletores.
- Distritos: 01 Equipe dividida com a coleta domiciliar.

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Coleta domiciliar e seletiva:

- 04 Caminhões compactadores com 15 m³, com fabricação máxima ano de 2013;
- 01 Veículo Utilitário - fiscalização.

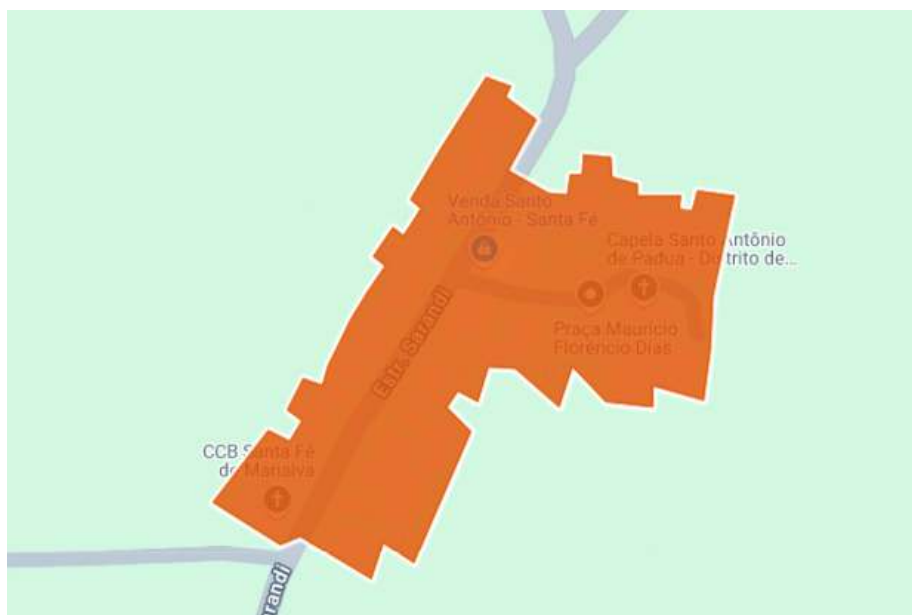


LOCAIS DE COLETA DOMICILIAR E SELETIVA

- Área de abrangência da coleta de resíduos domiciliares 03 vezes na semana e coleta seletiva 02 vezes na semana.



- Área de abrangência da coleta no Distrito de Santa Fé de Pirapó, coleta de resíduos domiciliares 02 vezes na semana e coleta seletiva 01 vez na semana.



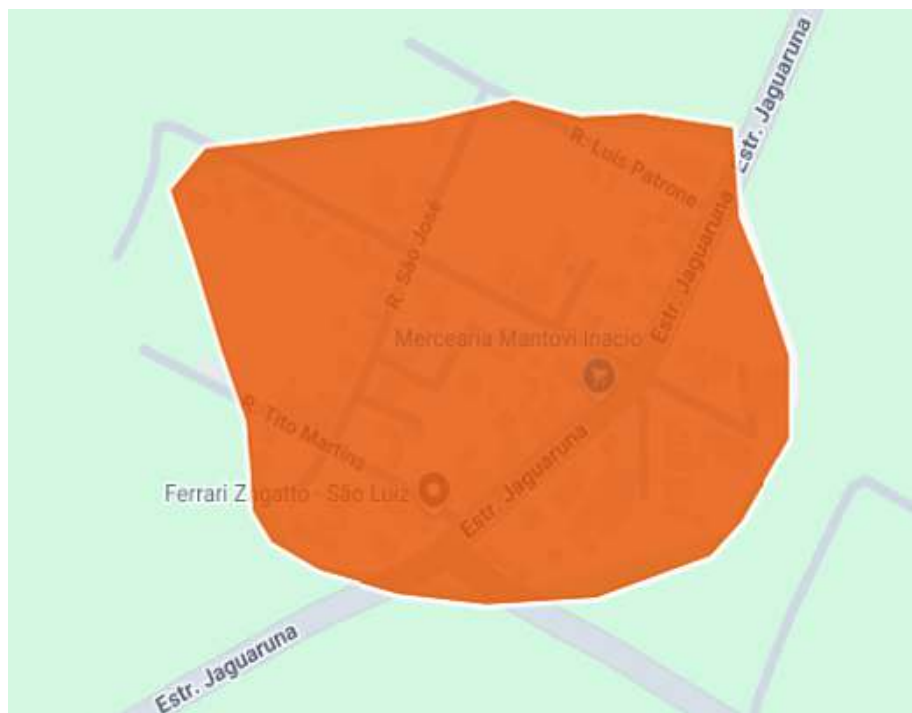
- *Área de abrangência da coleta no Distrito de Aquidabã, coleta de resíduos domiciliares 02 vezes na semana e coleta seletiva 01 vez na semana.*



- *Área de abrangência da coleta no Distrito de São Miguel do Cambuí, coleta de resíduos domiciliares 02 vezes na semana e coleta seletiva 01 vez na semana.*



- Área de abrangência da coleta no Distrito de São Luiz, coleta de resíduos domiciliares 02 vezes na semana e coleta seletiva 01 vez na semana.



GERENCIAMENTO DE FROTA:

Nossa frota é totalmente rastreada e monitorada, 24 horas por dia, onde poderão ser gerados relatórios de tempo e percurso, caso necessário, ou solicitado.

O sistema apresenta as funcionalidades e usabilidade através de uma plataforma on-line de monitoramento e gestão de frota.

O funcionamento da tecnologia de rastreamento de rotas envolve uma combinação de hardware e software, que trabalham de forma integrada para fornecer informações detalhadas sobre a localização, movimentação e condições das rotas.

Através de um login é possível realizar todo o controle, emissão de relatórios, visualizar rotas e acompanhar os serviços de coletas em tempo real.

Desenvolvido por especialistas utilizando as melhores e mais modernas tecnologias, permite a análise de imagens gravadas nos veículos de forma rápida e eficiente integrado ao seu fornecedor de GPS

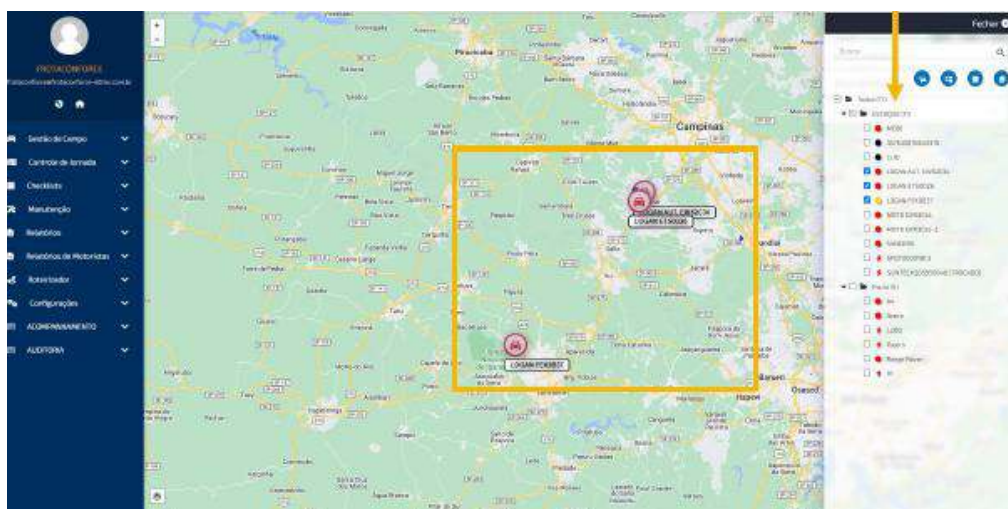
Isso traz transparência e qualidade na prestação do serviço da Sanetran, onde é possível o acompanhamento da rota em tempo real, trazendo melhora a eficiência operacional, garantir satisfação dos clientes, facilidade na gestão e segurança na prestação do serviço ao mesmo tempo em que possibilita o monitoramento e a análise contínua das operações

- Transparência na destinação correta;
- Pontualidade dos serviços;
- Controle de todas as operações;

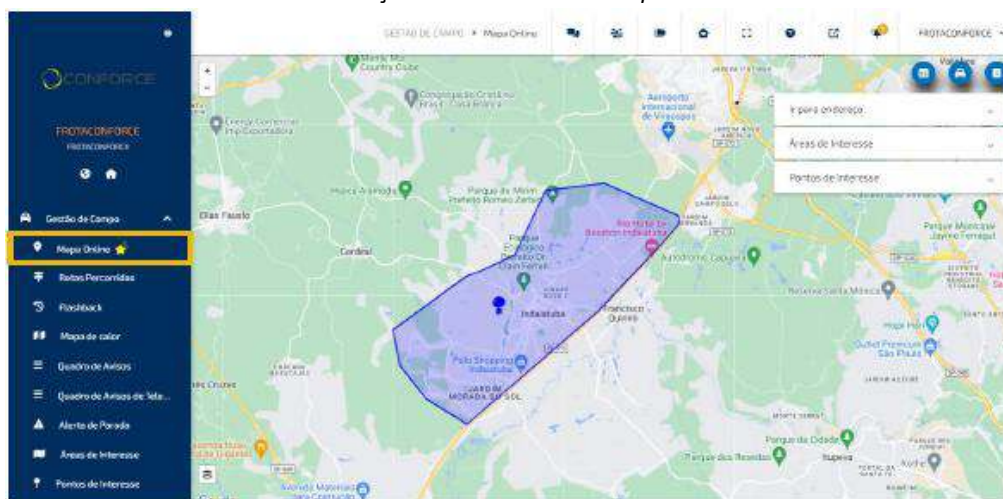
Dentro do sistema existem uma série de acompanhamentos e relatórios que poderão ser gerados e monitorados:

- Monitoramento em Tempo Real: Permite visualizar veículos e dados telemétricos em tempo real.

- Árvore de Veículos: Seleção dos veículos a serem exibidos no mapa.
- Legenda de Status: Diferencia veículos por status operacional.
- Grid de Monitoramento: Exibe dados detalhados em formato de tabela.
- Ações Rápidas:
 - Último trajeto do veículo;
 - Envio de mensagens diretas aos motoristas.
 - Acesso a ferramentas como Rotas Percorridas, Mapa de Calor e Relatórios.
 - Permite visualizar o trajeto percorrido por um veículo em determinado período.
 - Apresenta detalhes sobre telemetria, estatísticas e visualização de inputs.
 - Exportação de dados nos formatos Excel e KML.
 - Opção de análise de telemetria e visualização gráfica das informações.



Visualização dos veículos em tempo real



Mapa de monitoramento

● VARRIÇÃO MANUAL

O serviço compreende a varrição manual de todos os resíduos presentes nas sarjetas e meio-fio de vias e logradouros públicos, bem como a varrição de calçadas e o procedimento de instalação, esvaziamento, manutenção e reposição (quando danificados) de cestos papeleiros.

Os resíduos resultantes do serviço de varrição serão disponibilizados, em pontos de concentração ou em contentores, para a coleta pela equipe de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns (RSC).

- Serviço de varrição monitorada:

Este serviço deverá ser monitorado, através da aquisição e uso de equipamentos de rastreamento nos veículos Lutocar utilizados para varrição, possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, além de consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando em números quantos metros foram varridos no dia e mostrando no mapa qual setor foi executado.

Especificação técnica dos dispositivos: Os rastreadores deverão ser portáteis e obrigatoriamente homologados junto a Anatel;

Dados do dispositivo mínimo:

- Compatível GSM/GPRS;
- Gerenciamento do dispositivo pela web, com acesso ao plano de trabalho, frequências e transmissão de dados dos equipamentos;
- Receptor GPS/GNSS;
- Botão de energia para ligar e desligar. Pode ser desativado pelo protocolo de interface aérea;
- Capacidade de reconfiguração em campo via rede GSM (recepção de comandos via TCP e UDP);
- Chips de telemetria com pacote de dados superior a 5mb/mês para envio de dados.

FREQUÊNCIA

Varrição manual:

- Área urbana e distrito: será apresentado no plano de trabalho

EQUIPE

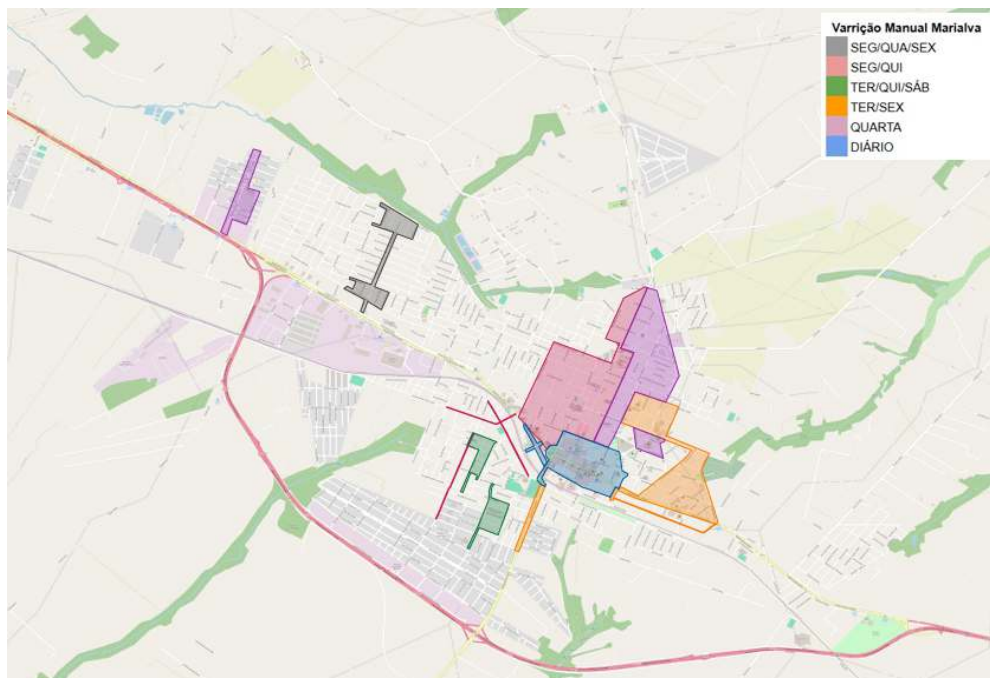
Equipe prevista para realização do serviço:

Varrição manual área urbana e distritos:

- 16 varredores;
- 01 motorista.



LOCAIS VARRIÇÃO MANUAL



VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Varrição manual:

- 01 caminhão carroceria cafofo;
- 16 carrinhos lutocar.
- 08 Sopradores

• ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS DISPOSITIVOS:

A SANETRAN disponibilizará durante todo o prazo contratual um sistema de informática com as seguintes funcionalidades:

- Recursos de visualização de dados no padrão de sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica), acessível via rede internet, sem necessidade de instalação de software nos computadores de usuários;
- Visualização temática de dados em camadas geoespaciais, com filtros que permitam visualizar dados específicos com atributos customizados de acordo com os usuários, assegurando a possibilidade de criação de várias camadas de visualização simultâneas, que contemplem, por exemplo, os planos operacionais de todos os serviços envolvidos no contrato, podendo ser habilitados e/ou desabilitados conforme padrão implementado em sistema SIG;
- Visualização simultânea do rastreamento de todos os recursos em períodos aleatórios, com camadas georreferenciadas em mapas juntamente com camadas dos planos operacionais, para fins de comprovação de execução dos serviços;

- Capacidade de cadastrar perfil de execução operacional padrão para visualização de não conformidade operacional;
- Possibilidade de comparação entre rotas previstas x rotas realizadas, em relatórios e mapas;
- Indicadores a Serem Gerados no Sistema.

Os dados e relatórios, extraídos diretamente do sistema, deverão permitir que a contratante tome conhecimento detalhado de toda as operações de campo e visualize seu desempenho e suas e suas eventuais não conformidades, através das seguintes informações por ele geradas:

- Indicadores da eficiência operacional;
- Rastreabilidade do serviço de varrição;
- Percentual de atendimento aos planos operacionais cadastrados;
- Produção, metragem e tempo produtivo e improdutivo resultantes dos serviços.

Está previsto 01 (um) caminhão para recolhimento e destinação final dos resíduos coletados.

MONITORAMENTO DO SERVIÇO DE VARRIÇÃO

A instalação dos rastreadores tem como objetivo monitorar e otimizar o serviço de varrição manual, garantindo que o serviço está sendo realizado.

Além disso, será possível: acompanhar a execução das rotas planejadas; apoio à fiscalização do Poder Concedente; aprimoramento na segurança dos trabalhadores, permitindo que sejam localizados rapidamente em caso de necessidade ou emergência.

O rastreador irá captar a localização em tempo real do lutocar e transmitirá os dados ao servidor, incluindo horário, localização e distância percorrida.

A plataforma de rastreamento permitirá a análise do roteiro realizado versus o planejado e permitirá a emissão de relatórios com dados reais.

- Transparência no fornecimento de dados e fiscalização do Poder Concedente;
- Maior controle na execução das rotas;
- Melhoria na fiscalização e auditoria dos serviços;
- Segurança operacional para os varredores, permitindo rastreamento em tempo real.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- Disponibilização de instalação necessárias para realização dos serviços;
- Sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos;
- Dispor de garagem ou pátio de estacionamento, licenciado pelo órgão ambiental conforme resoluções específicas, para a permanência de veículos;
- Dispor de instalação para atendimento do seu pessoal operacional, com:
 - escritório para controle de planejamento das atividades;
- Equipe administrativa local com: 01 supervisor e 02 jovens aprendizes;
- Dispor de local adequado para lavagem e desinfecção dos veículos e equipamentos, pelo órgão ambiental, com sistema de captação de água servida à rede coletora de esgoto ou um sistema de tratamento adequado.



CONDIÇÕES GERAIS

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

DECLARAMOS O ATENDIMENTO AO ART. 116, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, o qual cumprimos reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

DECLARAMOS comprometimento, no que couber com as práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

DECLARAMOS possuir caminhão reserva para substituição imediata em caso de falha mecânica ou indisponibilidade do caminhão, evitando a paralisação do serviço.

DECLARAMOS a implementação de um sistema eficaz de gestão de resíduos sólidos no município, na execução da coleta seletiva como medida sustentável e alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

DECLARAMOS a não utilização de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

DECLARAMOS cumprimento nos termos da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

DECLARAMOS cumprimento nos termos da Lei 12.846/2013 - Lei Anticorrupção Empresarial.

DECLARAMOS possuir responsável técnico para a prestação dos serviços proposto, com registro ativo no respectivo conselho de classe.

DECLARAÇÃO do cumprimento às normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados, em atendimento à legislação pertinente.

Responsabilizamo-nos pelos impostos decorrentes de nossas atividades, tais como leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, secundárias e sindicais, incidentes sobre o quadro funcional envolvido na execução dos serviços.

LICENÇAS NECESSÁRIAS:

Licença de operação transporte Classe II;

Licença de pátio ou declaração que possui local licenciado para estacionamento de caminhões;

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) - IBAMA.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Prazo de pagamento de 15 dias após o fechamento mensal ou serviço pontual executado. Ficará disponível online em nosso portal do cliente (<http://clientes.sanetran.com.br/>), a nota fiscal, boleto bancário, medição com descritivo dos serviços realizados no período e certificado, para acesso através de senha a ser enviada no e-mail cadastrado do cliente. O certificado estará disponível após a quitação do serviço realizado.

ALTERAÇÃO DO ESCOPO DE SERVIÇO:

Caso haja alteração no escopo do serviço (fluxo de coleta, local de coleta, local de destinação, equipamento, ou quantidade de equipamentos) os valores contratados serão revistos de acordo com o novo escopo.

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO GANDARA CRUVINEL
Data: 25/02/2026 17:19:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Cruvinel
Gerente Comercial

negocios@sanetran.com.br
Fone: 41 3355-5609
43 99675-0123



ANEXO - PLANILHAS DE PREÇOS



1. Coleta de Resíduos Sólidos		
Planilha para referência de Custos Mensal		
Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra	R\$ 72.643,64	28,77%
1.1. Coletor Turno Dia	R\$ 38.255,28	15,15%
1.2. Motorista Turno do Dia	R\$ 16.834,78	6,67%
1.3. Supervisor	R\$ 2.162,90	0,86%
1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	R\$ 1.464,38	0,58%
1.5. Benefícios	R\$ 13.926,30	5,52%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 1.100,45	0,44%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 112.339,58	44,50%
3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³	R\$ 110.735,15	43,86%
3.1.1. Depreciação	R\$ 28.000,00	11,09%
3.1.2. Remuneração do Capital	R\$ 17.850,00	7,07%
3.1.3. Impostos e Seguros	R\$ 3.511,68	1,39%
3.1.4. Consumos	R\$ 37.628,84	14,90%
3.1.5. Manutenção	R\$ 16.775,00	6,64%
3.1.6. Pneus	R\$ 6.969,63	2,76%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 4.019,50	1,59%
5. Administração Local	R\$ 2.594,67	1,03%
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 59.772,01	23,67%
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA	R\$ 252.469,84	

Quantitativos	
Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Coletor Turno Dia	8,0
1.2. Motorista Turno do Dia	3,0
1.3. Supervisor	0,4
1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	0,8
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	12
Veículos e Equipamentos	Quantidade
3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³	2,5

Fator de utilização (FU)	100%
---------------------------------	-------------

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.025,00	2.025,00	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.621,00	648,40	
Soma				2.673,40	
Encargos Sociais	%	78,87	2.673,40	2.108,51	
Total por Coletor				4.781,91	
Total do Efetivo	homem	8	4.781,91	38.255,28	
			Fator de utilização	1,00	38.255,28

1.2. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.137,25	3.137,25	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				3.137,25	
Encargos Sociais	%	78,87	3.137,25	2.474,35	
Total por Motorista				5.611,59	
Total do Efetivo	homem	3	5.611,59	16.834,78	
			Fator de utilização	1,00	16.834,78

1.3. Supervisor

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.023,00	3.023,00	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	162,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	

Soma				3.023,00	
Encargos Sociais	%	78,87	3.023,00	2.384,24	
Total por Gestor				5.407,24	
Total do Efetivo	homem	1	5.407,24	5.407,24	
			Fator de utilização	0,40	2.162,90

1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	1.023,35	1.023,35	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				1.023,35	
Encargos Sociais	%	78,87	1.023,35	807,12	
Total por jovens aprendizes				1.830,47	
Total do Efetivo	homem	2	1.830,47	3.660,94	
			Fator de utilização	0,40	1.464,38

1.5. Benefícios

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Alimentação	vale	12,2	780,00	9.516,00	
Desjejum	vale	12,2	205,00	2.501,00	
Auxílio Saúde	vale	12,2	94,50	1.152,90	
Fundo de Formação Profissional	vale	12,2	31,00	378,20	
Benefício Social Familiar	vale	12,2	31,00	378,20	
					13.926,30

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	72.643,64
---	------------------

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta refletiva	unidade	1/4	53,00	13,25	
Boné	unidade	1/4	32,00	8,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Luva de proteção	par	1/4	31,00	7,75	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	coletor	11	91,75	1.009,25	
			Fator de utilização	1,00	1.009,25

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta	unidade	1/4	53,00	13,25	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	motorista	1	76,00	91,20	
			Fator de utilização	1,00	91,20

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)	1.100,45
--	-----------------

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	590.000,00	590.000,00	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	80,00	590.000,00	472.000,00	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	60	472.000,00	7.866,67	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	250.000,00	250.000,00	
Vida útil do compactador	anos	5			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	80,00	250.000,00	200.000,00	
Depreciação mensal do compactador	mês	60	200.000,00	3.333,33	
Total por veículo				11.200,00	
Total da frota	unidade	2,5	11.200,00	28.000,00	
			Fator de utilização	1,00	28.000,00

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	590.000,00	590.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	590.000,0			

Selic

Investimento médio total do chassi	R\$	401.200,0		
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		5.015,00	5.015,00
Custo do compactador	unidade	1	250.000,00	250.000,00
Taxa de juros anual nominal	%	15		
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	250.000,0		
Investimento médio total do compactador	R\$	170.000,0		
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		2.125,00	2.125,00
Total por veículo				7.140,00
Total da frota	unidade	2,5	7.140,00	17.850,00
Fator de utilização				1,00
				17.850,00

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	2,50	8.400,00	1.750,00	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	2,50	7,58	18,95	
Seguro contra terceiros	unidade	2,50	697,09	1.742,73	
Impostos e seguros mensais	mês	12	9.104,67	3.511,68	
Fator de utilização				1,00	
					3.511,68

3.2. Veículo de Apoio

3.2.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	97.390,00	97.390,00	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	80,00	97.390,00	77.912,00	
Depreciação mensal veículo apoio	mês	60	77.912,00	1.298,53	
Total da frota	unidade	1	1.298,53	1.298,53	
Fator de utilização				0,40	
					519,41

3.2.2. Remuneração de Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	97.390,00	97.390,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	97.390,00			
Investimento médio total	R\$	77.912,00			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		973,90	973,90	
Total da frota	unidade	1	973,90	973,90	
Fator de utilização				0,40	
					389,56

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	973,90	81,16	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	7,58	7,58	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	208,33	208,33	
Impostos e seguros mensais	mês	12	1.189,81	297,07	
Fator de utilização				0,40	
					118,83

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal	8.230
-----------------------------	-------

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	1,67	6,420		
Custo mensal com óleo diesel	km	8.230	3,849	31.678,55	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	20,00	24,50		
Custo mensal com óleo do motor	km	8.230	0,490	4.032,70	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	5,00	35,50		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	8.230	0,178	1.460,83	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	2,00	17,75		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	8.230	0,036	292,17	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	1,00	20,00		
Custo mensal com graxa	km	8.230	0,020	164,60	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		4,572		
					37.628,84

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de gasolina / km rodado veículo apoio	km/l	8,00	6,590		
Custo mensal com gasolina veículo apoio	km	700	0,824	576,63	
					576,63

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	8.230	2,00	16.460,00	
Custo de manutenção do carro apoio	R\$/km rodado	700	0,45	315,00	
					16.775,00

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22.5	unidade	8	3.250,00	26.000,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	4	910,00	3.640,00	
Custo de recapagem	unidade	1,00	910,00		
Duração jg. compl. + 1 recap. / Mês	km/jogo	10	2.964,00	29.640,00	
Custo mensal com pneus / km rodado	km	35.000	29.640,00	0,85	
					6.969,63

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)	112.339,58
---	-------------------

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (3.5L)	unidade	3	69,00	207,00	
Pá de Concha	unidade	3	49,00	147,00	
Vassoura	unidade	3	59,00	177,00	
Saco plástico - lixeiras publicas	fardo	7	39,90	279,30	
Gerenciamento de frotas	unidade	2,50	319,00	797,50	
					1.607,80

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)	4.019,50
--	-----------------

5. Administração Local

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo com Aluquel	mês	0,40	4.050,00	1.620,00	
Custo com Água	mês	0,40	250,00	100,00	
Custo com Luz	mês	0,40	270,00	108,00	
Custo com Material de Limpeza	mês	0,40	320,00	128,00	
Custo com Material de expediente	mês	0,40	260,00	104,00	
Custo com ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	Anual	0,40	265,00	106,00	
Custo com plano de Celular	mês	0,40	90,00	36,00	
Custo com aquisição de Celular	mês	0,40	980,00	32,67	
Custo Educação Ambiental (planfetaçem)	mês	0,40	900,00	360,00	
					2.594,67

Custo Mensal Administração Local (R\$/mês)	2.594,67
---	-----------------

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)	192.697,83
---	-------------------

6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	36,03	192.697,83	69.429,03	
Abatimento PIS COFINS	%	(9,25)	104.400,22	(9.657,02)	
					59.772,01

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)	59.772,01
---------------------------------------	------------------

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)	252.469,84
-------------------------------------	-------------------

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/Ton)	Ton/mês	700	360,67
-------------------------------------	----------------	------------	---------------

2. Coleta Seletiva		
Planilha para referência de Custos Mensal		
Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra	R\$ 26.903,50	25,36%
1.1. Coletor Turno Dia	R\$ 14.345,73	13,53%
1.2. Motorista Turno do Dia	R\$ 5.611,59	5,29%
1.3. Supervisor	R\$ 1.351,81	1,27%
1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	R\$ 457,62	0,43%
1.5. Benefícios	R\$ 5.136,75	4,84%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 405,00	0,38%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 50.898,80	47,99%
3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³	R\$ 49.020,80	46,22%
3.1.1. Depreciação	R\$ 16.800,00	15,84%
3.1.2. Remuneração do Capital	R\$ 10.710,00	10,10%
3.1.3. Impostos e Seguros	R\$ 2.107,01	1,99%
3.1.4. Consumos	R\$ 11.042,74	10,41%
3.1.5. Manutenção	R\$ 5.947,50	5,61%
3.1.6. Pneus	R\$ 2.413,54	2,28%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 983,25	0,93%
5. Administração Local	R\$ 1.621,67	1,53%
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 25.255,18	23,81%
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA	R\$ 106.067,40	

Quantitativos	
Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Coletor Turno Dia	3,0
1.2. Motorista Turno do Dia	1,0
1.3. Supervisor	0,3
1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	0,3
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	5
Veículos e Equipamentos	Quantidade
3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³	1,5

Fator de utilização (FU)	100%
---------------------------------	-------------

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.025,00	2.025,00	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.621,00	648,40	
Soma				2.673,40	
Encargos Sociais	%	78,87	2.673,40	2.108,51	
Total por Coletor				4.781,91	
Total do Efetivo	homem	3	4.781,91	14.345,73	
			Fator de utilização	1,00	14.345,73

1.2. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.137,25	3.137,25	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				3.137,25	
Encargos Sociais	%	78,87	3.137,25	2.474,35	
Total por Motorista				5.611,59	
Total do Efetivo	homem	1	5.611,59	5.611,59	
			Fator de utilização	1,00	5.611,59

1.3. Supervisor

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.023,00	3.023,00	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.518,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				3.023,00	
Encargos Sociais	%	78,87	3.023,00	2.384,24	
Total por Gestor				5.407,24	

Total do Efetivo	homem	1	5.407,24	5.407,24	
			Fator de utilização	0,25	1.351,81

1.4. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	1.023,35	1.023,35	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				1.023,35	
Encargos Sociais	%	78,87	1.023,35	807,12	
Total por Auxiliar Administrativo				1.830,47	
Total do Efetivo	homem	1	1.830,47	1.830,47	
			Fator de utilização	0,25	457,62

1.5. Benefícios

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Alimentação	vale	5	780,00	3.510,00	
Desjejum	vale	5	205,00	922,50	
Auxílio Saúde	vale	5	94,50	425,25	
Fundo de Formação Profissional	vale	5	31,00	139,50	
Benefício Social Familiar	vale	5	31,00	139,50	
					5.136,75

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	26.903,50
---	------------------

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta refletiva	unidade	1/4	53,00	13,25	
Boné	unidade	1/4	32,00	8,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Luva de proteção	par	1/4	31,00	7,75	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	coletor	4	91,75	367,00	
			Fator de utilização	1,00	367,00

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta	unidade	1/4	53,00	13,25	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	motorista	1	76,00	38,00	
			Fator de utilização	1,00	38,00

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)	405,00
--	---------------

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador mínimo de 15 m³

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	590.000,00	590.000,00	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	80,00	590.000,00	472.000,00	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	60	472.000,00	7.866,67	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	250.000,00	250.000,00	
Vida útil do compactador	anos	5			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	80,00	250.000,00	200.000,00	
Depreciação mensal do compactador	mês	60	200.000,00	3.333,33	
Total por veículo				11.200,00	
Total da frota	unidade	1,5	11.200,00	16.800,00	
			Fator de utilização	1,00	16.800,00

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	590.000,00	590.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	590.000,00			
Investimento médio total do chassi	R\$	401.200,00			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		5.015,00	5.015,00	
Custo do compactador	unidade	1	250.000,00	250.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	250.000,00			

Investimento médio total do compactador	R\$	170.000,00		
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		2.125,00	2.125,00
Total por veículo				7.140,00
Total da frota	unidade	1,5	7.140,00	10.710,00
Fator de utilização				1,00
				10.710,00

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,50	8.400,00	1.050,00	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,50	7,58	11,37	
Seguro contra terceiros	unidade	1,50	697,09	1.045,64	
Impostos e seguros mensais	mês	12	9.104,67	2.107,01	
Fator de utilização				1,00	2.107,01

3.2. Veículo de Apoio

3.2.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	97.390,00	97.390,00	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	80,00	97.390,00	77.912,00	
Depreciação mensal veículo apoio	mês	60	77.912,00	1.298,53	
Total da frota	unidade	1	1.298,53	1.298,53	
Fator de utilização				0,25	324,63

3.2.2. Remuneração de Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	97.390,00	97.390,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	97.390,00			
Investimento médio total	R\$	77.912,00			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		973,90	973,90	
Total da frota	unidade	1	973,90	973,90	
Fator de utilização				0,25	243,48

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	973,90	81,16	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	7,58	7,58	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	208,33	208,33	
Impostos e seguros mensais	mês	12	1.189,81	297,07	
Fator de utilização				0,25	74,27

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal	2.850
-----------------------------	--------------

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,04	6,420		
Custo mensal com óleo diesel	km	2.850	3,152	8.982,19	
Custo de óleo do motor / 1.000 km rodados	l/1.000 km	20,00	24,50		
Custo mensal com óleo do motor	km	2.850	0,490	1.396,50	
Custo de óleo da transmissão / 1.000 km	l/1.000 km	5,00	35,50		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	2.850	0,178	505,88	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	2,00	17,75		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	2.850	0,036	101,18	
Custo de graxa / 1.000 km rodados	kg/1.000 km	1,00	20,00		
Custo mensal com graxa	km	2.850	0,020	57,00	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		3,875		
					11.042,74

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de gasolina / km rodado veículo apoio	km/l	8,00	6,590		
Custo mensal com gasolina veículo apoio	km	1.500	0,824	1.235,63	
					1.235,63

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	2.850	1,85	5.272,50	
Custo de manutenção do carro apoio	R\$/km rodado	1.500	0,45	675,00	
					5.947,50

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22.5	unidade	8	3.250,00	26.000,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	4	910,00	3.640,00	
Custo de recapagem	unidade	1,00	910,00		
Duração jg. compl. + 1 recap. / Mês	km/jogo	10	2.964,00	29.640,00	
Custo mensal com pneus / km rodado	km	35.000	29.640,00	0,85	
					2.413,54

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)	50.898,80
---	------------------

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (3.5L)	unidade	1	69,00	69,00	
Pá de Concha	unidade	1	49,00	49,00	

Vassoura	unidade	1	59,00	59,00	
Gerenciamento de frotas	unidade	1,50	319,00	478,50	
					655,50
Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)					983,25
5. Administração Local					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo com Aluguel	mês	0,25	4.050,00	1.012,50	
Custo com Água	mês	0,25	250,00	62,50	
Custo com Luz	mês	0,25	270,00	67,50	
Custo com Material de Limpeza	mês	0,25	320,00	80,00	
Custo com Material de expediente	mês	0,25	260,00	65,00	
Custo com ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	Anual	0,25	265,00	66,25	
Custo com plano de Celular	mês	0,25	90,00	22,50	
Custo com aquisição de Celular	mês	0,25	980,00	20,42	
Custo Educação Ambiental (planfetaagem)	mês	0,25	900,00	225,00	
					1.621,67
Custo Mensal Administração Local (R\$/mês)					1.621,67
CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)					80.812,22
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	36,03	80.812,22	29.116,64	
Abatimento PIS COFINS	%	(9,25)	41.745,54	(3.861,46)	
					25.255,18
CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)					25.255,18
PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)					106.067,40

3. Varrição Manual		
Planilha para referência de Custos Mensal		
Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra	R\$ 104.297,43	56,64%
1.1. Varredor	R\$ 74.907,89	40,68%
1.3. Motorista Turno do Dia	R\$ 5.611,59	3,05%
1.4. Supervisor	R\$ 1.892,53	1,03%
1.5. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	R\$ 1.281,33	0,70%
1.6. Benefícios	R\$ 20.604,08	11,19%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 1.639,55	0,89%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 23.472,94	12,75%
3.1. Veículo Carroceria e cafofo	R\$ 18.843,59	10,23%
3.1.1. Depreciação	R\$ 4.208,33	2,29%
3.1.2. Remuneração do Capital	R\$ 5.050,00	2,74%
3.1.3. Impostos e Seguros	R\$ 1.071,34	0,58%
3.2. Veículo de Apoio	R\$ 899,33	0,49%
3.2.1. Depreciação	R\$ 454,49	0,25%
3.2.2. Remuneração de Capital	R\$ 340,87	0,19%
3.2.3. Impostos e Seguros	R\$ 103,97	0,06%
3.3. Soprador costal	R\$ 485,33	0,26%
3.3.1. Depreciação	R\$ 373,33	0,20%
3.3.2. Remuneração do Capital	R\$ 112,00	0,06%
3.4. Carrinho Lutocar	R\$ 732,00	0,40%
3.4.1. Depreciação	R\$ 620,00	0,34%
3.4.2. Remuneração do Capital	R\$ 112,00	0,06%
3.5. Consumos	R\$ 2.048,34	1,11%
3.6. Manutenção	R\$ 1.907,00	1,04%
3.7. Pneus	R\$ 325,26	0,18%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 5.885,00	3,20%
5. Administração Local	R\$ 2.270,33	1,23%
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 46.588,07	25,30%
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA	R\$ 184.153,32	100%

Quantitativos	
Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Varredor	16,0
1.3. Motorista Turno do Dia	1,0
1.4. Supervisor	0,4
1.5. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais	0,7
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	18,1
	Quantidade
3.1. Veículo Carroceria e cafofo	1,0

Fator de utilização (FU)	100%
--------------------------	------

1. Mão-de-obra

1.1. Varredor

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.969,00	1.969,00	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.621,00	648,40	
Soma				2.617,40	
Encargos Sociais	%	78,87	2.617,40	2.064,34	
Total por Coletor				4.681,74	
Total do Efetivo	homem	16	4.681,74	74.907,89	
Fator de utilização				1,00	74.907,89

1.3. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.137,25	3.137,25	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				3.137,25	
Encargos Sociais	%	78,87	3.137,25	2.474,35	
Total por Motorista				5.611,59	
Total do Efetivo	homem	1	5.611,59	5.611,59	

Fator de utilização	1,00	5.611,59
---------------------	------	-----------------

1.4. Supervisor

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	3.023,00	3.023,00	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				3.023,00	
Encargos Sociais	%	78,87	3.023,00	2.384,24	
Total por Gestor				5.407,24	
Total do Efetivo	homem	1	5.407,24	5.407,24	
Fator de utilização				0,35	1.892,53

1.5. Jovem Aprendiz - 20 horas semanais

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	1.023,35	1.023,35	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.621,00		
Base de cálculo da Insalubridade		0			
Adicional de Insalubridade	%	40	-	-	
Soma				1.023,35	
Encargos Sociais	%	78,87	1.023,35	807,12	
Total por Auxiliar Administrativo				1.830,47	
Total do Efetivo	homem	2	1.830,47	3.660,94	
Fator de utilização				0,35	1.281,33

1.6. Benefícios

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Alimentação	vale	18,1	780,00	14.079,00	
Desjejum	vale	18,1	205,00	3.700,25	
Auxílio Saúde	vale	18,1	94,50	1.705,73	
Fundo de Formação Profissional	vale	18,1	31,00	559,55	
Benefício Social Familiar	vale	18,1	31,00	559,55	
					20.604,08

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	104.297,43
---	-------------------

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta refletiva	unidade	1/4	53,00	13,25	
Boné	unidade	1/4	32,00	8,00	
Calçado de segurança	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Luva de proteção	par	1/4	31,00	7,75	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	coletor	17	91,75	1.559,75	
Fator de utilização				1,00	1.559,75

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Calça	unidade	1/4	71,00	17,75	
Camiseta	unidade	1/4	53,00	13,25	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	1/4	91,00	22,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/4	68,00	17,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1/4	21,00	5,25	
Total do Efetivo	motorista	1	76,00	79,80	
Fator de utilização				1,00	79,80

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)	1.639,55
--	-----------------

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Carroceria e cafofo

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	440.000,00	440.000,00	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	50,00	440.000,00	220.000,00	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	60	220.000,00	3.666,67	
Custo de aquisição cafofo e carroceria	unidade	1	65.000,00	65.000,00	
Vida útil do compactador	anos	5			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	50,00	65.000,00	32.500,00	
Depreciação mensal do compactador	mês	60	32.500,00	541,67	

Total por veículo				4.208,33	
Total da frota	unidade	1	4.208,33	4.208,33	
			Fator de utilização	1,00	4.208,33
3.1.2. Remuneração do Capital					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade	1	440.000,00	440.000,00	Selic
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	440.000,00			
Investimento médio total do chassis	R\$	352.000,00			
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$		4.400,00	4.400,00	
Custo do compactador	unidade	1	65.000,00	65.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	65.000,00			
Investimento médio total do compactador	R\$	52.000,00			
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		650,00	650,00	
Total por veículo				5.050,00	
Total da frota	unidade	1	5.050,00	5.050,00	
			Fator de utilização	1,00	5.050,00
3.1.3. Impostos e Seguros					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	4.400,00	366,67	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	7,58	7,58	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	697,09	697,09	
Impostos e seguros mensais	mês	12	5.104,67	1.071,34	
			Fator de utilização	1,00	1.071,34
3.2. Veículo de Apoio					
3.2.1. Depreciação					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	97.390,00	97.390,00	
Vida útil do chassis	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassis	%	80,00	97.390,00	77.912,00	
Depreciação mensal veículo apoio	mês	60	77.912,00	1.298,53	
Total da frota	unidade	1	1.298,53	1.298,53	
			Fator de utilização	0,35	454,49
3.2.2. Remuneração de Capital					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade	1	97.390,00	97.390,00	Selic
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	97.390,00			
Investimento médio total	R\$	77.912,00			
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$		973,90	973,90	
Total da frota	unidade	1	973,90	973,90	
			Fator de utilização	0,35	340,87
3.2.3. Impostos e Seguros					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	973,90	81,16	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	7,58	7,58	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	208,33	208,33	
Impostos e seguros mensais	mês	12	1.189,81	297,07	
			Fator de utilização	0,35	103,97
3.3. Soprador costal					
3.3.1. Depreciação					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição	unidade	1	1.680,00	1.680,00	
Vida útil	anos	3			
Idade	anos	0			
Depreciação	%	100,00	1.680,00	1.680,00	
Depreciação mensal	mês	36	1.680,00	46,67	
Total	unidade	8	46,67	373,33	
			Fator de utilização	1,00	373,33
3.3.2. Remuneração do Capital					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo	unidade	1	1.680,00	1.680,00	Selic
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	1.680,00			
Investimento médio total	R\$	1.120,00			
Remuneração mensal de capital	R\$		14,00	14,00	
Total	unidade	8	14,00	112,00	
			Fator de utilização	1,00	112,00
3.4. Carrinho Lutocar					
3.4.1. Depreciação					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição	unidade	1	930,00	930,00	
Vida útil	anos	2			
Idade	anos	0			

Depreciação	%	100,00	930,00	930,00	
Depreciação mensal	mês	24	930,00	38,75	
Total	unidade	16	38,75	620,00	
				Fator de utilização	1,00
					620,00

3.4.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo	unidade	1	930,00	930,00	Selic
Taxa de juros anual nominal	%	15			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	930,00			
Investimento médio total	R\$	697,50			
Remuneração mensal de capital	R\$		8,72	8,72	
Total	unidade	16	8,72	139,50	
				Fator de utilização	1,00
					139,50

3.5. Consumos

Quilometragem mensal	800
-----------------------------	-----

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	3,49	6,420		
Custo mensal com óleo diesel	km	800	1,837	1.469,94	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	20,00	24,50		
Custo mensal com óleo do motor	km	800	0,490	392,00	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	5,00	35,50		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	800	0,178	142,00	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	2,00	17,75		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	800	0,036	28,40	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	1,00	20,00		
Custo mensal com graxa	km	800	0,020	16,00	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		2,560		
					2.048,34

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de gasolina / km rodado veículo apoio	km/l	8,00	6,590		
Custo mensal com gasolina veículo apoio	km	1.500	0,824	1.235,63	
Custo de gasolina / hora soprador	l/h	0,65	6,590		
Custo mensal com gasolina de 8 sopradores	h	1.280	4,284	5.482,88	
					6.718,51

3.6. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	800	0,90	720,00	
Custo de manutenção do carro apoio	R\$/km rodado	1.500	0,45	675,00	
Custo de manutenção de 8 sopradores	Unidade	8	20,00	160,00	
Custo de manutenção de 16 carrinho lutocar	Unidade	16	22,00	352,00	
					1.907,00

3.7. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22.5	unidade	10	2.600,00	26.000,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	4	615,00	2.460,00	
Custo de recapagem	unidade	1,00	615,00	615,00	
Duração jg. compl. + 1 recap. / Mês	km/jogo	2	14.230,00	28.460,00	
Custo mensal com pneus / km rodado	km	35.000	14.230,00	0,41	
					325,26

Custo Mensal com Veiculos e Equipamentos (R\$/mês)	23.472,94
---	------------------

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (3.5L)	unidade	4	69,00	276,00	
Pá de Concha	unidade	16	49,00	261,33	
Vassoura	unidade	16	59,00	314,67	
Saco plastico	fardo	70	39,90	2.793,00	
Gerenciamento de carrinho	unidade	16	140,00	2.240,00	
					5.885,00

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)	5.885,00
--	-----------------

5. Administração Local

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo com Aluquel	mês	0.35	4.050,00	1.417,50	
Custo com Água	mês	0.35	250,00	87,50	
Custo com Luz	mês	0.35	270,00	94,50	
Custo com Material de Limpeza	mês	0.35	320,00	112,00	
Custo com Material de expediente	mês	0.35	260,00	91,00	
Custo com ART - Anotacao de Responsabilidade Técnica	Anual	0.35	265,00	92,75	
Custo com plano de Celular	mês	0.35	90,00	31,50	
Custo com aquisição de Celular	mês	0.35	980,00	28,58	
Custo Educação Ambiental (planfetaagem)	mês	0.35	900,00	315,00	
					2.270,33

Custo Mensal Administração Local (R\$/mês)	2.270,33
--	----------

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)	137.565,25
--	------------

6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	36,03	137.565,25	49.564,76	
Abatimento PIS COFINS	%	(9,25)	32.180,38	(2.976,69)	
					46.588,07

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)	46.588,07
--------------------------------	-----------

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)	184.153,32
------------------------------	------------

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/km)	km/mês	1200	153,46
-----------------------------	--------	------	--------

ENCARGOS SOCIAIS	
GRUPO "A"	36,80%
INSS	20,00%
FGTS	8,00%
RAT	3,00%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%
SESC Sesi	1,50%
SENAC / SENAI	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
GRUPO "B"	11,31%
FÉRIAS GOZADAS	7,92%
AUXILIO DOENÇA	2,22%
AFASTAMENTOS MAIS DE 15 DIAS	0,15%
ACIDENTE DE TRABALHO	0,09%
AUXILIO PATERNIDADE	0,03%
FALTAS LEGAIS	0,58%
TREINAMENTO NR 5	0,32%
GRUPO "C"	12,00%
1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAL F. GOZADAS	2,64%
13o. SALÁRIO	9,26%
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,10%
GRUPO "D"	9,58%
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	1,70%
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO LEI 12.506	0,84%
REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,49%
MULTA DO FGTS	3,97%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ARTIGO 1o Lei 110/91	0,99%
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,15%
FÉRIAS INDENIZADAS	1,08%
1/3 CONSTITUCIONAIS DE FÉRIAS INDENIZADAS	0,36%
GRUPO "E"	0,36%
ABONO PECUNIÁRIO	0,27%
1/3 CONSTITUCIONAIS DO ABONO PECUNIÁRIO	0,09%
GRUPO "F"	8,82%
FGTS S/ AVISO PRÉVIO	0,20%
INCIDÊNCIAS SOBRE O SAL. MATERNIDADE	0,02%
INCIDÊNCIAS SOBRE O 13o SALÁRIO AV.PREVIO	0,02%
INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" S/ O GRUPO "B" mais "C"	8,58%
TOTAL DOS ENCARGOS	78,87%

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

			Referência estudo TCE		
			1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	5,08%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	10,85%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	1,20%	i	10,50%	
Tributos - ISS	T	3,00%	DU	30	
Tributos - PIS/COFINS		9,25%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
{[(1+AC+SRG) x (1+L) x (1+DF)] / (1-T)} - 1					
Resultado do cálculo do BDI:		36,03%	21,43%	27,17%	33,62%
Abatimento PIS COFINS		-3,04%			
Resultado do cálculo do BDI:		32,99%			

5. Depreciação Referencial TCE/RS (%)	
Idade do veículo (ano)	Depreciação Média
1	33,63
2	43,13
3	48,68
4	52,62
5	55,68
6	58,18
7	60,29
8	62,12
9	63,73
10	65,18
11	66,48
12	67,67
13	68,77
14	69,79
15	70,73

6. Remuneração de Capital

Fórmula de cálculo da remuneração de capital:

$$J_m = \frac{I_m \times i}{12}$$

$$I_m = (V_0 - V_r) \frac{(n + 1)}{2n} + V_r$$

Jm = remuneração de capital mensal

i = taxa de juros do mercado (sugere-se adotar a taxa SELIC)

Im = investimento médio

V0 = valor inicial do bem

Vr = valor residual do bem

n = vida útil do bem em anos

Proc. Administrativo 4- 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: DEPCOM - Departamento de Compras

Data: 19/03/2026 às 15:09:15

Segue anexo - Modelo Planilha de Custo.

—
Marcelo Aparecido Rigueti Manguetti
Auxiliar Administrativo

Anexos:

Modelo_Planilha_de_Custo.xlsx

Proc. Administrativo 5- 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: SADM - DCL - Departamento de Licitação - A/C Marcos S.

Data: 19/03/2026 às 15:11:11

Boa tarde Marcos.

Segue conteúdo, devidamente, assinado para trâmite.

—

Marcelo Aparecido Rigueti Manguetti

Auxiliar Administrativo

Anexos:

Demonstrativo_de_Formulacao_de_Precos.pdf

Documento_de_Formalizacao_da_Demanda_n_2934_Secretaria_Municipal_de_Meio_Ambiente.pdf

Termo_de_Referencia.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Cesar Mantovani	19/03/2026 15:31:25	1Doc	CESAR MANTOVANI CPF 848.XXX.XXX-91
Fernando Boschini	19/03/2026 16:11:23	1Doc	FERNANDO BOSCHINI CPF 072.XXX.XXX-04

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **B7B4-3D9F-13E8-6B47**

DEMONSTRATIVO DA FORMULAÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARIALVA

DEMONSTRATIVO ELABORADO EM 11/03/2026

PERCENTUAL MÁXIMO DE DISPARIDADE ACEITÁVEL, OU SEJA, A MAIOR PARA CADA PREÇO PESQUISADO EM RELAÇÃO AO MENOR DENTRE ELAS:											40														
OR.	CÓD.	QTD.	UNID. DE MED.	DESCRIÇÃO (RESUMIDA)	Fonte 01 - PNCP	Fonte 02 - Empresa Sol Ambiental	Fonte 03 - Empresa Linha Verde	Fonte 04 - Empresa Sanebran	Fonte 05 - Transresíduos	Fonte 06- Banco de Preços	Fonte 07	MENOR PREÇO DA PESQUISA	MENOR PREÇO + % DE DISPARIDADE ACEITÁVEL	ÚLTIMO PREÇO HOMOLOGADO NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES	PREÇO 1 CONSIDERADO	PREÇO 2 CONSIDERADO	PREÇO 3 CONSIDERADO	PREÇO 4 CONSIDERADO	PREÇO 5 CONSIDERADO	PREÇO 6 CONSIDERADO	PREÇO 7 CONSIDERADO	MÉDIA DE TODOS OS PREÇOS DA PESQUISA, INCLUINDO O ÚLTIMO ARREMATADO	MÉDIA DOS PREÇOS CONSIDERADOS CONFORME CRITÉRIO PADRÃO	PREÇO MÁXIMO SUGERIDO PARA EDITAL	PREÇOS TOTAIS SUGERIDOS PARA EDITAL
1	106679	10800	Tonelada	COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS	R\$ 355,73	R\$ 429,49	R\$ 380,00	R\$ 360,67	-			355,73	498,02		355,7300	429,4900	380,0000	360,6700	FALSO	0,0000	0,0000	381,47	381,47	381,47	4.119.876,00
2	106680	12	Mensal	COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS.		R\$ 97.398,40	R\$ 85.000,00	106,067,40	-	R\$ 74.299,41		74.299,41	104.019,17		FALSO	97.398,4000	85.000,0000	FALSO	FALSO	74.299,4100	0,0000	85.565,94	85.565,94	85.565,94	1.026.791,28
3	305607	10800	km	VARRIÇÃO MANUAL NA ÁREA TOTAL DAS VIAS PÚBLICAS.	R\$ 155,73	R\$ 239,86	R\$ 135,00	R\$ 153,46	-			135,00	189,00		155,7300	FALSO	135,0000	153,4600	FALSO	0,0000	0,0000	171,01	148,06	148,06	1.599.048,00
QUANTIDADE DE PREÇOS COLETADOS NA PESQUISA DE MERCADO:					11	OBS.: OS CAMPOS COM PREENCHIMENTO AO FUNDO NA COR CINZA DEVEM PERMANECER INALTERADOS.																TOTAL R\$		6.745.715,28	



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 2934

Dados Gerais

Data do Pedido: 11/03/2026

Centro de custo: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Prazo de Entrega/Execução: Conforme cronograma. Prazo de Pagamento: 30 dias.

Registro de Preço: Contato: 44 3232-7651

Justificativa

Contratação de empresa para efetuar os serviços de: Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, Coleta de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual de Vias Públicas.

Itens do Pedido							
LOTE	ORDEM	ITEM	UNIDADE	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	106679	TONELADA	10800	COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS.	381,4700	4.119.876,00
1	2	106680	MENSAL	12	COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECIKLÁVEIS.	85.565,9400	1.026.791,28
1	3	305607	KM	10800	VARRIÇÃO MANUAL NA AREA TOTAL DAS VIAS PÚBLICAS.	148,0600	1.599.048,00

Total geral: R\$ 6.745.715,28



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos

Processo Administrativo nº 1269

Anexo nº 1763

Documento de Formalização da Demanda nº 2934

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, por menor Preço por Lote, conforme condições, quantidade, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência, conforme segue:

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106679 - COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS.	TONELA	10.800	381,47	4.119.876,00
		2	106680 - COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS.	Mensal	12	85.565,94	1.026.791,28
AMPLA	Lote 2	1	305607 - VARRIÇÃO MANUAL NA AREA TOTAL DAS VIAS PÚBLICAS.	KM	10.800	148,06	1.599.048,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, da data de assinatura de contrato, o instrumento contratual poderá ser prorrogado por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1 A assinatura do referido contrato será efetuada após 15 (Quinze) dias úteis após a homologação do certame, prazo este que poderá ser estendido, por igual período, a critério da Contratante.

2.2. Em conformidade ao Artigo nº 107, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (Dez) anos.

2.3. Em caso de aditivo de prorrogação contratual o índice utilizado para reajuste será o IPCA.



3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Brevemente, a presente contratação justifica-se face a demanda pela manutenção do serviço de limpeza pública junto a municipalidade de Marialva – PR.
- 3.2. Nota-se ainda que, a presente contratação assegurará a inibição do surgimento de vetores transmissores de doenças preservando assim a saúde pública, e promovendo a devida proteção ao meio ambiente, em conformidade a legislação vigente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

- 5.1.1. A Contratada deverá atender o correto manejo, coleta e destinação dos resíduos para a devida execução contratual, de acordo com a legislação ambiental vigente.

5.2. Subcontratação

- 5.2.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.3. Garantia da Contratação

- 5.3.1. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, a partir do recebimento de sua via de contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (Cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 5.3.2. Em conformidade ao Artigo nº 97, da Lei nº 14.133/2021, o recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:
- 5.3.3. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 5.3.4. Seguro-garantia.
- 5.3.5. O Edital fixa prazo de 01 (Um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo Contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia, como previsto no inciso II do § 1º, do Artigo nº 96, da Lei 14.133/2021.
- 5.3.6. Fiança bancária emitida por Banco ou Instituição Financeira devidamente autorizada à operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- 5.3.7. Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa



renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

5.3.8. A garantia destina-se, qualquer que seja a modalidade escolhida, ao pagamento de:

5.3.9. Prejuízo advindo pelo não cumprimento do objeto do contrato.

5.3.10. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

5.3.11. Prejuízos diretos causados à Contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.3.12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

5.3.13. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

5.3.14. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (Sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (Dois por cento).

5.3.15. O atraso superior a 25 (Vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

5.3.16. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

5.3.17. Será considerada extinta a garantia:

5.3.18. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e,

5.3.19. Com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

5.3.20. O Município de Marialva – PR não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

5.3.21. Caso fortuito ou força maior.

5.3.22. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

5.3.23. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante.

5.3.24. Atos ilícitos dolosos praticados por servidor da Contratante.

5.3.25. Caberá à Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nesta seção, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

5.3.26. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser



comunicados pela Contratante à Contratada e/ou à instituição garantidora, no prazo de 90 (Noventa) dias após o término do contrato.

5.3.27. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela Seguradora.

5.4. Da exigência de amostra

5.4.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

5.5. Obrigações das Partes

5.5.1. Da Contratada

5.5.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente contratação;

5.5.1.2. O cumprimento integral do objeto;

5.5.1.3. Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto, bem como com os demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

5.5.1.4. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;

5.5.1.5. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.5.1.6. Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.1.7. Executar a prestação do serviço nas devidas condições, devendo promover a devida adequação, imediatamente, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.5.1.7.1. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.5.1.7.2. Não obedecer a execução do serviço, em conformidade ao previsto junto ao modelo.

5.5.1.8. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

5.5.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.5.1.10. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.5.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.5.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;



5.5.1.13. Acatar as orientações do município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.5.2. Da Contratante

5.5.2.1. Receber o serviço, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas em Edital da Licitação, Termo de Referência.

5.5.2.2. Receber o serviço e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.5.2.3. Proporcionar as ações demandadas para a devida execução do contrato, inclusive, quando necessário, permitindo acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante.

5.5.2.4. Designar gestor e fiscal de contrato, os quais serão responsáveis por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação aplicável;

5.5.2.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;

5.5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.5.2.7. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.5.2.8. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.5.2.9. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.6. Infrações e Sanções

5.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.6.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.6.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.6.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do Licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante;

5.6.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.6.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.6.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;



5.6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.6.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.6.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.6.2.1.1. advertência;

5.6.2.1.2. multa;

5.6.2.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.6.2.1.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.6.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.6.2.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.6.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.6.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.6.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.6.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.7.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.7.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor



da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótes alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6. Severidade

6.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertencia;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de

inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de

inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de

inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação. -

- Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de

inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

6.2. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:



CONDUTAS ITEM		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª



							vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

6.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

6.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir



do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

6.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

6.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

7. Moratória

7.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

7.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

7.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

7.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

7.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

7.6. Compensatório de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

7.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condição e local de entrega



8.1.1. Os serviços de Coleta e Transporte de resíduos domiciliares e comerciais, e Coleta Seletiva deverão ter início 30 (Trinta) dias úteis após a assinatura de contrato. A (s) Contratada (s) poderá (ão) solicitar, por igual período, a dilação do prazo estabelecido, solicitação esta, devidamente, justificada, a qual será avaliada pela Unidade Requisitante, podendo ser deferida ou não.

8.1.1.1. O serviço compreende a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns, não perigosos, Classe IIA, em conformidade à ABNT NBR 10.004/2004, gerados em residências, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais.

8.1.1.2. O serviço de coleta e containerizada será executado em áreas urbana, distritais e rural do município de Marialva – PR, em vias e logradouros públicos, incluindo áreas de difícil acesso, desde que em condições de tráfego de veículos, e demais vias que forem incorporadas durante a vigência contratual.

8.1.1.3. O destino final dos resíduos coletados será depositado no local indicado pela Unidade Requisitante.

8.1.1.4. O serviço deverá ser monitorado, através de rastreador possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando as rotas das coletas efetuadas.

8.1.1.5. Frequência – Coleta de Resíduos Domiciliar:

8.1.1.5.1. Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde/Roxo		X	X	X	X	X	X
Vermelho		X		X		X	
Amarelo			X		X		X

8.1.1.5.1.1. Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Mapa por Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Verde/Roxo	Fazendo divisa entre a RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA PAPA JOÃO XXIII e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a RUA NOSSA SENHORA DO ROCIO. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: parte da Av. Cristóvão Colombo; parte da Av. Rangel Pestana; parte da Av. Ruy Barbosa; parte da Rua Atílio Ferri; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Formosa; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos: Rua Vitorio Bornia; parte da Rua Washington Luiz. Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA DIONÍSIO HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandes até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandes; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Vermelho	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até o CONJUNTO HABITACIONAL ANTONIO ALMEIDA ROSA – TELÊ. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandes no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua



	Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Santa Rita; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 2; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Jardim Yamanaka; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Amarelo	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Eptácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Brasília; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Bairro Jardimópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro Vila Zonta; Conjunto Habitacional Giácomo Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional Keiji Watanabe; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin; e Loteamento Vila Maria Zilda.

8.1.1.5.2. Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:
Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-	Terça-	Quarta-	Quinta-	Sexta-	Sábado
---------	----------	--------	---------	---------	--------	--------



	Feira	Feira	Feira	Feira	Feira	
	X		X		X	

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivai; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

8.1.1.5.3. Área – Estradas Rurais: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		

Descrição do Setor	Estradas.
	Estrada Jaguaruna – São Luiz + 0,6 Kms; Estrada Jaguaruna – São Luiz + 2,3 Kms; Estrada Karana + 7,6 Kms; Estrada Fruteira + 1,2 Kms; Estrada Velha 3,8 Kms; Estrada Carro de Boi/Estrada Iti + 5,7 Kms; Estrada Perobinha 2,7 Kms; Estrada Vieira 3,3 Kms; Estrada Professor Paulino 3,0 Kms; Estrada Platero 3,2 Kms; Estrada do Esse 3,2 Kms; Estrada Ponte Queimada/Santa Fé 1,6 Kms, Estrada da Mina 1,1 Kms; Estrada Cooperativa 1,7 Kms.

8.1.1.6. Frequência – Coleta Seletiva:

8.1.1.6.1. Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

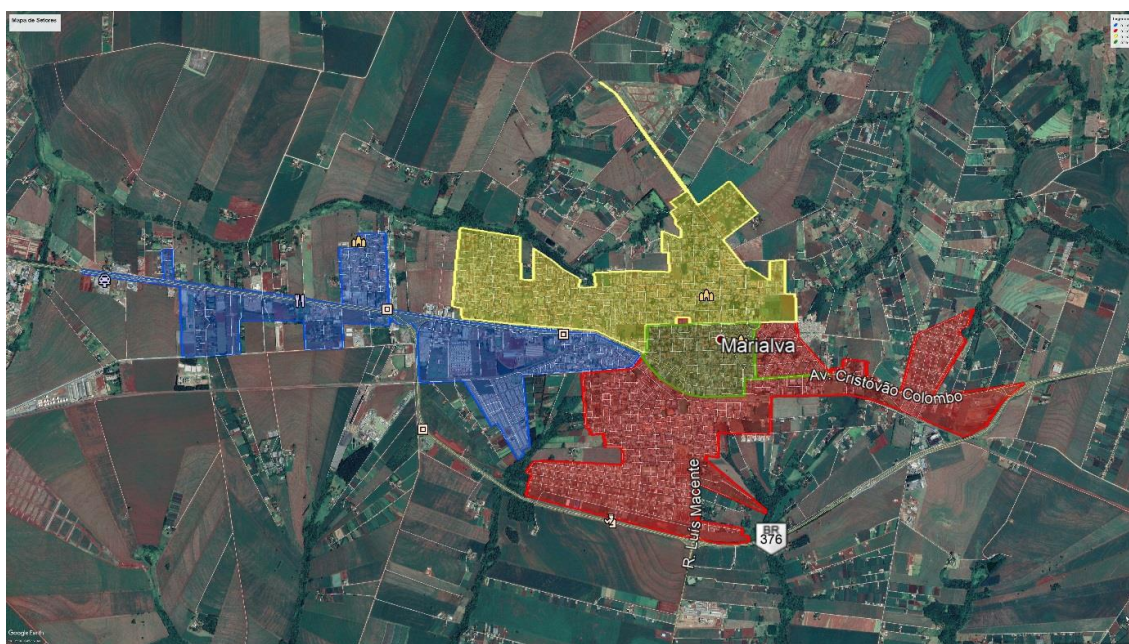
Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde		X	X	X	X	X	X



Amarelo			X			X	
Vermelho		X			X		
Azul				X			X

8.1.1.6.1.1. Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas
Verde	Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS Até a RUA DIONÍSIO HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandes até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandes; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Amarelo	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até a divisa do LOTEAMENTO PARQUE DAS VIDEIRAS (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandes no



	sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Parque Industrial nº 2; Jardim Yamanaka.
Vermelho	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Eptácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Loteamento Vila Maria Zilda; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Azul	Fazendo Divisa NO LOTEAMENTO SANTA RITA; até O POSTO AMIGÃO; até a divisa do CONJUNTO RESIDENCIAL KEIJI WATANABE (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; Rua Agostinho Depieri; Bairro Santa Rita; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardimópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro Vila Zonta; Conjunto Habitacional Giacomo Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin.



8.1.1.6.2. Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		X

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivai; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

8.1.1.7. Equipe – Coleta Domiciliar de Resíduos:

8.1.1.7.1. Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

8.1.1.7.2. Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motorista e 02 (Dois) coletores.

8.1.1.8. Equipe – Coleta Seletiva:

8.1.1.8.1. Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

8.1.1.8.2. Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motoristas e 02 (Dois) coletores.

8.1.1.9. Veículos e Equipamentos – Coleta Domiciliar de Resíduos e Coleta Seletiva:

8.1.1.9.1. 04 (Quatro) caminhões compactadores com no mínimo de 15 m³.

8.1.1.9.2. 01 (Um) veículo utilitário para uso do serviço de fiscalização.

8.1.2. Varrição Manual.

8.1.2.1. O serviço de varrição manual compreende, de forma integral, a remoção dos resíduos presentes na área total das vias e logradouros públicos, nas sarjetas, meio-fio de vias e logradouros públicos, bem como a varrição de calçadas.

8.1.2.1.1. Os sacos coletores utilizados serão fornecidos pela Contratada.



- 8.1.2.2. A varrição deverá ser abranger a area total das vias públicas e logradouros da municipalidade de Marialva – PR, **não limitando-se ao bordo da pista.**
- 8.1.2.3. Os resíduos resultantes do serviço de varrição serão depositados, em ponto de concentração ou em contentores, para posterior coleta da equipe, transporte, e destinação final deresíduos sólidos comuns (RSC).
- 8.1.2.4. O serviço deverá ser monitorado, através de aquisição e uso de equipamentos de rastreamento nos veículos LUTOCAR utilizados para a varrição, disponibilizados pela Contratada, possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacinal da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando em números a quantidade de metros foram varridos no dia, e mostrando no mapa qual setor foi executado.
- 8.1.2.4.1. Os rastreadores deverão ser portáteis e obrigatoriamente homologados junto à Anatel.
- 8.1.2.4.1.1. Dados mínimos dos rastreadores: compatível GSM/GPRS; Gerenciamento dos dispositivo via WEB, com acesso ao Plano de Trabalho, frequências e transmissão de dados dos equipamentos; Receptor GPS/GNSS; Botão de energia para ligar e desligar, podendo ser desativado pelo Protocolo de Interface Aérea; Capacidade de reconfiguração em campo via rede GSM (Recepção de Comandos via TCP e UDP); Chip de telemetria com pacote de dados superior a 5 mb/mês para envio de dados.
- 8.1.2.5. A varrição manual deverá ser efetuada através de sopradores.
- 8.1.2.6. Frequência – Varrição Manual.
- 8.1.2.6.1. Áreas Urbana e Distritos: conforme Plano de Trabalho apresentado pela Contratada.
- 8.1.2.7. Equipe – Varrição Manual – Áreas urbana e distritos
- 8.1.2.7.1. 16 (Dezesseis) varredores;
- 8.1.2.7.2. 01 (Um) motorista.
- 8.1.2.8. Veículos e Equipamentos.
- 8.1.2.8.1. Varrição Manual.
- 8.1.2.8.1.1. 01 (Um) caminhão carroceria cafofo.
- 8.1.2.8.1.2. 16 (Dezesseis) carrinhos Lutocar.
- 8.1.2.9. A Contratada, durante a vigência contratual, deverá disponibilizar recursos de visualização de dados no padrão de sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica) via rede internet, sem a necessidade de instalação de software em computadores.
- 8.1.2.9.1. O recurso deverá fornecer visualização temática de dados em camadas geoespaciais, com filtros que permitam acessar dados específicos com atributos customizados de acordo com os usuários, assegurando a possibilidade de criação de várias camadas de visualização simultâneas, que contemplem os planos operacionais do serviço envolvido no contrato, podendo ser habilitadas e/ou desabilitadas, conforme



padrão implementado em sistema SIG.

8.1.2.9.2. A ferramenta deverá permitir visualização simultânea do rastreamento, de forma integral, dos recursos em períodos aleatórios, com camadas georreferenciadas em mapas juntamente com camadas dos planos operacionais, para fins de comprovação de execução dos serviços.

8.1.2.9.3. O sistema deverá possuir a capacidade de cadastrar perfil de execução operacional padrão para visualização de não conformidade operacional.

8.1.2.9.4. O sistema deverá permitir a possibilidade de comparação de rotas previstas x rotas realizadas, em relatórios e mapas.

8.1.2.9.5. Os indicadores deverão ser gerados no sistema de informação.

8.1.3. Administração Local.

8.1.3.1. A Contratada deverá disponibilizar a instalação física necessária para a realização dos serviços.

8.1.3.2. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para prover o pleno funcionamento dos veículos e equipamentos utilizados na execução do serviço.

8.1.3.3. A Contratada deverá dispor de garagem e/ou instalação similar, licenciada pelo Órgão Competente em conformidade a legislação ambiental vigente, para a permanência dos veículos.

8.1.3.4. A Contratada deverá disponibilizar instalação para o atendimento dos funcionários envolvidos na execução do serviço, com no mínimo, escritório para o controle e planejamento das atividades inerentes ao contrato.

8.1.3.5. A Contratada deverá disponibilizar equipe administrativa com no mínimo de: 01 (Um) Supervisor e 02 (Dois) jovens aprendizes.

8.1.3.6. A Contratada deverá dispor de local adequado para a lavagem e desinfecção dos veículos e equipamentos, devidamente licenciado pelo Órgão Competente em conformidade à legislação vigente, com sistema de captação de água servida à rede coletora de esgoto ou um sistema de tratamento adequado.

8.1.4. Execução do serviço – Coleta de Resíduos Domiciliares.

8.1.4.1. Define-se, Coleta de Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais com características domiciliares.

8.1.4.2. A Contratada deverá apresentar no Plano Técnico de Trabalho onde serão efetuadas as coletas manuais, conforme os bairros estipulados previamente neste Projeto Básico.

8.1.4.3. Quando não houver possibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário ao coletor retirar os resíduos apresentados na via pública e transportá-los até local onde será idealizada a



bandeira que será coletada pelo veículo coletor.

8.1.4.3.1. A bandeira será idealizada em proximidade ao meio-fio de modo a acompanhar o fluxo da via pública, em dias de índice pluviométrico (Chuva), a bandeira não poderá ser idealizada próximo ao meio-fio de modo a evitar a retenção de água e encharcamento dos sacos plásticos que podem se romper.

8.1.4.3.2. A bandeira não poderá ser idealizada em frente a acesso de veículos, sejam eles em área residencial, comercial ou industrial, e esta não poderá ficar em tempo superior a 30 (trinta) minutos.

8.1.4.3.3. O local em via pública onde for idealizada a bandeira, após a sua coleta e que por ventura haja o rompimento da embalagem que armazena o resíduo, seja durante a sua idealização ou predação por animais soltos em vias públicas (cães, gatos ou equinos), deverá ser realizada a limpeza de modo que não fiquem restos alimentares ou outros resíduos que tenham saídos dos sacos plásticos.

8.1.4.4. A Contratada deverá realizar a coleta dos resíduos domiciliares, sejam quais for os recipientes ou embalagens utilizadas para seu acondicionamento, devendo a mesma comunicar os munícipes das exigências legais, e na reincidência, comunicar o fato à fiscalização do Município de Marialva – PR para as devidas providências.

8.1.4.5. O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares serão executados pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, conforme Plano Técnico de Trabalho.

8.1.4.6. Nas áreas, onde a frequência de coleta ocorre em dias alternados, 03 (Três) vezes por semana, não poderá haver interrupção por tempo superior à 48 (Quarenta e oito) horas, ou seja, 03 (Três) dias, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando de sua ocorrência, mesmo em dias de feriados civis ou religiosos, de forma que o serviço não venha sofrer descontinuidade nos locais onde o serviço é alternado, havendo a exceção nos dias 01 de Janeiro, de Páscoa, e 25 de Dezembro.

8.1.4.7. Os trabalhadores que efetuarem as tarefas de coleta e transporte deverão apresentar-se nos locais e horários de trabalho munidos dos equipamentos de proteção individual (EPI) e devidamente uniformizados.

8.1.4.7.1. A Contratada deverá fornecer integralmente os equipamentos de proteção individual (EPI) à seus trabalhadores, em conformidade a legislação vigente.

8.1.4.8. Integralmente, as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazaras e sem danificar os recipientes disponibilizados.

8.1.4.9. Nas situações, em que o munícipe destina os resíduos para a coleta, através de recipientes reutilizáveis, estes deverão ser esvaziados completamente, tomando precauções para não os danificar. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem pelos coletores.

8.1.4.10. No transporte dos resíduos até ao destino final, a Contratada deverá tomar,



de forma integral, as precauções no sentido de evitar o transbordamento do veículo, e o derramamento de chorume nas vias públicas.

8.1.4.10.1. Em caso de transbordamento de resíduos e derramamento de Chorume, a Contratada devesse, imediatamente, efetuar a limpeza do local, inclusive com lavagem se necessário.

8.1.4.11. Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes, que caírem dos recipientes, lixeiras ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

8.1.4.12. Nas operações em que o veículo coletor efetuar manobra em marcha ré, é expressamente proibido ao coletor permanecer atrás do mesmo, na plataforma ou no estribo.

8.1.4.13. Os coletores não poderão permanecer na plataforma operacional quando da execução de compactação.

8.1.4.14. O serviço a ser efetuado pela Contratada seguirá as instruções estabelecidas no presente instrumento e demais dispositivos estabelecidos no processo licitatório, bem como legislação e normas regulamentadoras vigentes, em especial a NR-38.

8.1.4.15. Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população, ou por outra ocorrência não prevista, poderá o Município de Marialva – PR determinar à Contratada que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores ou de pessoal necessário para a execução do serviço.

8.1.4.16. A Contratada deverá transportar os resíduos sólidos coletados até o Aterro Sanitário Municipal de Marialva – PR, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban.

8.1.4.17. A Contratada, obrigatoriamente, deverá efetuar a pesagem diária dos resíduos coletados para informar posteriormente à Contratante as respectivas quantidades, perante conferência de um servidor pré-designado no local, sendo que a balança localiza-se no interior do próprio Aterro Sanitário Municipal.

8.1.4.18. Durante a execução contratual, as manutenções preventiva e corretiva necessárias para o pleno funcionamento da balança, já existente no local e pertencente ao município de Marialva – PR, tais como: conservação predial e estrutural, responsabilidade sobre a emissão da certificação de calibração/aferação contínua, dentre outras, ficarão sob a responsabilidade da Contratada.

8.1.4.19. Em caso de intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superiores.

8.1.4.20. A Contratada obriga-se a efetuar a coleta dos resíduos em vias públicas criadas após o início da execução contratual, sem custos adicionais à Contratante.



8.1.5. Execução do serviço – Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis.

8.1.5.1. Define-se, Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis, o serviço de recolhimento de materiais, devidamente, embalados pelos munícipes, tais como: plásticos, metais, vidros, papel e papelão, oriundos de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, residências e comerciais, sem limite proposto.

8.1.5.2. A Contratada deverá recolher os resíduos recicláveis domiciliares e comerciais, sejam quais forem os recipientes utilizados, competindo-lhe avisar os munícipes das exigências legais.

8.1.5.3. Os recipientes esvaziados, quando utilizados, deverão ser recolocados onde estavam em pé, no local de origem.

8.1.5.4. Os veículos utilizados deverão ser do Tipo Compactador, visando à redução de viagens ao CTC (face à distância considerável das áreas de coleta urbana e referido CTC) devido à sua capacidade de transportar maior quantidade de materiais em virtude da compactação, contribuindo com a produtividade e rapidez na operação de descarga do material, já que são providos de mecanismos de ejeção, eliminando os inconvenientes sanitários decorrentes da presença do trabalhador acondicionando o material na carroceria ou a sua queda em via pública.

8.1.5.5. O material reciclável deverá ser recolhido de forma que não transborde para a via pública. Caso ocorra o referido transbordo, deverá a Contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, quando necessário.

8.1.5.6. Os resíduos recicláveis depositados nas vias públicas pelos munícipes, caídos dos recipientes ou da atividade de coleta, deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

8.1.5.7. O caminhão utilizado para a coleta dos materiais recicláveis deverá possuir cor diferente daquela utilizada nos veículos em uso na coleta de resíduos sólidos, com o objetivo de facilitar a sua identificação.

8.1.5.8. A Contratada fará o recolhimento dos materiais recicláveis dispostos nos depósitos (Lixeiras), com procedimentos de esvaziamento, manutenção e reposição de sacos coletores, quando danificados.

8.1.5.8.1. Os sacos coletores utilizados deverão ser fornecidos pela Contratada, inclusos àqueles de reposição.

8.1.5.9. Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superiores.

8.1.5.10. A Contratada deverá transportar os resíduos recicláveis coletados até o Centro de Triagem e Compostagem (CTC), anexo ao Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, Lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban, Marialva – PR.



8.1.6. Execução do serviço – Varrição Manual.

8.1.6.1. Define-se, serviço de varrição manual como a utilização de mão de obra humana destinada à limpeza e remoção integral os resíduos de uma forma em geral contidos nas áreas totais das vias públicas, **não limitando-se ao bordo**, utilizando-se de sopradores, tais como: folhas, pequenas embalagens, papéis, papelões, jornais, dentre outros.

8.1.6.2. O serviço de varrição das vias públicas deverá ser efetuado por sopradores.

8.1.6.3. A Contratada deverá executar o referido serviço de varrição, através de sopradores, na superfície total da via pública em direção às bordas do meio fio, inclusive debaixo dos veículos estacionados.

8.1.6.3.1. Os resíduos acumulados, nas bordas do meio fio, obtidas através da varrição da área total das vias públicas, deverão ser recolhidos e embalados, manualmente, através do uso de vassouras, pás, ou com a utilização de equipamento que efetue a sucção dos mesmos.

8.1.6.4. A Contratada deverá efetuar a varrição em vias públicas do Município de Marialva – PR (Avenidas, logradouros, caminhos, estradas, vielas, rodovias e etc.), conforme estipulado pela Contratante.

8.1.6.4.1. As vias públicas, alvos do serviço de varrição, serão definidas pela Contratante, e poderão ser alteradas durante a vigência contratual, inclusive, com a inclusão de logradouros não contemplados no início da execução contratual.

8.1.6.4.2. A partir de determinação da Contratante, a Contratada executará o serviço de varrição em logradouros de forma pontual, ou seja, compreendendo períodos específicos.

8.1.6.5. O serviço de varrição manual será executado pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, e/ou, caso necessário, em período diverso a ser definido pela Contratante.

8.1.6.6. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) veículo para o transporte dos resíduos, com potência mínima de 150 HP. Veículo este que poderá ser adaptado com o cafofo para transporte de pessoas.

8.1.6.6.1. Caso o veículo não atenda as referidas exigências, a Contratada deverá agregar um outro para atender a legislação vigente, o qual será utilizado para apoio, transporte, e inclusive para uso na coleta dos resíduos da varrição.

8.1.6.7. O serviço de varrição manual terá medição linear da extensão das vias. No caso de pista dupla com canteiro central, a medição se dará em cada uma das pistas.

8.1.6.8. A Contratada deverá preencher relatório diário, identificando os pontos de cada setor onde for executado o serviço, não devendo ser quilometrados os locais que não receberam a varrição em virtude de chuva, falta de acesso e/ou situações similares.

8.1.6.8.1. O supracitado relatório deverá conter a identificação dos responsáveis pela



variação, seguida das respectivas assinaturas, sujeito à aprovação pela Contratante.

8.1.6.9. O itinerário e a frequência mais adequados para execução do serviço por setor deverão ser informados previamente no Plano Técnico de Trabalho, sujeito à aprovação pela Contratante.

8.1.6.10. Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superior.

8.1.7. A(s) Vencedora(s) dos Lotes nºs 01 e 02, até a data de assinatura de contrato, deverá(ão) apresentar o devido planejamento do projeto a ser executado, contendo na íntegra os processos imprescindíveis para a obtenção do resultado final em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, aqui denominado Plano Técnico de Trabalho, que atenda a todas as especificações e demais elementos técnicos deste Projeto Básico.

8.1.7.1. O Plano Técnico de Trabalho será apreciado por comissão, com os representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, que aprovará ou não o mesmo, por meio de parecer.

8.1.7.1.1. O referido plano deverá ser aprovado até a data limite para assinatura de contrato, sujeito à desclassificação da Licitante Vencedora no certame, caso o mesmo não seja aprovado até a referida data.

8.1.7.1.2. Ambas as partes poderão propor readequações dos serviços de forma a assegurar a melhoria da qualidade dos mesmos, ficando sempre a cargo de aprovação da Contratante.

8.1.7.1.3. O Plano Técnico de Trabalho deverá conter e evidenciar claramente:

8.1.7.1.3.1. Descrição detalhada dos serviços a serem executados com todo planejamento dos serviços a serem contratados, métodos a empregar, suas localizações, mapas, setores, frequências, programação da execução, demonstração da organização técnico-administrativa a ser adotada e currículos da equipe técnica.

8.1.7.1.3.2. Dimensionamento dos equipamentos e mão de obra.

8.1.7.1.3.3. Plano de manutenção e conservação, tanto de fins preventivos, quanto corretivos, que envolvam os veículos, máquinas e equipamentos necessários aos serviços, inclusive procedimentos de socorro mecânico e programação de lavagem rotineira dos mesmos.

8.1.7.1.3.4. Plano de segurança e higiene do trabalho relativo às atividades a serem desenvolvidas, incluindo especificações dos equipamentos de proteção individual necessários, devendo anexar Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional o (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

8.1.7.1.3.5. Projeto de Educação Ambiental para a redução de resíduos sólidos e publicidade da frequência das coletas.



8.1.7.1.3.6. Plano de utilização do Sistema Gerenciador de Frota (GPS) para os veículos que o contenha, conforme exigido na especificação de cada serviço deste Projeto Básico, de modo a oferecer à Prefeitura Municipal de Marialva - PR os meios de fiscalização necessários com recursos informatizados para acompanhamento da execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos e materiais recicláveis, monitorando as rotas dos veículos de coleta de resíduos domiciliares, observando:

8.1.7.1.3.7. Monitoramento dos veículos com tecnologia de rastreamento.

8.1.7.1.3.8. Acompanhamento da execução da coleta através de monitoramento online dos veículos coletores, garantindo uma precisão posicional de no mínimo 100 (Cem) metros.

8.1.7.1.3.9. Mapeamento dos itinerários de cada veículo, com distâncias e rotas percorridas.

8.1.7.1.3.10. Consistência de percurso e logradouros percorridos.

8.1.7.1.3.11. Gerenciamento de entrada e saída de cada veículo em um determinado perímetro geográfico pré-estabelecido.

8.1.7.1.3.12. Infraestrutura tecnológica que contemple a comunicação direta entre as centrais de controle operacional da contratada e da fiscalização e o motorista do veículo, constituída de dispositivos com capacidade de armazenar e transmitir dados e de receber e processar sinais do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

8.1.7.1.3.13. Ter contadores de tempo e quilometragem para serem inicializados em função de eventos específicos.

8.1.7.1.4.16. Possuir sinal de alerta no caso de não serem observados os roteiros prévios de coleta.

8.1.7.1.4.17. Descrever o itinerário percorrido por cada veículo.

8.1.7.1.4.18. Permitir a visualização gráfica da rota online e off-line.

8.1.7.1.4.19. Possibilitar a transmissão de dados e o acesso dedicado para a Central de Controle Operacional da Contratante.

8.1.8. Juntamente com o presente plano técnico, a (s) Empresa (s), com sede em outros Estados, deverá (ão) apresentar Registro junto ao CREA/PR.

8.1.9. Excepcionalmente, nos primeiros **90 (noventa) dias corridos** de execução contratual, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, será admitida a utilização de caminhões (compactadores e varredeira mecânica) com **até 10 (dez) anos de fabricação**, desde que em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, devidamente comprovadas por laudo técnico ou vistoria da fiscalização. Tal exigência se justifica pela municipalidade de Marialva – PR, onde limpeza urbana demonstra que o uso de frotas com idade avançada resulta em elevados índices de interrupção do serviço por falhas mecânicas. As frequentes manutenções em caminhões compactadores gera um efeito acumulativo de resíduos nas vias públicas,



comprometendo a salubridade, expondo o município à riscos jurídicos e sanitários.

8.1.9.1. A partir do **91º (nonagésimo primeiro) dia** de execução do contrato, torna-se **obrigatória e indispensável** a substituição integral da frota por veículos **zero quilômetro (0 km)**, conforme especificações originais deste Termo de Referência. A exigência de veículos zero quilômetro visa mitigar a falta de execução decorrente da fadiga de materiais e garantir que a logística de coleta de resíduos junto ao município Marialva opere com uma taxa de disponibilidade e eficiência próximas à 100%.

8.1.9.2. O descumprimento do prazo estabelecido para a substituição dos veículos pela frota zero quilômetro caracterizará **inexecução parcial do contrato**, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Cláusula 6 deste instrumento, inclusive com a aplicação de multa diária (M1) até a regularização da frota.

8.1.9.3. De forma integral, os custos decorrentes da mobilização temporária com veículos usados e a posterior substituição pelos veículos novos correrão exclusivamente por conta da Contratada, sem qualquer ônus adicional à municipalidade de Marialva – PR.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

- Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Cesar Mantovani	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos	10180

- Fiscal Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
---------------	--------------	-----------



Guilherme Torrecilia Netzel	Técnico em Meio Ambiente	3316
Maurício Aparecido da Silva	Diretor do Departamento de Limpeza Pública	10501

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A contratação será recebida, provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. O serviço contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser, imediatamente, corrigido a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.5. Liquidação

10.5.1. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

10.5.1.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

10.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;



- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.5.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.5.4. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

10.5.5. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

10.5.6. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

10.5.7. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

10.5.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

10.6. Forma de pagamento

10.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, em conformidade à proposta apresentada.

10.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais



estabelecidos na legislação vigente.

10.6.5.O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1.O fornecedor será selecionado por meio de Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com fulcro no Inciso II e § 3º, do Artigo nº 75, da Lei nº 14.133/2024, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

11.1.2.Opta-se pelo Lote, especificamente ao Lote nº 01, uma vez que os serviços possuem relação direta entre si, que caso executados por prestadores distintos os mesmos poderão incorrer em inconsistências, comprometendo assim o resultado integral da contratação, sendo que a referida proposição pelo Lote coibirá disputas inerentes às responsabilidades durante as ações envolvidas nas coletas de resíduos sólidos domiciliares e seletiva de materiais recicláveis, notadamente.

11.1.3.Cabe salientar que, face a similitude dos serviços agregados nos Lotes, as empresas constituídas no mercado possuem capacidades técnica e operacional para o atendimento da demanda notada junto ao município de Marialva – PR, não incorrendo assim em obstáculo para a competitividade do certame em questão.

11.1.4.A presente contratação, por tratar-se de serviço, não atenderá o preconizado junto ao Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.5.Cabe ressaltar que, a não reserva de cota, conforme o disposto no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, aferirá ao município de Marialva – PR a possibilidade de beneficiar-se de economia em escala, onde face a quantidade a ser contratada, o ente poderá obter vantajosidade econômica na contratação.

11.2. Exigências de habilitação

11.2.1.Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

11.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

11.2.1.1.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

11.2.1.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.



11.2.1.1.4. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.2.1.1.5. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.1.1.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.1.2. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

11.2.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.2.1.2.2. A Proponente deverá apresentar comprovação, em consonância ao Artigo 69 § 4º da Lei nº 14.133/2021, que detenha um capital social mínimo ou patrimônio líquido, superior ou igual a 10% (dez por cento), relativo ao valor total estimado da contratação, devendo tal comprovação ser feita através de no mínimo, um dos seguintes documentos: a) Certidão de registro atualizada, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante; b) Ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial; c) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

11.2.1.3. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

11.2.1.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

11.2.1.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

11.2.1.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.1.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa



de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

11.2.1.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.2.1.3.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.2.1.3.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.2.1.3.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.2.1.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

11.2.1.3.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

11.2.1.3.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

11.2.1.3.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

11.2.1.4. Documentos relativos à **habilitação técnica**:

11.2.1.4.1. Atestado de vistoria técnica fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que implica pleno conhecimento pelas Proponentes das condições locais e da



integralidade dos elementos técnicos fornecidos, necessários ao cumprimento das obrigações objeto do presente procedimento licitatório. O atestado de vistoria técnica poderá ser substituído por declaração firmada pelo representante legal e/ou técnico da Proponente assumindo incondicionalmente a total responsabilidade sobre a prestação dos serviços, bem como assumir conhecer as peculiaridades envolvidas na contratação.

11.2.1.4.1.1. A vistoria técnica poderá ser efetuada até 02 (Dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização do procedimento licitatório.

11.2.1.4.1.2. A vistoria técnica será agendada pelo telefone 44 3232-7651, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

11.2.1.4.1.3. Caso decline da visita técnica, a licitante deverá apresentar declaração de conhecimento dos serviços (Atestado de Desistência de Visita Técnica), devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299º do Código Penal, esclarecendo que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, na qual se compromete a acatar todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira, caso venha a ser vencedora no presente certame. A inexistência de Atestado de Visita Técnica e simultaneamente da Declaração de Desistência de Visita Técnica implicará na inabilitação da licitante.

11.2.1.4.2. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade junto ao CREA, CAU, CRQ e/ou CRBio.

11.2.1.4.3. A Proponente deverá indicar Responsável Técnico pela execução do serviço.

11.2.1.4.4. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade do Responsável Técnico indicado junto ao CREA, CAU, CRQ e/ ou CRBio.

11.2.1.4.5. A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade técnico-profissional do responsável técnico indicado arrolado na Matriz de competências para resíduos sólidos junto CREA, CAU, CRQ e/ ou CRBio com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado em 01 (Um) dos Conselhos de Classe acima referidos, com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, acompanhados das devidas Certidões de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

11.2.1.4.6. A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade Técnica Operacional, através de no mínimo 01 (Um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com as atividades inerentes aos objetos do presente procedimento licitatório, regularmente, emitidos pelo Conselho de Classe competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços



similares de complexidade técnica e operacional, equivalente ou superior.

11.2.1.4.6.1. A comprovação na execução dos serviços em quantidade igual ou superior à 50% da quantidade anual.

11.2.1.4.6.2. Será admitida a somatória de atestados para atingir a quantidade exigida.

11.2.1.4.7. A Proponente deverá apresentar vínculo empregatício com o responsável técnico indicado, por meio de 01 (Um) dos instrumentos a seguir: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou Cópia de contrato de prestação de serviços entre Proponente e responsável técnico; ou Declaração de contratação futura, desde que acompanhada por declaração de anuência do responsável técnico indicado pela Proponente.

11.2.1.4.8. A Proponente deverá apresentar Licença Ambiental de Operação para Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Classe IIA), e/ou Licença Ambiental Simplificada emitida IAT (Instituto Água e Terra) do Estado do Paraná.

11.2.1.4.9. A Proponente deverá apresentar Declaração, que possui corpo de funcionários treinado e com registro de acordo com a legislação trabalhista vigente.

11.2.1.4.10. A Proponente deverá apresentar Declaração que possui em vigência: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

11.2.1.4.11. A Proponente deverá apresentar comprovação do devido registro junto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

11.2.1.4.12. A Proponente deverá apresentar relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos, por Lote, adequados para a realização dos serviços, em conformidade ao conteúdo exigido em Termo de Referência e Edital.

11.2.1.4.13. Caso a Proponente venha a ser julgada Adjudicatária do objeto deste certame, anterior à celebração do contrato e satisfeita às condições estabelecidas neste Projeto Básico, a Adjudicatária se obriga a proceder ao registro de “Compromisso Definitivo”, em Cartório de Títulos e Documentos, nos exatos termos constantes do documento apresentado para sua habilitação.

11.2.1.4.14. A Proponente, caso venha a ser julgada Adjudicatária do objeto, deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, a qual encarregar-se-á da execução dos serviços, objeto do procedimento licitatório em questão indicando, para cada colaborador, a formação profissional, a função e o tempo de atividade na função, sendo que substituição de colaboradores no decorrer do contrato, caso a Proponente sagra-se vencedora do certame, deverá ser comunicada previamente à Contratante.

11.2.1.4.15. A Proponente deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar Comprovação de Registro junto ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e



Medicina do Trabalho (SESMT) do Ministério do Trabalho, obrigatório para empresas com quantidade superior à 100 (Cem) colaboradores, quando for caso. Para demais empresas, declaração sob as penas da lei informando que está dispensada desta exigência em razão de ter quantidade de funcionários ser inferior ao exigido.

11.2.1.4.16. A Proponente deverá apresentar Planilhas de Formulação do preço final da proposta que expressem a composição dos seus custos unitários, que envolvem a execução do serviço. Recomenda-se a utilização dos modelos de planilhas anexos ao presente procedimento licitatório apresentadas com a denominação de “Modelo de Planilhas”.

11.3. Documentação complementar:

11.3.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

11.3.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1.1 O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva-PR é de R\$ 6.745.715,28 (Seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quinze reais, e vinte e oito reais), com a discrepância de 40 % do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo junto ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

12.1.2 A precificação para o presente procedimento licitatório fora apurada através de fornecedores, Plataforma Banco de Preços e junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Cabe notar que, fora solicitada cotação à Empresa Transresíduos, por parte da municipalidade de Marialva – PR, entretanto a mesma manifestou-se no sentido da impossibilidade, de no momento, atender ao teor requerido, conforme conteúdo anexo ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto Processo Administrativo nº 1269/2026.

Marialva – PR, 19 de Março de 2026.



APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei nº 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as contratações públicas sejam conduzidas de forma eficiente, transparente e alinhada ao interesse público.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação, dentre eles a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações, reforçando a importância do planejamento.

O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar detalhadamente a necessidade da Administração Municipal e identificar, no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando que, a municipalidade de Marialva – PR não dispõe de recursos humanos e logísticos para prover as devidas coletas de resíduos domiciliares e seletiva, e varrições manual de vias públicas;

Considerando que, os serviços de coleta e varrição são fundamentais para assegurar as condições sanitárias nos limites geográficos do município de Marialva – PR, inclusas seus distritos e demais comunidades, preconizadas em legislação ambiental vigente, evitando assim a proliferação de insetos, roedores, e demais animais peçonhentos.

Considerando, a necessidade do correto manejo dos resíduos produzidos pelos munícipes, e posterior destino final dos mesmos.

Dessa forma ao conteúdo apontado, a pretendida contratação torna-se premente para atender as exigências sanitárias vigentes, garantidas pelo devido recolhimento dos resíduos domiciliares gerados, e da correta higienização das vias públicas.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida será viabilizada com recursos financeiros alocados em dotação orçamentária mencionada no Processo Administrativo nº 1269/2026.

Cabe salientar que, em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 8.087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações para racionalizar as aquisições e demais contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantindo o alinhamento estratégico e subsidiando a elaboração das respectivas leis orçamentárias.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências da contratação estão descritas de forma específica no Termo de Referência, e demais atos que parametrizam a pretendida contratação.

O objeto é classificado serviço comum, não se enquadrando como bens de luxo, em atendimento ao Art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi definida com base na programação de demanda a ser executada pela Departamento Municipal de Serviços Públicos.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para o atendimento da presente contratação, foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores especializados no ramo, bem como pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), notando dessa forma potenciais empresas instaladas com as capacidades técnica e operacional para atender os serviços pretendidos.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados em conformidade com o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, valendo-se de propostas de fornecedores e de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O valor máximo estimado para a contratação, com base nas quantidades estimadas, é de R\$ 6.745.715,28 (Seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quinze reais, e vinte e oito centavos), conforme Demonstrativo de Formulação de Preços anexo ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação em análise tem por objetivo possibilitar os serviços de coletas de resíduos sólidos domiciliares e coleta seletiva de matérias recicláveis, e varrição das vias públicas desta municipalidade de Marialva – PR, mantendo assim a devida higienização, em conformidade ao teor preconizado na legislação ambiental vigente.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM O TODO

A contratação pretendida visa sanar a demanda pelas coletas de resíduos sólidos domiciliares e seletiva de materiais recicláveis, e varrição de vias públicas, onde a Contratada, com a estrutura adequada, proverá, de forma integral, as exigências municipais quanto aos serviços necessários para a manutenção da adequada pertinente à limpeza pública.



9. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICABILIDADE DO INCISO I, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Cabe ressaltar que, a não reserva de cota, conforme o disposto no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, aferirá ao município de Marialva – PR a possibilidade de beneficiar-se de economia em escala, onde face a quantidade a ser contratada, o ente poderá obter vantagem econômica na contratação.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não possui impactos ambientais relevantes, destacando-se apenas a necessidade de correto manejo, coleta e destinação dos resíduos gerados para a devida execução contratual, de acordo com a legislação ambiental vigente.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante manifesta-se pela viabilidade dos serviços pretendidos, os quais mostram-se essenciais para o seguimento no processo de higienização de fossas sépticas e bueiros em uso na municipalidade de Marialva – PR.

12. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos envolvidos para a presente contratação encontram-se devidamente mitigados junto ao instrumento de Termo de Referência.

Proc. Administrativo 6- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: PGM - Procuradoria Geral do Município - A/C Ligia F.

Data: 23/03/2026 às 13:02:34

Boa tarde Ligia

Segue anexo minuta do instrumento convocatório da licitação e a minuta de contrato para exame e aprovação.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Edital_Pregao.doc

Proc. Administrativo 7- 1.269/2026

De: Ligia F. - PGM

Para: SADM - DCL - Departamento de Licitação - A/C Marcos S.

Data: 24/03/2026 às 14:52:41

Em anexo, parecer jurídico.

Anexos:

pregao_24_2026.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Ligia Aparecida Fernandes	24/03/2026 14:52:59	1Doc	LIGIA APARECIDA FERNANDES CPF 007.XXX.XXX-79

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A9D2-A5AA-F3C8-A2C4**

PARECER JURÍDICO

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 24/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta seletiva de materiais recicláveis e varrição manual no Município de Marialva/PR.

Por despacho do Departamento de Licitação, vêm os autos para análise e manifestação desta Procuradoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, para verificação dos aspectos jurídicos-formais do procedimento.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, deve-se ressaltar que a análise desta Procuradoria incide exclusivamente sobre os aspectos jurídicos e formais do procedimento, não sendo atribuição do órgão analisar atos procedimentais da fase interna, tais como a necessidade da contratação, especificações técnicas do objeto, quantitativos estimados, pesquisa de preços, justificativa administrativa, definição da modelagem do objeto ou escolha do fornecedor, sendo tais providências de responsabilidade dos agentes públicos competentes.

No que se refere ao Estudo Técnico Preliminar, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, inciso I, estabelece que a contratação deve ser precedida de documento que evidencie a necessidade da contratação e a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico. Verifica-se que a contratação decorre da necessidade de manutenção dos serviços de limpeza urbana, essenciais à saúde pública e à preservação ambiental, estando os elementos essenciais formalmente contemplados nos autos, cabendo ao setor técnico a responsabilidade pelas informações prestadas.

O Termo de Referência apresenta a definição do objeto, as condições de execução dos serviços, estimativas de quantitativos e valores, em consonância com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, competindo à área requisitante a responsabilidade pela adequação técnica das especificações e pela correta definição da demanda.

Quanto à modalidade licitatória, o pregão eletrônico mostra-se adequado ao caso, por se tratar de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, e 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A adoção da forma eletrônica atende ao disposto no art. 17, §2º da referida lei, ampliando a competitividade e assegurando maior transparência ao certame.

No tocante à estruturação do objeto, verifica-se que a Administração promoveu a divisão em lotes, segregando os serviços de varrição manual dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e coleta seletiva de recicláveis, evidenciando a adoção de parcelamento parcial do objeto. Tal modelagem encontra amparo, em tese, nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no planejamento da contratação, que orienta a divisão do objeto sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No que se refere à manutenção conjunta dos serviços de coleta domiciliar e coleta seletiva em um mesmo lote, trata-se de atividades que apresentam interdependência operacional, compartilhamento de estrutura logística e similaridade na execução, cabendo à Administração, no exercício de sua discricionariedade técnica, avaliar a adequação dessa modelagem, bem como assumir a responsabilidade por seus reflexos na competitividade e na eficiência da contratação.

No tocante à formação do preço estimado, verifica-se que a Administração adotou metodologia baseada em pesquisa de mercado estruturada, com a utilização de múltiplas fontes de preços e tratamento dos dados coletados, aliada à consideração de elementos técnicos relacionados à composição dos custos dos serviços, incluindo encargos e demais variáveis inerentes à execução contratual, o que confere maior consistência à estimativa apresentada, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, embora não haja imposição legal de metodologia única para a formação do preço estimado, a adoção de critérios que considerem a estrutura de custos dos serviços contribui para maior precisão da estimativa e mitigação de riscos relacionados à economicidade da contratação.

De todo modo, a definição da metodologia de formação do preço estimado, bem como a validação dos parâmetros adotados, insere-se no âmbito técnico da Administração, cabendo aos setores competentes a responsabilidade pela adequação dos valores estimados e pela demonstração de sua compatibilidade com o mercado.

Quanto às exigências de habilitação, verifica-se que o edital contempla requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, em consonância com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração avaliar sua adequação e proporcionalidade frente ao objeto contratado.

No tocante à minuta contratual, observa-se a previsão das cláusulas essenciais, incluindo objeto, prazo, forma de pagamento, responsabilidades das partes, penalidades e hipóteses de rescisão, em conformidade com a legislação vigente.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, sob o enfoque estritamente jurídico-formal, opina-se favoravelmente ao prosseguimento do procedimento licitatório, porquanto, em análise preliminar, o processo apresenta conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Ressalta-se que a verificação da adequação técnica das especificações do objeto, a definição dos quantitativos, a modelagem da contratação, a justificativa do agrupamento em lotes, a formação do preço estimado e a regular instrução da pesquisa de mercado constituem atribuições dos setores técnicos competentes responsáveis pela instrução do processo.

Feitas tais considerações, caberá à autoridade competente deliberar quanto ao regular prosseguimento do certame, conforme juízo de conveniência e oportunidade administrativa.

É o parecer.

Lígia Aparecida Fernandes

OAB/PR 39036

Proc. Administrativo 8- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: CGM - Controladoria Geral do Município - A/C Luiz S.

Data: 24/03/2026 às 15:07:43

Boa tarde.

À apreciação e ciência sobre o presente procedimento licitatório para análise do Controle Interno.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Proc. Administrativo 9- 1.269/2026

De: Luiz S. - CGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 24/03/2026 às 16:35:28

Boa tarde!

Segue anexo.

Att,

—

Luiz Guilherme Alves da Silva

Controlador Geral

CRC-PR 084885/O-4

Anexos:

PARECER_PREGAO_ELETRONICO_1_269_2026.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Luiz Guilherme Alves da Si...	24/03/2026 16:35:44	1Doc	LUIZ GUILHERME ALVES DA SILVA CPF 082.XXX.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A2BA-7DFC-96F0-4DDF**



Marialva, 24 de março de 2026.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 1DOC: Nº 1.269/2026.

OBJETO: Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 24/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta seletiva de materiais recicláveis e varrição manual no Município de Marialva/PR.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

CONCLUSÃO: Diante da aparência de regularidade formal e da ausência de indícios flagrantes de irregularidade, o Controle Interno não se opõe ao prosseguimento do processo. Ressalta-se, que a atuação preventiva e descentralizada dos responsáveis por cada etapa, aliada à obrigatoriedade da notificação de irregularidades pela equipe técnica, assegura a conformidade do processo sem sobrecarregar formalmente o controle interno, conforme os princípios da eficiência e da economicidade previstos na legislação vigente.

(assinado digitalmente)

LUIZ GUILHERME ALVES DA SILVA
Controlador Geral

Proc. Administrativo 10- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: GAB - Gabinete do Prefeito - A/C Flávia B.

Data: 25/03/2026 às 09:11:23

Bom dia.

Segue para análise e assinatura.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Autorizacao_Prefeita.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Flávia Cheroni da Silva Br...	25/03/2026 09:33:16	1Doc	FLÁVIA CHERONI DA SILVA BRITA CPF 017.XXX.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **AAB7-FC19-BEBC-77D4**



Considerando as informações e pareceres jurídico e do controle interno contidos no presente processo, AUTORIZO a licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº. 24/2026, que tem por objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, nos termos da Lei nº 14.133/21, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Compras para providências necessárias.

Flávia Cheroni da Silva Brita
Prefeita Municipal

Proc. Administrativo 11- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: SADM - Secretaria de Administração - A/C Thiago S.

Data: 26/03/2026 às 08:14:10

Segue para assinatura.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Edital_Pregao.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thiago Yudi Sakata	26/03/2026 09:36:31	1Doc	THIAGO YUDI SAKATA CPF 048.XXX.XXX-42

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **60F2-FDA7-FD84-A58F**



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARIALVA torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Lote**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório será regido, integralmente, pela Lei nº 14.133/21 e da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, pelas condições previstas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1269/2026		
PREGÃO ELETRÔNICO	24/2026		
TIPO	Menor Preço por Lote		
MODO DE DISPUTA	Aberto		
DISPONÍVEL EM	27/03/2026		
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Até o dia 15/04/2026	HORA LIMITE	08:30
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	15/04/2026	HORÁRIO	09:00
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA		
LOCAL DE REALIZAÇÃO	<u>www.bll.org.br</u> "Acesso Identificado"		

1. DO OBJETO:

1.1 Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR.

DOCUMENTOS ANEXOS:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

ANEXO 02 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO 04 – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL

ANEXO 05 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO 06 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MEI, ME, EPP;

ANEXO 07 – MINUTA DO CONTRATO

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 O PREGÃO, na forma ELETRÔNICA será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**, (www.bll.org.br).

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Marialva, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bll.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.



4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**. (www.bll.org.br).

4.3 Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

4.3.1 Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.3.2 Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão.

4.3.3 Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

4.3.4 Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município.

4.3.5 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.3.6 Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

4.3.7 Consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.8 Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor do Município, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

4.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, (www.bll.org.br), até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.5 O **cadastro do licitante junto a BLL**, deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) **Instrumento particular de mandato** outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO 04)**

b) **Declaração de seu pleno conhecimento**, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO 04)**

c) **MODELO CARTA PROPOSTA**, Anexo 03, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com os ANEXO 01, sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.

4.6 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a **Bolsa de Licitações e Leilões**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, Anexo 04.

4.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 02 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo 02, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.



5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

- 5.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.5 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.
- 5.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 5.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 5.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.
- 5.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

- 5.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
- 5.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;



- 5.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.11 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 5.12 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.13 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15 **As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.**
- 5.16 **Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.**
- 5.17 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.19 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 5.20 A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa aberto, durante 10 min serão dados lances livres, abertos e sucessivos, sendo que havendo lances nos últimos 2 min da disputa, a etapa será automaticamente prorrogada por mais 2 min. Quando não houver novo lance, passados os 2 min últimos, o sistema encerrará a competição.
- 5.20.1 Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 5.21 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.



5.22 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor

5.26 **Iniciada a fase de HABILITAÇÃO:**

5.26.1 Nos termos do art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante declarado vencedor, ressalvada a hipótese de inversão de fases.

5.26.2 Dessa forma, embora o sistema permita o envio antecipado dos documentos de habilitação até a data e horário estabelecidos no edital, tal envio terá caráter de pré-cadastramento, ficando a exigência formal e a análise da documentação condicionadas à convocação do licitante declarado vencedor, após o julgamento das propostas.

5.26.3 Após a convocação, o licitante vencedor deverá encaminhar/regularizar os documentos de habilitação exigidos no Anexo 02 do edital, exclusivamente por meio da plataforma BLL, no prazo de até 02 (duas) horas, contado a partir da convocação, sob pena de inabilitação, nos termos do edital, podendo o referido prazo ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante e anuência do Agente de Contratação/Pregoeiro.

5.26.4 O pregoeiro irá conferir a documentação do licitante vencedor. Caso não tenha problema com documentação do licitante vencedor o processo seguirá para as fases do sistema até que seja feita HOMOLOGAÇÃO pela AUTORIDADE COMPETENTE.

5.27 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.28 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

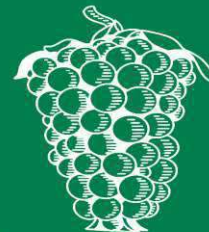
5.29 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.30 Quando for constatado o empate, conforme estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme Anexo I do referido edital. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará em possível **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.



6.2.1 - O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01**.

- 6.3 A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 6.4 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
- 6.5 Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (anexo 03) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese
- 6.6 **É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.**

6.6.1 O cadastramento da proposta, não pode haver identificação da participante, para não ser desclassificado pela identificação da mesma, assim, se por qualquer motivo não cumprir o estabelecido em edital, a Administração, poderá adquirir do segundo colocado e, assim sucessivamente.

- 6.7 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item/lote a item/lote ou um item/lote por licitante, para que este anexe no sistema BLL, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, em conformidade com o último lance ofertado.

6.7.1 O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada e os documentos de habilitação exigidos no Anexo 02 do edital, exclusivamente pela plataforma, no prazo de até 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação, observado o horário de efetivo funcionamento do órgão público, qual seja, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

6.7.2 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada e os documentos de habilitação exigidos no Anexo 02 do edital por meio do e-mail: compras@marialva.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Marialva quanto do emissor.

6.7.3 Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat, prorrogação do mesmo ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

6.7.4 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro **DESCCLASSIFICARÁ** e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

7. FORNECIMENTO

- 7.1 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser executado conforme indicado no Anexo 01.
- 7.2 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.



7.3 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, a partir do recebimento de sua via de contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (Cinco por cento) do valor inicial do contrato.

8.2 Em conformidade ao Artigo nº 97, da Lei nº 14.133/2021, o recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

8.3 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

8.4 Seguro-garantia.

8.5 O Edital fixa prazo de 01 (Um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo Contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia, como previsto no inciso II do § 1º, do Artigo nº 96, da Lei 14.133/2021.

8.6 Fiança bancária emitida por Banco ou Instituição Financeira devidamente autorizada à operar no País pelo Banco Central do Brasil;

8.7 Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

8.8 A garantia destina-se, qualquer que seja a modalidade escolhida, ao pagamento de:

8.9 Prejuízo advindo pelo não cumprimento do objeto do contrato.

8.10 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

8.11 Prejuízos diretos causados à Contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

8.12 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

8.13 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

8.14 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (Sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (Dois por cento).

8.15 O atraso superior a 25 (Vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

8.16 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

8.17 Será considerada extinta a garantia:

8.18 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e,

8.19 Com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

8.20 O Município de Marialva – PR não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

8.21 Caso fortuito ou força maior.

8.22 Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

8.23 Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante.

8.24 Atos ilícitos dolosos praticados por servidor da Contratante.

8.25 Caberá à Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nesta seção, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

8.26 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela Contratante à Contratada e/ou à instituição garantidora, no prazo de 90 (Noventa) dias após o término do contrato.

8.27 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela Seguradora.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 Para julgamento será adotado o critério de Menor preço por Lote, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.



10 JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, legislação correlata e no subitem 4.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação.

10.2 No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

10.3 Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

10.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.6 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.7 Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

10.8 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.9 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei n.º 14.133 de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

10.9.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

10.9.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

10.9.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

10.9.4 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

10.9.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

10.9.6 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

10.9.7 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

10.9.8 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

10.9.9 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

10.9.10 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

10.9.11 Estudos setoriais;

10.9.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

10.9.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.12 A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

10.13 Serão também desclassificadas as propostas:

10.13.1 Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

10.13.2 Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes

10.13.3 Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

10.13.4 Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de



isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.

10.13.5 Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

10.14 Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

10.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.16 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS ME/EPP:

10.16.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 9.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.16.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.2.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

10.17 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.19 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

10.20 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNDO AO MUNICÍPIO DE MARIALVA

11.1 - Conforme **ANEXO 02**.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS

12.1 - Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.



12.2 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

12.3 - A autoridade emitirá sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, procedendo aos encaminhamentos necessários.

12.3.1 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.4 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo no **prazo de 30 (trinta) minutos**, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.4.1 As impugnações, os pedidos de esclarecimento, bem como os recursos e as contrarrazões, deverão ser apresentados **exclusivamente por meio eletrônico**, via internet, no sítio: www.bll.org.br.

12.5 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

12.6 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

12.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 **Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:**

12.8.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

12.8.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

12.8.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

12.8.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

12.10 Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

13. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.1.1 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

13.1.2 advertência;

13.1.3 multa;

13.1.4 suspensão temporária de participação em licitação;

13.1.5 impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

13.1.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

13.1.7 descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.1.8 Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.1.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.1.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



13.1.11 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

13.1.12 Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.1.13 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

13.1.14 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

13.1.15 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.1.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.1.17 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.1.18 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.1.19 a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

13.1.20 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.1.21 os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.1.22 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2 Severidade

13.2.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

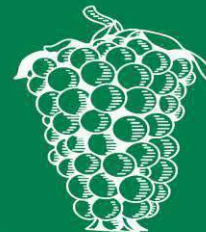
-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez



3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

13.2.2 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

13.2.3 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

13.2.4 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

13.2.5 No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

13.3 Moratória

13.3.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

13.3.2 O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

13.3.3 Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

13.3.4 Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

13.3.5 Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

13.3.6 Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

13.3.7 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



14.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (Um) dia corrido, a contada notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.5 Liquidação

14.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

14.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

14.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

14.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

14.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

14.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

14.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

14.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

14.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

14.6 Forma de pagamento

14.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



14.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - Os recursos orçamentários correrão por conta das dotações para os exercícios de 2026, conforme a necessidade de cada setor solicitante.

16 DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO**, conforme Termo de Referência (Anexo 01), consubstanciar-se-ão no **CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo 07** deste Edital.

16.2. O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **assinatura eletrônica, conforme Decreto Municipal nº 6951/2020, ou assinatura digital**, providenciando a entrega da via devidamente assinada, via correio eletrônico no qual recebeu o referido contrato, **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.**

16.3 Para a assinatura do contrato, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social ou procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

16.4 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. O Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/21.

17.3 O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

17.4 Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

17.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

17.6 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

17.7 Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

17.8 Fica eleito o Foro Central da Comarca de Marialva-PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação.

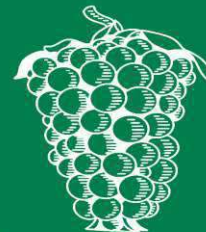
Marialva, 20 de março de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração



ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA
(Em arquivo anexo)



ANEXO 02

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026

1 - Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.4 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.5 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.6 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 - Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

2.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física

2.2 A Proponente deverá apresentar comprovação, em consonância ao Artigo 69 § 4º da Lei nº 14.133/2021, que detenha um capital social mínimo ou patrimônio líquido, superior ou igual a 10% (dez por cento), relativo ao valor total estimado da contratação, devendo tal comprovação ser feita através de no mínimo, um dos seguintes documentos:

a) Certidão de registro atualizada, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

b) Ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial;

c) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

3 - Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.2 **Prova de regularidade com a Fazenda Nacional**, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

3.3 **Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

3.4 **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual** relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.5 **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal** relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

3.6 **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.



3.7 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.7.1 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

3.7.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

3.9 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

3.10 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

4. Documentação para habilitação técnica:

4.1. Atestado de vistoria técnica fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que implica pleno conhecimento pelas Proponentes das condições locais e da integralidade dos elementos técnicos fornecidos, necessários ao cumprimento das obrigações objeto do presente procedimento licitatório. O atestado de vistoria técnica poderá ser substituído por declaração firmada pelo representante legal e/ou técnico da Proponente assumindo incondicionalmente a total responsabilidade sobre a prestação dos serviços, bem como assumir conhecer as peculiaridades envolvidas na contratação.

4.2 A vistoria técnica poderá ser efetuada até 02 (Dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização do procedimento licitatório.

4.3 A vistoria técnica será agendada pelo telefone 44 3232-7651, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4.4 Caso decline da visita técnica, a licitante deverá apresentar declaração de conhecimento dos serviços (Atestado de Desistência de Visita Técnica), devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299º do Código Penal, esclarecendo que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, na qual se compromete a acatar todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira, caso venha a ser vencedora no presente certame. A inexistência de Atestado de Visita Técnica e simultaneamente da Declaração de Desistência de Visita Técnica implicará na inabilitação da licitante.

4.5 A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade junto ao CREA, CAU, CRQ e/ou CRBio.

4.6 A Proponente deverá indicar Responsável Técnico pela execução do serviço.

4.7 A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade do Responsável Técnico indicado junto ao CREA, CAU, CRQ e/ou CRBio.

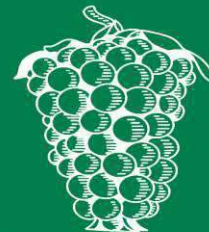
4.8 A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade técnico-profissional do responsável técnico indicado arrolado na Matriz de competências para resíduos sólidos junto CREA, CAU, CRQ e/ou CRBio com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado em 01 (Um) dos Conselhos de Classe acima referidos, com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, acompanhados das devidas Certidões de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

4.9 A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade Técnica Operacional, através de no mínimo 01 (Um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com as atividades inerentes aos objetos do presente procedimento licitatório, regularmente, emitidos pelo Conselho de Classe competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade técnica e operacional, equivalente ou superior.

4.10 A comprovação na execução dos serviços em quantidade igual ou superior à 50% da quantidade anual.

4.11 Será admitida a somatória de atestados para atingir a quantidade exigida.

4.12 A Proponente deverá apresentar vínculo empregatício com o responsável técnico indicado, por meio de 01 (Um) dos instrumentos a seguir: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou Cópia de contrato de prestação de serviços entre Proponente e responsável técnico; ou



Declaração de contratação futura, desde que acompanhada por declaração de anuência do responsável técnico indicado pela Proponente.

4.13 A Proponente deverá apresentar Licença Ambiental de Operação para Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Classe IIA), e/ou Licença Ambiental Simplificada emitida IAT (Instituto Água e Terra) do Estado do Paraná.

4.14 A Proponente deverá apresentar Declaração, que possui corpo de funcionários treinado e com registro de acordo com a legislação trabalhista vigente.

4.15 A Proponente deverá apresentar Declaração que possui em vigência: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

4.16 A Proponente deverá apresentar comprovação do devido registro junto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

4.17 A Proponente deverá apresentar relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos, por Lote, adequados para a realização dos serviços, em conformidade ao conteúdo exigido em Termo de Referência e Edital.

4.18 Caso a Proponente venha a ser julgada Adjudicatária do objeto deste certame, anterior à celebração do contrato e satisfeita às condições estabelecidas neste Projeto Básico, a Adjudicatária se obriga a proceder ao registro de “Compromisso Definitivo”, em Cartório de Títulos e Documentos, nos exatos termos constantes do documento apresentado para sua habilitação.

4.19 A Proponente, caso venha a ser julgada Adjudicatária do objeto, deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, a qual encarregar-se-á da execução dos serviços, objeto do procedimento licitatório em questão indicando, para cada colaborador, a formação profissional, a função e o tempo de atividade na função, sendo que substituição de colaboradores no decorrer do contrato, caso a Proponente sagra-se vencedora do certame, deverá ser comunicada previamente à Contratante.

4.20 A Proponente deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar Comprovação de Registro junto ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) do Ministério do Trabalho, obrigatório para empresas com quantidade superior à 100 (Cem) colaboradores, quando for caso. Para demais empresas, declaração sob as penas da lei informando que está dispensada desta exigência em razão de ter quantidade de funcionários ser inferior ao exigido.

4.21 A Proponente deverá apresentar Planilhas de Formulação do preço final da proposta que expressem a composição dos seus custos unitários, que envolvem a execução do serviço. Recomenda-se a utilização dos modelos de planilhas anexos ao presente procedimento licitatório apresentadas com a denominação de “Modelo de Planilhas”.

5 - Deverá apresentar ainda a DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo. (ANEXO 05).

6 - Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar, a fim de COMPROVAR O ENQUADRAMENTO:

6.1 Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, **declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO 06).**

7 - A não apresentação dos documentos relacionados anteriormente implicará na desclassificação do proponente durante o certame.

8 - Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9 - Nos termos do art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante declarado vencedor, ressalvada a hipótese de inversão de fases.

9.1 Dessa forma, embora o sistema permita o envio antecipado dos documentos de habilitação até a data e horário estabelecidos no edital, tal envio terá caráter de pré-cadastramento, ficando a exigência formal e a análise da documentação condicionadas à convocação do licitante declarado vencedor, após o julgamento das propostas.



9.2 Após a convocação, o licitante vencedor deverá encaminhar/regularizar os documentos de habilitação exigidos no Anexo 02 do edital, exclusivamente por meio da plataforma BLL, no prazo de até 02 (duas) horas, contado a partir da convocação, sob pena de inabilitação, nos termos do edital, podendo o referido prazo ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante e anuência do Agente de Contratação/Pregoeiro.



ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Marialva, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme abaixo discriminado:

Lote

Lote	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Marca
1	xx	xx	xx	R\$	xx	xx
2	xx	xx	xx	R\$	xx	xx
Valor Total						

Informar Valor total por extenso R\$...()

Informar especificação dos serviços/materiais; informar unidade, quantidade, marca e valor unitário e total;

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

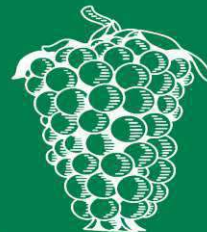
Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO 04

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES DA BLL

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - i. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - ii. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - iii. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - iv. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
 - v. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
 - I - Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
 - II - Apresentar lance de preço;
 - III - Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
 - IV - Solicitar informações via sistema eletrônico;
 - V - Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
 - VI - Apresentar e retirar documentos;



- VII - solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
VIII - assinar documentos relativos às propostas;
IX - Emitir e firmar o fechamento da operação; e
X - Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____

(reconhecer firma em cartório)



**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)**

Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

I - A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II - O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III - A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e

IV - O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e

V - O não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____

(reconhecer firma em cartório)



ANEXO 05

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, em conformidade ao Artigo 7, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), Portador(a) do RG sob nº.....e CPF nº, cuja função/cargo é. (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que, cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, cumprindo o disposto no Inciso IV, do Artigo nº 63, da Lei 14.133/2021.

7) Declaramos para os devidos fins que, encontramos-nos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

8) Declaramos para os devidos fins, da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

9) Declaramos o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/21.

10) Declaramos para os devidos fins que, não possuímos, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

11) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11.1) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Licitação deste Município de Marialva - PR, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **objeto**, referente ao Processo Administrativo nº /2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato, quando for o caso.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO 06

**MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP
(papel timbrado da licitante)**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO 07

TERMO DE CONTRATO Nº **XXX/2026**, FIRMADO NA SEDE DO ----, QUE ENTRE SI FAZEM O ---- E A EMPRESA "VENCEDORA", NA FORMA DESCRITA A SEGUIR:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MARIALVA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado Rua Santa Efigênia, 680, Marialva, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.680/0001-45, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal, Sra. Flávia Cheroni da Silva Brita, e de outro lado a EMPRESA «NOME_FORNECEDOR», pessoa jurídica de direito privado, situada à «Endereço_Fornecedor», «Bairro_Fornecedor», cidade de «CIDADE_FORNECEDOR», Estado do Paraná, portadora do CNPJ nº «CNPJ_CPF_Fornecedor», doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por «Nome_Representante», portador do Cadastro de Pessoa Física nº «CPF_Representante» e da Cédula de Identidade RG nº «RG_Representante», expedido por SSP/PR, tendo em vista o julgamento do **Pregão Eletrônico nº ___/2026**, nos termos da Lei Federal de Licitações, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **XXXXXXXX**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão que deu origem à presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, da data de assinatura de contrato, o instrumento contratual poderá ser prorrogado por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1 Em caso de prorrogação contratual o índice de reajuste utilizado será o IPCA.

2.2 O presente contrato terá publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o mesmo está sendo prestado regularmente;

2.3.2 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na prorrogação do contrato;

2.3.3 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.8 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Condição e local de entrega

3.2 Os serviços de Coleta e Transporte de resíduos domiciliares e comerciais, e Coleta Seletiva deverão ter início 30 (Trinta) dias úteis após a assinatura de contrato. A (s) Contratada (s) poderá (ão) solicitar, por igual período, a dilação do prazo estabelecido, solicitação está, devidamente, justificada, a qual será avaliada pela Unidade Requisitante, podendo ser deferida ou não.

3.3 O serviço compreende a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns, não perigosos, Classe IIA, em conformidade à ABNT NBR 10.004/2004, gerados em residências, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais.



3.4 O serviço de coleta e containerizada será executado em áreas urbana, distritais e rural do município de Marialva – PR, em vias e logradouros públicos, incluindo áreas de difícil acesso, desde que em condições de tráfego de veículos, e demais vias que forem incorporadas durante a vigência contratual.

3.5 O destino final dos resíduos coletados será depositado no local indicado pela Unidade Requisitante.

3.6 O serviço deverá ser monitorado, através de rastreador possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando as rotas das coletas efetuadas.

3.7 Frequência – Coleta de Resíduos Domiciliar:

3.8 Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

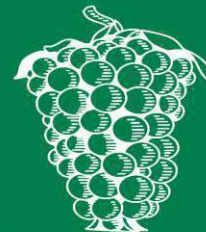
Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde/Roxo		X	X	X	X	X	X
Vermelho		X		X		X	
Amarelo			X		X		X

3.9 Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Mapa por Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Verde/Roxo	Fazendo divisa entre a RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA PAPA JOÃO XXIII e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a RUA NOSSA SENHORA DO ROCIO. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: parte da Av. Cristóvão Colombo; parte da Av. Rangel Pestana; parte da Av. Ruy Barbosa; parte da Rua Atílio Ferri; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Formosa; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos: Rua Vitorio Bornia; parte da Rua Washington Luiz. Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA DIONÍSIO HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandes até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandes; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Vermelho	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até o CONJUNTO



	HABITACIONAL ANTONIO ALMEIDA ROSA – TELÊ. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandez no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Afílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Santa Rita; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 2; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Jardim Yamanaka; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Amarelo	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Eptácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Brasília; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Bairro Jardinópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro Vila Zonta; Conjunto Habitacional Glácomo Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional Keiji Watanabe; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin; e Loteamento Vila Maria Zilda.

3.10 Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

3.11 Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
	X		X		X	

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivai; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua



	Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

3.12 Área – Estradas Rurais: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

3.13 Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		

Descrição do Setor	Estradas.
	Estrada Jaguaruna – São Luiz + 0,6 Kms; Estrada Jaguaruna – São Luiz + 2,3 Kms; Estrada Karana + 7,6 Kms; Estrada Fruteira + 1,2 Kms; Estrada Velha 3,8 Kms; Estrada Carro de Boi/Estrada Iti + 5,7 Kms; Estrada Perobinha 2,7 Kms; Estrada Vieira 3,3 Kms; Estrada Professor Paulino 3,0 Kms; Estrada Platero 3,2 Kms; Estrada do Esse 3,2 Kms; Estrada Ponte Queimada/Santa Fé 1,6 Kms, Estrada da Mina 1,1 Kms; Estrada Cooperativa 1,7 Kms.

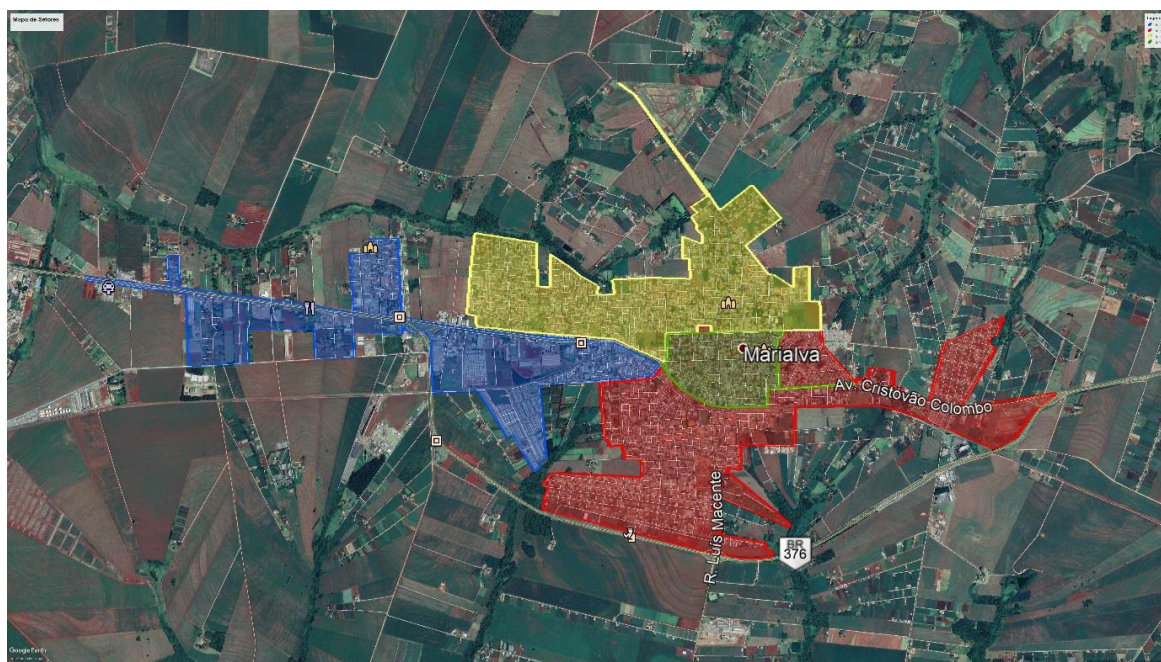
3.14 Frequência – Coleta Seletiva:

3.15 Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

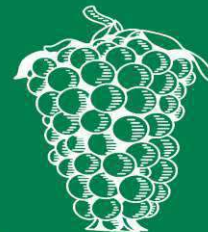
3.16 Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde		X	X	X	X	X	X
Amarelo			X			X	
Vermelho		X			X		
Azul				X			X

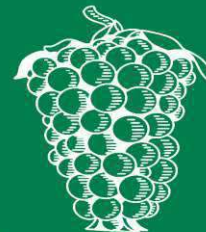
3.17 Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas
Verde	Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS Até a RUA DIONÍSIO



	HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandez até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Amarelo	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até a divisa do LOTEAMENTO PARQUE DAS VIDEIRAS (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandez no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Parque Industrial nº 2; Jardim Yamanaka.
Vermelho	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Epitácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Loteamento Vila Maria Zilda; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Azul	Fazendo Divisa NO LOTEAMENTO SANTA RITA; até O POSTO AMIGÃO; até a divisa do CONJUNTO RESIDENCIAL KEIJI WATANABE (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; Rua Agostinho Depieri; Bairro Santa Rita; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardimópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro



Vila Zonta; Conjunto Habitacional Giacomio Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin.

3.18 Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

3.19 Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		X

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivaí; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

3.20 Equipe – Coleta Domiciliar de Resíduos:

3.21 Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

3.22 Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motorista e 02 (Dois) coletores.

3.23 Equipe – Coleta Seletiva:

3.24 Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

3.25 Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motoristas e 02 (Dois) coletores.

3.26 Veículos e Equipamentos – Coleta Domiciliar de Resíduos e Coleta Seletiva:

3.27 04 (Quatro) caminhões compactadores com no mínimo de 15 m³.

3.28 01 (Um) veículo utilitário para uso do serviço de fiscalização.

3.29 Varrição Manual.

3.30 O serviço de varrição manual compreende, de forma integral, a remoção dos resíduos presentes na área total das vias e logradouros públicos, nas sarjetas, meio-fio de vias e logradouros públicos, bem como a varrição de calçadas.

3.31 Os sacos coletores utilizados serão fornecidos pela Contratada.

3.32 A varrição deverá ser abranger a área total das vias públicas e logradouros da municipalidade de Marialva – PR, não limitando-se ao bordo da pista.

3.33 Os resíduos resultantes do serviço de varrição serão depositados, em ponto de concentração ou em contentores, para posterior coleta da equipe, transporte, e destinação final de resíduos sólidos comuns (RSC).

3.34 O serviço deverá ser monitorado, através de aquisição e uso de equipamentos de rastreamento nos veículos LUTOCAR utilizados para a varrição, disponibilizados pela Contratada, possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando em números a quantidade de metros foram varridos no dia, e mostrando no mapa qual setor foi executado.

3.35 Os rastreadores deverão ser portáteis e obrigatoriamente homologados junto à Anatel.

3.36 Dados mínimos dos rastreadores: compatível GSM/GPRS; Gerenciamento dos dispositivo via WEB, com acesso ao Plano de Trabalho, frequências e transmissão de dados dos equipamentos; Receptor GPS/GNSS; Botão de energia para ligar e desligar, podendo ser desativado pelo Protocolo de Interface Aérea; Capacidade de reconfiguração em campo via rede GSM (Recepção de Comandos via TCP e UDP); Chip de telemetria com pacote de dados superior a 5 mb/mês para envio de dados.

3.37 A varrição manual deverá ser efetuada através de sopradores.

3.38 Frequência – Varrição Manual.

3.39 Áreas Urbana e Distritos: conforme Plano de Trabalho apresentado pela Contratada.



3.40 Equipe – Varrição Manual – Áreas urbana e distritos

3.41 16 (Dezesseis) varredores;

3.42 01 (Um) motorista.

3.43 Veículos e Equipamentos.

3.44 Varrição Manual.

3.45 01 (Um) caminhão carroceria cafofo.

3.46 16 (Dezesseis) carrinhos Lutocar.

3.47 A Contratada, durante a vigência contratual, deverá disponibilizar recursos de visualização de dados no padrão de sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica) via rede internet, sem a necessidade de instalação de software em computadores.

3.48 O recurso deverá fornecer visualização temática de dados em camadas geoespaciais, com filtros que permitam acessar dados específicos com atributos customizados de acordo com os usuários, assegurando a possibilidade de criação de várias camadas de visualização simultâneas, que contemplem os planos operacionais do serviço envolvido no contrato, podendo ser habilitadas e/ou desabilitadas, conforme padrão implementado em sistema SIG.

3.49 A ferramenta deverá permitir visualização simultânea do rastreamento, de forma integral, dos recursos em períodos aleatórios, com camadas georreferenciadas em mapas juntamente com camadas dos planos operacionais, para fins de comprovação de execução dos serviços.

3.50 O sistema deverá possuir a capacidade de cadastrar perfil de execução operacional padrão para visualização de não conformidade operacional.

3.51 O sistema deverá permitir a possibilidade de comparação de rotas previstas x rotas realizadas, em relatórios e mapas.

3.52 Os indicadores deverão ser gerados no sistema de informação.

3.53 Administração Local.

3.54 A Contratada deverá disponibilizar a instalação física necessária para a realização dos serviços.

3.55 A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para prover o pleno funcionamento dos veículos e equipamentos utilizados na execução do serviço.

3.56 A Contratada deverá dispor de garagem e/ou instalação similar, licenciada pelo Órgão Competente em conformidade a legislação ambiental vigente, para a permanência dos veículos.

3.57 A Contratada deverá disponibilizar instalação para o atendimento dos funcionários envolvidos na execução do serviço, com no mínimo, escritório para o controle e planejamento das atividades inerentes ao contrato.

3.58 A Contratada deverá disponibilizar equipe administrativa com no mínimo de: 01 (Um) Supervisor e 02 (Dois) jovens aprendizes.

3.59 A Contratada deverá dispor de local adequado para a lavagem e desinfecção dos veículos e equipamentos, devidamente licenciado pelo Órgão Competente em conformidade à legislação vigente, com sistema de captação de água servida à rede coletora de esgoto ou um sistema de tratamento adequado.

3.60 Execução do serviço – Coleta de Resíduos Domiciliares.

3.61 Define-se, Coleta de Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais com características domiciliares.

3.62 A Contratada deverá apresentar no Plano Técnico de Trabalho onde serão efetuadas as coletas manuais, conforme os bairros estipulados previamente neste Projeto Básico.

3.63 Quando não houver possibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário ao coletor retirar os resíduos apresentados na via pública e transportá-los até local onde será idealizada a bandeira que será coletada pelo veículo coletor.

3.64 A bandeira será idealizada em proximidade ao meio-fio de modo a acompanhar o fluxo da via pública, em dias de índice pluviométrico (Chuva), a bandeira não poderá ser idealizada próximo ao meio-fio de modo a evitar a retenção de água e encharcamento dos sacos plásticos que podem se romper.

3.65 A bandeira não poderá ser idealizada em frente a acesso de veículos, sejam eles em área residencial, comercial ou industrial, e esta não poderá ficar em tempo superior a 30 (trinta) minutos.

3.66 O local em via pública onde for idealizada a bandeira, após a sua coleta e que por ventura haja o rompimento da embalagem que armazena o resíduo, seja durante a sua idealização ou predação por animais soltos em vias públicas (cães, gatos ou equinos), deverá ser realizada a limpeza de modo que não fiquem restos alimentares ou outros resíduos que tenham saídos dos sacos plásticos.

3.67 A Contratada deverá realizar a coleta dos resíduos domiciliares, sejam quais for os recipientes ou embalagens utilizadas para seu acondicionamento, devendo a mesma comunicar os munícipes das exigências legais, e na reincidência, comunicar o fato à fiscalização do Município de Marialva – PR para as devidas providências.

3.68 O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares serão executados pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, conforme Plano Técnico de Trabalho.



3.69 Nas áreas, onde a frequência de coleta ocorre em dias alternados, 03 (Três) vezes por semana, não poderá haver interrupção por tempo superior à 48 (Quarenta e oito) horas, ou seja, 03 (Três) dias, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando de sua ocorrência, mesmo em dias de feriados civis ou religiosos, de forma que o serviço não venha sofrer descontinuidade nos locais onde o serviço é alternado, havendo a exceção nos dias 01 de Janeiro, de Páscoa, e 25 de Dezembro.

3.70 Os trabalhadores que efetuarem as tarefas de coleta e transporte deverão apresentar-se nos locais e horários de trabalho munidos dos equipamentos de proteção individual (EPI) e devidamente uniformizados.

3.71 A Contratada deverá fornecer integralmente os equipamentos de proteção individual (EPI) à seus trabalhadores, em conformidade a legislação vigente.

3.72 Integralmente, as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazaras e sem danificar os recipientes disponibilizados.

3.73 Nas situações, em que o munícipe destina os resíduos para a coleta, através de recipientes reutilizáveis, estes deverão ser esvaziados completamente, tomando precauções para não os danificar. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem pelos coletores.

3.74 No transporte dos resíduos até ao destino final, a Contratada deverá tomar, de forma integral, as precauções no sentido de evitar o transbordamento do veículo, e o derramamento de chorume nas vias públicas.

3.75 Em caso de transbordamento de resíduos e derramamento de Chorume, a Contratada deverá, imediatamente, efetuar a limpeza do local, inclusive com lavagem se necessário.

3.76 Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes, que caírem dos recipientes, lixeiras ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

3.77 Nas operações em que o veículo coletor efetuar manobra em marcha ré, é expressamente proibido ao coletor permanecer atrás do mesmo, na plataforma ou no estribo.

3.78 Os coletores não poderão permanecer na plataforma operacional quando da execução de compactação.

3.79 O serviço a ser efetuado pela Contratada seguirá as instruções estabelecidas no presente instrumento e demais dispositivos estabelecidos no processo licitatório, bem como legislação e normas regulamentadoras vigentes, em especial a NR-38.

3.80 Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população, ou por outra ocorrência não prevista, poderá o Município de Marialva – PR determinar à Contratada que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores ou de pessoal necessário para a execução do serviço.

3.81 A Contratada deverá transportar os resíduos sólidos coletados até o Aterro Sanitário Municipal de Marialva – PR, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban.

3.82 A Contratada, obrigatoriamente, deverá efetuar a pesagem diária dos resíduos coletados para informar posteriormente à Contratante as respectivas quantidades, perante conferência de um servidor pré-designado no local, sendo que a balança localiza-se no interior do próprio Aterro Sanitário Municipal.

3.83 Durante a execução contratual, as manutenções preventiva e corretiva necessárias para o pleno funcionamento da balança, já existente no local e pertencente ao município de Marialva – PR, tais como: conservação predial e estrutural, responsabilidade sobre a emissão da certificação de calibração/aferição contínua, dentre outras, ficarão sob a responsabilidade da Contratada.

3.84 Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superiores.

3.85 A Contratada obriga-se a efetuar a coleta dos resíduos em vias públicas criadas após o início da execução contratual, sem custos adicionais à Contratante.

3.86 Execução do serviço – Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis.

3.87 Define-se, Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis, o serviço de recolhimento de materiais, devidamente, embalados pelos munícipes, tais como: plásticos, metais, vidros, papel e papelão, oriundos de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, residências e comerciais, sem limite proposto.

3.88 A Contratada deverá recolher os resíduos recicláveis domiciliares e comerciais, sejam quais forem os recipientes utilizados, competindo-lhe avisar os munícipes das exigências legais.

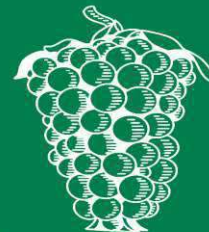
3.89 Os recipientes esvaziados, quando utilizados, deverão ser recolocados onde estavam em pé, no local de origem.

3.90 Os veículos utilizados deverão ser do Tipo Compactador, visando à redução de viagens ao CTC (face à distância considerável das áreas de coleta urbana e referido CTC) devido à sua capacidade de transportar maior quantidade de matérias em virtude da compactação, contribuindo com a produtividade e rapidez na operação de descarga do material, já que são providos de mecanismos de ejeção, eliminando os inconvenientes sanitários decorrentes da presença do trabalhador acondicionando o material na carroceria ou a sua queda em via pública.

3.91 O material reciclável deverá ser recolhido de forma que não transborde para a via pública. Caso ocorra o referido transbordo, deverá a Contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, quando necessário.



- 3.92 Os resíduos recicláveis depositados nas vias públicas pelos munícipes, caídos dos recipientes ou da atividade de coleta, deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.
- 3.93 O caminhão utilizado para a coleta dos materiais recicláveis deverá possuir cor diferente daquela utilizada nos veículos em uso na coleta de resíduos sólidos, com o objetivo de facilitar a sua identificação.
- 3.94 A Contratada fará o recolhimento dos materiais recicláveis dispostos nos depositórios (Lixeiras), com procedimentos de esvaziamento, manutenção e reposição de sacos coletores, quando danificados.
- 3.95 Os sacos coletores utilizados deverão ser fornecidos pela Contratada, inclusive àqueles de reposição.
- 3.96 Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superiores.
- 3.97 A Contratada deverá transportar os resíduos recicláveis coletados até o Centro de Triagem e Compostagem (CTC), anexo ao Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, Lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban, Marialva – PR.
- 3.98 Execução do serviço – Varrição Manual.
- 3.99 Define-se, serviço de varrição manual como a utilização de mão de obra humana destinada à limpeza e remoção integral dos resíduos de uma forma em geral contidos nas áreas totais das vias públicas, não limitando-se ao bordo, utilizando-se de sopradores, tais como: folhas, pequenas embalagens, papéis, papelões, jornais, dentre outros.
- 3.100 O serviço de varrição das vias públicas deverá ser efetuado por sopradores.
- 3.101 A Contratada deverá executar o referido serviço de varrição, através de sopradores, na superfície total da via pública em direção às bordas do meio fio, inclusive debaixo dos veículos estacionados.
- 3.102 Os resíduos acumulados, nas bordas do meio fio, obtidas através da varrição da área total das vias públicas, deverão ser recolhidos e embalados, manualmente, através do uso de vassouras, pás, ou com a utilização de equipamento que efetue a sucção dos mesmos.
- 3.103 A Contratada deverá efetuar a varrição em vias públicas do Município de Marialva – PR (Avenidas, logradouros, caminhos, estradas, vielas, rodovias e etc.), conforme estipulado pela Contratante.
- 3.104 As vias públicas, alvos do serviço de varrição, serão definidas pela Contratante, e poderão ser alteradas durante a vigência contratual, inclusive, com a inclusão de logradouros não contemplados no início da execução contratual.
- 3.105 A partir de determinação da Contratante, a Contratada executará o serviço de varrição em logradouros de forma pontual, ou seja, compreendendo períodos específicos.
- 3.106 O serviço de varrição manual será executado pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, e/ou, caso necessário, em período diverso a ser definido pela Contratante.
- 3.107 A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) veículo para o transporte dos resíduos, com potência mínima de 150 HP. Veículo este que poderá ser adaptado com o cafofo para transporte de pessoas.
- 3.108 Caso o veículo não atenda as referidas exigências, a Contratada deverá agregar um outro para atender a legislação vigente, o qual será utilizado para apoio, transporte, e inclusive para uso na coleta dos resíduos da varrição.
- 3.109 O serviço de varrição manual terá medição linear da extensão das vias. No caso de pista dupla com canteiro central, a medição se dará em cada uma das pistas.
- 3.110 A Contratada deverá preencher relatório diário, identificando os pontos de cada setor onde fora executado o serviço, não devendo ser quilometrados os locais que não receberam a varrição em virtude de chuva, falta de acesso e/ou situações similares.
- 3.111 O supracitado relatório deverá conter a identificação dos responsáveis pela varrição, seguida das respectivas assinaturas, sujeito à aprovação pela Contratante.
- 3.112 O itinerário e a frequência mais adequados para execução do serviço por setor deverão ser informados previamente no Plano Técnico de Trabalho, sujeito à aprovação pela Contratante.
- 3.113 Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superior.
- 3.114 A(s) Vencedora(s) dos Lotes nºs 01 e 02, até a data de assinatura de contrato, deverá(ão) apresentar o devido planejamento do projeto a ser executado, contendo na íntegra os processos imprescindíveis para a obtenção do resultado final em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, aqui denominado Plano Técnico de Trabalho, que atenda a todas as especificações e demais elementos técnicos deste Projeto Básico.
- 3.115 O Plano Técnico de Trabalho será apreciado por comissão, com os representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, que aprovará ou não o mesmo, por meio de parecer.
- 3.116 O referido plano deverá ser aprovado até a data limite para assinatura de contrato, sujeito à desclassificação da Licitante Vencedora no certame, caso o mesmo não seja aprovado até a referida data.
- 3.117 Ambas as partes poderão propor readequações dos serviços de forma a assegurar a melhoria da qualidade dos mesmos, ficando sempre a cargo de aprovação da Contratante.



3.118 O Plano Técnico de Trabalho deverá conter e evidenciar claramente:

3.119 Descrição detalhada dos serviços a serem executados com todo planejamento dos serviços a serem contratados, métodos a empregar, suas localizações, mapas, setores, frequências, programação da execução, demonstração da organização técnico-administrativa a ser adotada e currículos da equipe técnica.

Dimensionamento dos equipamentos e mão de obra.

3.120 Plano de manutenção e conservação, tanto de fins preventivos, quanto corretivos, que envolvam os veículos, máquinas e equipamentos necessários aos serviços, inclusive procedimentos de socorro mecânico e programação de lavagem rotineira dos mesmos.

3.121 Plano de segurança e higiene do trabalho relativo às atividades a serem desenvolvidas, incluindo especificações dos equipamentos de proteção individual necessários, devendo anexar Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional o (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

3.122 Projeto de Educação Ambiental para a redução de resíduos sólidos e publicidade da frequência das coletas. Plano de utilização do Sistema Gerenciador de Frota (GPS) para os veículos que o contenha, conforme exigido na especificação de cada serviço deste Projeto Básico, de modo a oferecer à Prefeitura Municipal de Marialva - PR os meios de fiscalização necessários com recursos informatizados para acompanhamento da execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos e materiais recicláveis, monitorando as rotas dos veículos de coleta de resíduos domiciliares, observando:

3.123 Monitoramento dos veículos com tecnologia de rastreamento.

3.124 Acompanhamento da execução da coleta através de monitoramento online dos veículos coletores, garantindo uma precisão posicional de no mínimo 100 (Cem) metros.

3.125 Mapeamento dos itinerários de cada veículo, com distâncias e rotas percorridas.

3.126 Consistência de percurso e logradouros percorridos.

3.127 Gerenciamento de entrada e saída de cada veículo em um determinado perímetro geográfico pré-estabelecido.

3.128 Infraestrutura tecnológica que contemple a comunicação direta entre as centrais de controle operacional da contratada e da fiscalização e o motorista do veículo, constituída de dispositivos com capacidade de armazenar e transmitir dados e de receber e processar sinais do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

3.129 Ter contadores de tempo e quilometragem para serem inicializados em função de eventos específicos.

3.130 Possuir sinal de alerta no caso de não serem observados os roteiros prévios de coleta.

3.131 Descrever o itinerário percorrido por cada veículo.

3.132 Permitir a visualização gráfica da rota online e off-line.

3.133 Possibilitar a transmissão de dados e o acesso dedicado para a Central de Controle Operacional da Contratante.

3.134 Juntamente com o presente plano técnico, a (s) Empresa (s), com sede em outros Estados, deverá (ão) apresentar Registro junto ao CREA/PR.

3.135 Excepcionalmente, nos primeiros 90 (noventa) dias corridos de execução contratual, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, será admitida a utilização de caminhões (compactadores e varredeira mecânica) com até 10 (dez) anos de fabricação, desde que em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, devidamente comprovadas por laudo técnico ou vistoria da fiscalização. Tal exigência se justifica pela municipalidade de Marialva – PR, onde limpeza urbana demonstra que o uso de frotas com idade avançada resulta em elevados índices de interrupção do serviço por falhas mecânicas. As frequentes manutenções em caminhões compactadores gera um efeito acumulativo de resíduos nas vias públicas, comprometendo a salubridade, expondo o município à riscos jurídicos e sanitários.

3.136 A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de execução do contrato, torna-se obrigatória e indispensável a substituição integral da frota por veículos zero quilômetro (0 km), conforme especificações originais deste Termo de Referência. A exigência de veículos zero quilômetro visa mitigar a falta de execução decorrente da fadiga de materiais e garantir que a logística de coleta de resíduos junto ao município Marialva opere com uma taxa de disponibilidade e eficiência próximas à 100%.

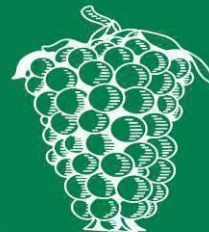
3.137 O descumprimento do prazo estabelecido para a substituição dos veículos pela frota zero quilômetro caracterizará inexecução parcial do contrato, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Cláusula 6 deste instrumento, inclusive com a aplicação de multa diária (M1) até a regularização da frota.

3.138 De forma integral, os custos decorrentes da mobilização temporária com veículos usados e a posterior substituição pelos veículos novos correrão exclusivamente por conta da Contratada, sem qualquer ônus adicional à municipalidade de Marialva – PR.

3.2 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.2.1 A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, a partir do recebimento de sua via de contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (Cinco por cento) do valor inicial do contrato.

3.2.2 Em conformidade ao Artigo nº 97, da Lei nº 14.133/2021, o recolhimento da garantia de execução poderá



ser efetuado nas seguintes modalidades:

3.2.3 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

3.2.4 Seguro-garantia.

3.2.5 O Edital fixa prazo de 01 (Um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo Contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia, como previsto no inciso II do § 1º, do Artigo nº 96, da Lei 14.133/2021.

3.2.6 Fiança bancária emitida por Banco ou Instituição Financeira devidamente autorizada à operar no País pelo Banco Central do Brasil;

3.2.7 Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

3.2.8 A garantia destina-se, qualquer que seja a modalidade escolhida, ao pagamento de:

3.2.9 Prejuízo advindo pelo não cumprimento do objeto do contrato.

3.2.10 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

3.2.11 Prejuízos diretos causados à Contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

3.2.12 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

3.2.13 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

3.2.14 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (Sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (Dois por cento).

3.2.15 O atraso superior a 25 (Vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

3.2.16 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

3.2.17 Será considerada extinta a garantia:

3.2.18 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e,

3.2.19 Com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

3.2.20 O Município de Marialva – PR não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

3.2.21 Caso fortuito ou força maior.

3.2.22 Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

3.2.23 Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante.

3.2.24 Atos ilícitos dolosos praticados por servidor da Contratante.

3.2.25 Caberá à Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nesta seção, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

3.2.26 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela Contratante à Contratada e/ou à instituição garantidora, no prazo de 90 (Noventa) dias após o término do contrato.

3.2.27 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela Seguradora.

3.3 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3.2 São indicados para fiscalização:

Gestor de Contrato:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino	Gestora de Contratos	3160

Fiscal Titular:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Cesar Mantovani	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos	10180

Fiscal Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
---------------	--------------	-----------



Guilherme Torrecilia Netzel	Técnico em Meio Ambiente	3316
Maurício Aparecido da Silva	Diretor do Departamento de Limpeza Pública	10501

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser imediatamente adequado a partir da notificação da Unidade Requisitante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. nº 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.5 Liquidação

6.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

6.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

6.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

6.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

6.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

6.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

6.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração sefará desde a data de seu vencimento até a



data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

6.6 Forma de pagamento

6.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Em caso de aditivo de prorrogação contratual, o índice utilizado para o reajuste de contrato será o IPCA.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Receber o serviço, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas em Edital da Licitação, Termo de Referência.

8.2. Receber o serviço e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

8.3. Proporcionar as ações demandadas para a devida execução do contrato, inclusive, quando necessário, permitindo acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante.

8.4. Designar gestor e fiscal de contrato, os quais serão responsáveis por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação aplicável;

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;

8.6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

8.7. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

8.8. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

8.9. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente contratação;

9.2. O cumprimento integral do objeto;

9.3. Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto, bem como com os demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

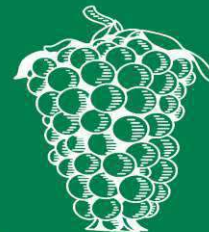
Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;

9.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

9.5. Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6. Executar a prestação do serviço nas devidas condições, devendo promover a devida adequação, imediatamente, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

9.7. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;



9.8 Não obedecer a execução do serviço, em conformidade ao previsto junto ao modelo.

9.9 Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

9.10 Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

9.11 Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

9.12 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR; Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;

9.13 Acatar as orientações do município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA – ANTICORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

10.2 Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

10.3 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

10.4 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.5 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.6 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

10.7 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:
- 11.2.2 advertência;
- 11.2.3 multa;
- 11.2.4 suspensão temporária de participação em licitação;
- 11.2.5 impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;
- 11.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e
- 11.2.7 descredenciamento do sistema de registro cadastral.
- 11.2.8 Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 11.2.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 11.2.11 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.
- 11.2.12 Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.13 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.
- 11.2.14 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 11.2.15 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.17 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.2.18 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.2.19 a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;
- 11.2.20 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.2.21 os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 11.2.22 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2 Severidade

11.2.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

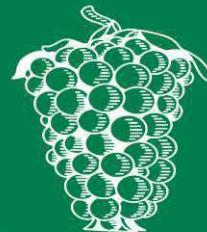
M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e



G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

11.2.2 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

11.2.3 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

11.2.4 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

11.2.5 No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

11.3 Moratória

11.3.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

11.3.2 O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.



11.3.3 Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

11.3.4 Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

11.3.5 Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

11.3.6 Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

11.3.7 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária XXXX-XXXX-XXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado



do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Marialva/Pr para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

17.2 As partes firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARIALVA, ESTADO DO PARANÁ, XX de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2026.

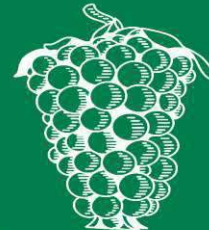
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Thiago Yudi Sakata
CPF : 048.169.759-42

Nome: Daiane Rebeca de Aquino
CPF : 071.344.749-41



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote.

Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos:

www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br

Recebimento das Propostas e Habilitação: até 15 de abril de 2026, às 08:30 hs

Abertura da Sessão: 15 de abril de 2026 às 09:00 hs Informações: (44) 3232-8372

ou compras@marialva.pr.gov.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração

Proc. Administrativo 12- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: DIO - Departamento de Publicação Oficial - A/C Mateus S.

Data: 26/03/2026 às 13:28:37

Segue para publicação.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Aviso_de_Licitacao.pdf



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote.

Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos:

www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br

Recebimento das Propostas e Habilitação: até 15 de abril de 2026, às 08:30 hs

Abertura da Sessão: 15 de abril de 2026 às 09:00 hs Informações: (44) 3232-8372

ou compras@marialva.pr.gov.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 60F2-FDA7-FD84-A58F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 26/03/2026 09:36:29 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/60F2-FDA7-FD84-A58F>

Proc. Administrativo 13- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: - EDITORA BEM PARANÁ LTDA

Data: 26/03/2026 às 13:29:58

Segue para publicação.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Pregao_Eletronico_n_24_26_COLETA_DE_RESIDUOS_BEMPR.rtf

De: EDITORA BEM PARANÁ LTDA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/03/2026 às 09:22:34

Em 26/03/2026 13:30, Prefeitura de Marialva escreveu:

Segue para publicação.



—
Marcos Dias Dos Santos
Pregoeiro

[Acompanhar online »](#)

Enviado e rastreado com [1Doc](#).

—
Para cancelar recebimento de comunicação de **Prefeitura de Marialva** neste e-mail, [clique aqui](#).

Anexos:

0327_21.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 15 de abril de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 15 de abril de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva-PR, 20 de março de 2026.
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

Objeto: Contratação de empresa para fornecer 03 (três) unidades do pacote de softwares AEC Collection – Linha Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection Ic – Subscription, pelo período de 03 (três) anos.

As propostas e documentos poderão ser cadastradas a partir de 30/03/2026, com limite até 15/04/2026 às 08:15h.

Julgamento das Propostas: dia 15/04/2026 às 08:30h.

Portal de Licitações: www.comprasbr.com.br

Melhores informações, na sede da Prefeitura Municipal de Imbituva, sito à Rua Pref. José Buhner Jr., 462 ou pelo telefone (42) 3436-1233 – Setor de Licitação. (julyano@imbituva.pr.gov.br).

Imbituva/PR, 27 de Março de 2026.

Bertoldo Rover
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90030/2026

Objeto: Aquisição de arado subsolador, através da Emenda Parlamentar nº 202240660004, para atendimento as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Data de início de recebimento de propostas: 27/3/2026

Data fim de recebimento de propostas: 13/4/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 26 de março de 2026.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

- DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: 27/03/2026 às 08h00min.
- DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 16/04/2026 às 09h00min.

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, 1.427,30 M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO FIO E SARJETA, PAISAGISMO E URBANISMO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL.” Valor Máximo: R\$ 478.389,93 (quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico <https://bnc.org.br> na plataforma do Bolsa Nacional de Preços – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico <https://bnc.org.br> ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731. Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8654. Almirante Tamandaré, 26 de março de 2026.

PEDRO JUERGEN MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2026/2030 • SINDICATO NA BASE
CNPJ 05.315.868/0001-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA

O Presidente do SINDIURBANO-PR – Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná, vem pelo presente, convocar todos os empregados da **URBS – Urbanização de Curitiba S/A** para a realização de Assembleia Específica por Empresa, conforme arts. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 do Estatuto Social, a ser realizada no dia **31 de março de 2026, às 18:30h**, com a presença de metade mais um dos trabalhadores, e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número de presentes, a ser realizada no auditório do SISMUC – Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba, sito à rua Monsenhor Celso Nº225 - 2º andar - Centro, Curitiba, com a seguinte pauta:

I. Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, pelos empregados filiados e os não filiados, para realizar as negociações da data-base, bem como, celebrar e assinar Acordo Coletivo de Trabalho com a **URBS – Urbanização de Curitiba S/A**
II. Discussão, deliberação e autorização **prévia e expressa** da categoria de trabalhadores representados (filiados e não filiados ao sindicato), para anuência do desconto em folha de pagamento desses trabalhadores da taxa negocial anual no importe de 3% (três por cento) do salário base, no mês seguinte à implantação do **reajuste salarial em folha de pagamento e/ou da assinatura do ACT, o que ocorrer primeiro.**

III. Discutir, deliberar e aprovar pauta de reivindicação para o Acordo Coletivo de Trabalho **2026/2028** da **URBS – Urbanização de Curitiba S/A.**

IV. Autorização para que o SINDIURBANO-PR suscite medidas administrativas e/ou judiciais (dissídio coletivo e outros), caso resultem infrutíferas as tentativas de negociação coletiva diretamente com **URBS – Urbanização de Curitiba S/A.**

Curitiba, 25 de março de 2026

SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM URBANIZACAO DO
EST:05315868000102

Assinado de forma digital por SINDICATO
DOS TRABALHADORES EM URBANIZACAO
DO EST:05315868000102
Dados: 2026.03.25 17:11:24 -03'00'

Luiz Carlos Viana
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026.

O MUNICÍPIO de SÃO SEBASTIÃO DAAMOREIRA, PR, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 06 de abril do ano de 2026, na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro – Setor de Licitação em São Sebastião da Amoreira, Paraná, Brasil, DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo menor preço por ITEM, por meio de recursos de tecnologias da informação – INTERNET, Plataforma <https://bnc.org.br> de acordo com as especificações do Edital.

Objeto: Aquisição de itens de higiene íntima pessoal e bolsa necessaire, para atendimento de crianças, adolescentes e mulheres em idade reprodutiva, em situação de vulnerabilidade social, atendidas pela rede socio assistencial do município de São Sebastião da Amoreira, através do programa INCENTIVO, APOIO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE POR MEIO DO ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE INTIMA.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitação através do e-mail licitacao@amoreira.pr.gov.br, pelo Telefone 43 3265-8300, com o Agente de Contratação/Pregoeiro Rômulo Ricardo Janoni Soares. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço eletrônico citado.

São Sebastião da Amoreira, 26 de março de 2026.
Exilaine Gaspar – Prefeita Municipal.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90029/2026

Objeto: Contratação de serviços de confecção e personalização de camisas e camisetas para uso institucional e campanhas do Município de Dois Vizinhos.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 27/3/2026

Data fim de recebimento de propostas: 15/4/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 26 de março de 2026.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90031/2026

Objeto: Aquisição de fantasias tipo mascote (corpo inteiro) para ações institucionais em datas comemorativas e eventos do Município de Dois Vizinhos.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 27/3/2026

Data fim de recebimento de propostas: 13/4/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 26 de março de 2026.

Luis Carlos Turatto- Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINFOPAR - SINDICATO DOS FONOAUDIÓLOGOS DO ESTADO DO PARANÁ, CONVOCA todos os Fonoaudiólogos do Estado do Paraná, associados ou não para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **01/04/2024 às 19:00h** na modalidade tele presencial através do **Link da videochamada: meet.google.com/xkv-tiic-wjc** em primeira convocação com quórum qualificado e às **19:30h**, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- a)Análise e Aprovação da pauta de reivindicações da CCT 2026;
- b)Autorização para a Diretoria do SINFOPAR assinar a CCT 2026 e tomar as medidas judiciais e administrativas necessárias em defesa dos interesses da categoria abrangida;
- c)Autorização para a Diretoria do SINFOPAR apreciar e suscitar Dissídio Coletivo, caso resultem infrutíferas as negociações;
- d)Discussão e Aprovação da tabela de honorários de 2026;
- e)Discussão e Aprovação da taxa associativa de 2026; .
- f)Discussão e aprovação do desconto da Contribuição Confederativa ou Negocial da CCT 2026;
- g)Autorização para ampliação da base territorial de Santa Catarina.
- h) Informes.

Curitiba, 26 de março de 2026.

Maria Patrícia do Nascimento - Presidente SINFOPAR

ALPHAVILLE GRACIOSA CLUBE

CNPJ/MF 03.739.288/0001-09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores associados do ALPHAVILLE GRACIOSA CLUBE, na forma dos artigos 46 e 47 do Estatuto Social, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ter início de forma presencial no Buraco 19, nos dias **10 (dez) de abril de 2026**, às 19h00h em 1ª convocação, com a participação mínima de metade mais um dos associados, ou, em segunda convocação, às 19h30min, com a participação de qualquer número de associados. Em continuidade a Assembleia Geral Ordinária, ficam convocados também os senhores associados, para participarem da votação presencial da ordem do dia, a realizar-se no Buraco 19 do Alphaville Graciosa Clube, situado à Avenida Tomaz Edison de Andrade Vieira, 825, Pinhais, PR, no dia **11 (onze) de abril de 2026**, a partir das 09h (nove horas), com encerramento da votação às 18h (dezoito horas), e na sequência apuração dos votos e divulgação do resultado.

ORDEM DO DIA – 10/04/2026

- Examinar a prestação de contas referente ao exercício de 2025, composta pelo Relatório do Comitê Executivo, o Balanço Geral, a Demonstração da Receita e Despesa e o parecer da Auditoria Externa;
- Votação da prestação de Contas exercício 2025;
- Assuntos Gerais;

ORDEM DO DIA – 11/04/2026

- Eleição dos Membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Para visualização de toda a documentação para aprovação da prestação de contas do Exercício 2025, favor solicitar os documentos na Secretaria Administrativa.

2. Habilitação para votar e procurações:

Somente poderão *participar da Assembleia*, os associados quites com suas obrigações junto ao Clube, em consonância com o disposto no *artigo 45* do Estatuto Social.

Todos os associados deverão estar munidos de documento de identificação.

Cada *procurador* poderá representar apenas um proprietário, conforme *parágrafo 3º do artigo 50* do Estatuto Social

3. Os Associados interessados em se candidatar ao Conselho Diretor e Conselho Fiscal, deverão preencher a Ficha de Inscrição disponível na Sede Administrativa do Alphaville Graciosa Clube, situada na Avenida Tomaz Edison de Andrade Vieira, 825, Pinhais, PR ou através do fone 41 9 7402-1894, de 30/03/2026 das 08h00min até às 17h30min do dia 08/04/2026. As inscrições ocorrerão em horário comercial, de segunda à sexta, das 08h00min às 17h30min.

Poderão ser candidatos os Associados que atendam às exigências dos *artigos 107 e 109* do Estatuto Social.

Pinhais, PR, 27 de março de 2026.

Claudio Valerio Vieira
Presidente do Conselho Diretor

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/03/2026 às 10:11:33

Segue publicações e portaria.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

DIOE.pdf

DOU.pdf

Portaria_n_74_26_Pregoeiro.pdf

Local do objeto	Objeto	unidade
Estrada dos Polacos, Bairro Água Boa	Pavimentação CBUQ	

O Encerramento do recebimento das propostas de habilitação será às 08h30 (oito horas e trinta minutos) do ano de 2026.

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Japira e na plataforma BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma. Japira/PR, 26 de março de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Prefeito Municipal

37828/2026

##AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026-PMJ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENDAS, MOBILIÁRIO E VEÍCULO UTILITÁRIO EQUIPADO COM BAÚ ISOTÉRMICO, DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JAPIRA/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2026 – DESAN, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAPIRA E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: LOTE 01 E LOTE 02 - MENOR PREÇO POR ITEM LOTE 03 - MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA: R\$330.291,00 (Trezentos e Trinta Mil, Duzentos e Noventa e Um Reais). **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** à partir das 10h00min (dez horas) do dia 27/03/2026. **ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 10/04/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 10h00min (dez horas) do dia 10/04/2026. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** Plataforma BLL (www.bllcompras.com) Retirada do Edital: Disponível no site do Município de Japira, www.japira.pr.gov.br, licitações; Plataforma BLL (www.bllcompras.com), ou solicitado através do e-mail licitacao@japira.pr.gov.br.

Japira, 26 de março de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA-Prefeito Municipal

37831/2026

Japurá

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

O Município de Japurá, Estado do Paraná torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 15 de Abril do ano de 2026, na plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Cristal	Pavimentação CBUQ	28.882,00 m²	300 dias
Estrada Tagaça			

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Japurá e na plataforma <https://bnc.org.br/>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Japurá-Pr., 26 de Março de 2026.

Adriana Cristina Polizer
Prefeita Municipal

37412/2026

Jussara

MUNICÍPIO DE JUSSARA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026.

O MUNICÍPIO DE JUSSARA, torna público que às 09:00 horas do dia 15/04/2026, na plataforma <https://bnc.org.br>, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Veículo tipo Minivan 7(6+1) lugares	1	R\$ 146.463,33	180 dias

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
216817226

Documento emitido em 27/03/2026 08:24:06.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 12103 | 27/03/2026 | PÁG. 72

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.impressaooficial.pr.gov.br

Mangueirinha

HOMOLOGAÇÃO - RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, **LEANDRO DORINI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 14.133/2021, resolve **HOMOLOGAR A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2024 - PMM**, que tem por objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de pavimentação poliédrica (calçamento), execução de obras ou serviços de engenharia para estradas vicinais, Convênio SPOA/SE/MAPA n.º 955826/2024 para atender a demanda da Secretaria De Agricultura e Meio Ambiente de Mangueirinha/PR.** A empresa proponente **PIRAMIDE PAVIMENTACAO E CALCADOS LTDA** foi vencedora do lote 01. Valor total R\$ 518.322,00 (Quinhentos e dezoito mil trezentos e vinte e dois reais).

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mangueirinha 25 de Março de 2026.

Leandro Dorini – Prefeito.

37599/2026

Marialva

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 15 de abril de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 15 de abril de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva-Pr, 20 de março de 2026.

FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA - Prefeita Municipal

36933/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1265/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço em locação de impressora, com a finalidade de atender a demanda por impressão de exames radiológicos junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo Menor Preço Por Item. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 16 de abril de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 16 de abril de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva-Pr, 20 de março de 2026.

FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA - Prefeita Municipal

37413/2026

Maringá

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2026-PMMP
em 23 de março de 2026

Objeto: Registro de Preço para Contratação de Clínica Veterinária no Município de Maringá, para realização de **Atendimentos e Consultas de Plantão**, em animais de pequeno porte (cães e gatos), oriundos de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal – SEBEA, atendendo as necessidades da Secretaria. **Recebimento das propostas:** até as 08:30 horas do dia 16 (dezesseis) de abril de 2026. **Abertura das propostas:** às 08:30 horas do dia 16 (dezesseis) de abril de 2026. **Início da sessão de disputa de lances:** às 08:30 horas do dia 16 (dezesseis) de abril de 2026, no site www.gov.br/compras/pt-br – COMPRASNET. O edital

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 18.990,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2026
LICITAÇÃO Nº 100/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 56/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - CNPJ 02.949.582/0001-82
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 17.325,00 (Dezessete Mil, Trezentos e Vinte e Cinco Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2026
LICITAÇÃO Nº 100/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 56/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 33.583.026/0001-69
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 27.673,75 (Vinte e Sete Mil, Seiscentos e Setenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2026
LICITAÇÃO Nº 100/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 56/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME - CNPJ 09.253.952/0001-91
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 27.450,00 (Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2026
LICITAÇÃO Nº 100/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 56/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: SC MEDICAL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 12.246.862/0001-88
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 315.700,00 (Trezentos e Quinze Mil e Setecentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2026
LICITAÇÃO Nº 100/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 56/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39
CONTRATADO: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA - CNPJ 05.684.135/0001-37
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE/HOSPITALARES, MOBILIARIO E COMPUTADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JAPURÁ-PR,. CONFORME PLANO DE AÇÃO CADASTRADO SOB Nº 09032023-036191-MINISTERIO DA SAÚDE/EMENDA PARLAMENTAR Nº 20237050005.
VALOR GLOBAL: R\$ 12.899,80 (Doze Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato. DATA DE ASSINATURA: 24/03/2026 ADRIANA CRISTINA POLIZER Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Objeto: Contratação de empresa para locação de máquinas copiadoras/impresora multifuncionais com fornecimento de suprimentos e manutenção, para atender as secretarias municipais.
Tipo de licitação: Menor Preço Por Lote.
Modo de disputa: Aberto.
Abertura da sessão pública: 15/04/2026, às 08h00min., no site www.licitanet.com.br/.

Laranjeiras do Sul-PR, 25 de março de 2026
JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN/SMGP-0006/2026

Comunicamos aos interessados que está disponibilizada:
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: PA/SMGP-0049/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Está prevista no inciso I do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 87 e seu Parágrafo Único, do Decreto Municipal 1462/2022.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços assistenciais de forma complementar, por meio das atividades de Unidade de Assistência Especializada em Doença Renal Crônica com Terapia Renal Substitutiva-Diálise de Média e Alta Complexidade com habilitação junto ao Ministério da Saúde. Trata-se de serviços ambulatoriais especializados em Doença Renal Crônica (DRC) e Terapia Renal Substitutiva (TRS) na Média e Alta Complexidade para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Londrina.
VALOR: R\$ 34.645.180,80 (trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil cento e oitenta reais e oitenta centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO: Será de 60 (sessenta) meses, contados da competência/mês de assinatura deste termo independente do dia em que ela ocorrer, em virtude dos registros junto ao Ministério da Saúde serem por competência/mês.
CONTRATADA: DAVITA BRASIL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS DE NEFROLOGIA LTDA - LONDRINA/PR
CNPJ nº: 23.097.104/0039-34
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2026
PROCESSO SEI nº: 19.008.045737/2026-57
O Relatório Final poderá ser obtido através do site www.londrina.pr.gov.br.

Londrina, 24 de Março de 2026.
SÉRGIO WILLIAN COSTA BECHER
Secretário Municipal de Gestão Pública

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP - 41/2026

Comunicamos aos interessados que está disponibilizado o Edital a seguir: PREGÃO ELETRÔNICO n.º PGE/SMGP-0041/2026 (COMPRASGOV n.º 90.041/2026), objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos. Valor máximo da licitação: R\$ 257.775,00. O Edital poderá ser obtido através do site www.londrina.pr.gov.br. Quaisquer informações necessárias pelo telefone (43) 3372-4412 ou ainda pelo e-mail: licita@londrina.pr.gov.br.

Londrina, 24 de março de 2026.
SÉRGIO WILLIAN COSTA BECHER
Secretário Municipal de Gestão Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2024 - PMM

Edital Retificado
O Prefeito Municipal, LEANDRO DORINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 14.133/2021, resolve HOMOLOGAR A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 014/2024 - PMM, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de pavimentação poliédrica (calçamento), execução de obras ou serviços de engenharia para estradas vicinais, Convênio SPOA/SE/MAPA n.º 955826/2024 para atender a demanda da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Mangueirinha/PR. A empresa proponente PIRAMIDE PAVIMENTACAO E CALCADOS LTDA foi vencedora do lote 01. Valor total R\$ 518.322,00 (Quinhentos e dezoito mil trezentos e vinte e dois reais). Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mangueirinha 25 de Março de 2026.
LEANDRO DORINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva - PR, pelo Menor Preço Por Lote. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas: até o dia 15 de abril de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas: 15 de abril de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva-Pr, 20 de março de 2026.
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3/2026

O Município de Nossa Senhora das Graças - PR torna público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 04/2026. Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação e Projeto de Venda no período de 30/03/2026 até 22/04/2026, no Setor de Licitações, localizado na Praça Deputado Nilson Batista Ribas, nº 131, das 08h às 17h. A sessão de análise ocorrerá no dia 22/04/2026, às 09 horas. Esclarecimentos poderão ser solicitados até 03 (três) dias úteis antes da sessão, no mesmo endereço. O edital completo e demais documentos estão disponíveis no Portal da Transparência:<https://nossasenhoradasgracas.eloweb.net/portaltransparencia/1/>.

Nossa Senhora das Graças, 25 de março de 2026.
CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato das Contrato de Compra nº 213/2026. Referente ao Pregão nº 119/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE PALOTINA - CNPJ: 76.208.487/0001-64. DETENTORA: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 37.885.137/0001-80, NO VALOR TOTAL DE - R\$ 19.500,00; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CIRURGICOS PARA USO HOSPITALAR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 38090012 (PROPOSTA CADASTRADA SOB Nº 08878760000124008), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde; VIGÊNCIA: ESTE CONTRATO TERÁ A VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado a empresa detentora ATÉ O 10º (DÉCIMO) DIA UTIL AO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, apresentação dos relatórios de atendimento e coleta, comprovação das autorizações de exames Emitidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Rodrigo Ribeiro PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato das Contrato de Compra nº 214/2026. Referente ao Pregão nº 119/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE PALOTINA - CNPJ: 76.208.487/0001-64. DETENTORA: MF MEDICAL LTDA - ME - CNPJ: 13.520.397/0001-94, NO VALOR TOTAL DE - R\$ 243.000,00 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CIRURGICOS PARA USO HOSPITALAR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 38090012 (PROPOSTA CADASTRADA SOB Nº 08878760000124008), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde; VIGÊNCIA: ESTE CONTRATO TERÁ A VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado a empresa detentora ATÉ O 10º (DÉCIMO) DIA UTIL AO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, apresentação dos relatórios de atendimento e coleta, comprovação das autorizações de exames Emitidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Rodrigo Ribeiro PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

REPUBLICADO
Tipo: Menor Preço Global por Lote. O Município de Palotina avisa aos interessados que está à disposição o Edital do Pregão 018/2026, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA DE AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS E PARA DISTRIBUIÇÃO PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDER AS DEMANDAS FUTURAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. Conforme especificações contidas no Edital, com abertura prevista para o dia 14/04/2026 às 09:01hs. O edital está à disposição na Prefeitura Municipal de Palotina/PR, e-mail compras@palotina.pr.gov.br, na plataforma BLL www.bll.org.br e no site da prefeitura.

RODRIGO RIBEIRO
Prefeito





PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



Secretaria Municipal de Administração – SEAD

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

D.O.E.

Lei Municipal n.º 1.658 de 21 de março de 2012
Regulamentado pelo Decreto n.º 6.647 de 23 de maio de 2019

Quinta-feira, 26 de Março de 2026

Edição: 1554

Ano: 2026



PORTARIA Nº. 94/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Pregoeiro(a), Equipe de Apoio, Assessoramento Jurídico junto ao Departamento de Licitação e Contratos para o **exercício de 2.026** dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARIALVA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fulcro no Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2001, Decreto n. 10.024/2019, Decreto Municipal n. 8.087/2022, de 06/10/2022, Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2012 e Lei n. 14.133, de 01/04/2021, **RESOLVE:**

Art. 1º: Ficam designados os Servidores abaixo, para atender ao disposto na legislação pertinente, junto ao Departamento de Licitação e Contratos desta Prefeitura, com suas respectivas atribuições, para o **exercício de 2.026:**

PREGOEIRO

Silvia Yumi Horita Rodrigues, Marcos Dias dos Santos.

EQUIPE DE APOIO A PREGOEIRO

Claudiany de Sousa, Renata Cristina Vitoriano da Paixão, Tuane Aline Barbosa, Osvaldo Sigles Júnior, Alessandra Regina Bianco Montóia, Patricia Erica Hamada Bonjorno, Elton Jones Caparroz, Hamilton Teles Facelli, Andreia dos Santos Gallo, Rodrigo Cesar Souza Bezerra, Karina Bortolon Pires de Lima e Bruna Angélica Vicente Inácio.

ASSESSORIA JURÍDICA DO DEPTº. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Drª. Ligia Aparecida Fernandes

Art. 2º: Fica delegado competência o **PREGOEIRO**, com a atribuição também do recebimento de propostas e lances, análise de sua aceitabilidade e classificação, habilitação e adjudicação, do objeto do certame, ao licitante vencedor, inclusive os atos oriundos de Pregão, por meio da utilização dos recursos de tecnologia da informação, nos termos da regulamentação específica.

Art. 3º: Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 71/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva-Pr, em 25 de março de 2.026.

(assinado eletronicamente)
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
Prefeita Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6591-6426-1944-6468

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FLÁVIA CHERONI DA SILVA BRITA (CPF 017.XXX.XXX-54) em 25/03/2026 16:52:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/6591-6426-1944-6468>

De: Silvia R. - DEPCOM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/03/2026 às 13:18:37

—

Atenciosamente,

Silvia Yumi Horita Rodrigues

Agente Administrativo

Anexos:

DOE.pdf



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote.

Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos:

www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br

Recebimento das Propostas e Habilitação: até 15 de abril de 2026, às 08:30 hs

Abertura da Sessão: 15 de abril de 2026 às 09:00 hs Informações: (44) 3232-8372

ou compras@marialva.pr.gov.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração

De: Silvia R. - DEPCOM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/03/2026 às 10:16:58

Bom dia,

Segue pedido de esclarecimento para análise e parecer, sendo que o mesmo deve ser encaminhado até o dia 06/04/2026.

—

Atenciosamente,

Silvia Yumi Horita Rodrigues

Agente Administrativo

Anexos:

ESCLARECIMENTO.pdf



Esclarecimentos - Processo 24/2026 - MUNICIPIO DE MARIALVA

Requerimento

Criado em	Texto	Arq. escl.	Endereço
30/03/2026 09:38	1 - Execução atual do objeto: Existe atualmente alguma empresa responsável pela execução do objeto da presente licitação ou de serviços similares ao objeto da licitação? Em caso afirmativo, solicitamos informar: a) a licitação que originou o contrato atualmente vigente; b) o valor contratado e/ou atualmente praticado; e c) o link de acesso à respectiva licitação, contrato e eventuais aditivos, se disponíveis. 2 - Convenção coletiva de trabalho: Qual convenção coletiva de trabalho foi adotada como referência para a composição dos custos de mão de obra considerados na elaboração do orçamento estimado apresentado no edital? 3 - Planilha de composição de custos: Solicitamos, por gentileza, a disponibilização da planilha de composição de custos utilizada na elaboração do orçamento estimado, preferencialmente em formato editável (Excel), a fim de assegurar maior precisão, transparência e isonomia na formulação das propostas.		Não há arquivo anexado.

Resposta

Criado em	Texto	Arq. resp.	Endereço
			Não há arquivo anexado.

Requerimento

Criado em	Texto	Arq. escl.	Endereço
30/03/2026 09:38	4 - Destinação final dos resíduos: Solicitamos esclarecimento quanto à destinação final dos resíduos gerados durante a execução do objeto, especificamente se o entendimento de que o aterro sanitário será subcontratado ou indicado pela Administração Contratante está correto, bem como a identificação do local de destinação final considerado na composição do orçamento estimado. 5 - Quilometragem estimada: Qual a quilometragem estimada considerada pela Administração para o deslocamento dos veículos durante a execução dos serviços, conforme utilizada na elaboração do orçamento estimado?		Não há arquivo anexado.

Resposta

Criado em	Texto	Arq. resp.	Endereço
			Não há arquivo anexado.

Proc. Administrativo 16- 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: SADM - DCL - Departamento de Licitação - A/C Silvia R.

Data: 07/04/2026 às 07:57:25

Bom dia Silvia.

Segue anexo os esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,

—

Marcelo Aparecido Rigueti Manguetti

Auxiliar Administrativo

Anexos:

Resposta_Esclarecimentos_Pregao_Eletronico_n_24_2026.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Marcelo Aparecido Rigueti...	07/04/2026 07:58:02	1Doc MARCELO APARECIDO RIGUETTI MANGUETTI CPF 019...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **CB08-C9CD-6F17-12CC**



Resposta – Esclarecimentos – Pregão Eletrônico nº 24/2026

Item nº 01: Sim, atualmente há uma empresa em operação; O contrato vigente tivera origem na Concorrência nº 01/2020.

Segue abaixo link, com as informações requeridas:

<https://marialva.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2020&tipoLicitacao=3&licitacao=1>

Item nº 02: Convenção da Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná;

Item nº 03: A planilha encontra-se disposta junto ao link a seguir:

<https://marialva.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2026&tipoLicitacao=6&licitacao=24>

Item nº 04: O aterro sanitário para o destino final dos resíduos gerados provenientes da execução do serviço pertence a municipalidade de Marialva – PR.

Item nº 05: O aterro sanitário encontra-se localizado junto à Rodovia Luiz Carlos Macente km 08 – Gleba Ribeirão Aquidaban – Marialva/PR, aproximadamente à 10 Km de distância do Paço Municipal.

Proc. Administrativo 17- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: DEPCOM - Departamento de Compras - A/C Marcelo M.

Data: 08/04/2026 às 16:14:02

Boa tarde,

Segue pedido de esclarecimento para análise e parecer, sendo que o mesmo deve ser encaminhado até o dia 13/04/2026.

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

Esclarecimento_SANETRAN.pdf

A
Prefeitura Municipal de Marialva-PR

Solicitação de esclarecimento
Pregão Eletrônico nº 24/2026

A Sanetran Saneamento Ambiental Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 95.391.876/0001-12, inscrição estadual n. 10201592-40, com sede na Rodovia Vereador Admar Bertolli, nº 6.159, bairro Jardim Marambaia, na cidade de Almirante Tamandaré, estado do Paraná, vem respeitosamente, apresentar **Pedido de Esclarecimento**, o que faz conforme as razões a seguir expostas:

I. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de aprimorar o Pregão Eletrônico nº 24/2026, referente à prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta seletiva de materiais recicláveis e varrição manual, considerando as especificações contidas no Termo de Referência gostaríamos de formalizar um Pedido de Esclarecimento formal e sugerir algumas adequações nos itens abaixo.

II. ESCLARECIMENTOS

- 1) Quanto a divisão dos lotes: Solicitamos, por gentileza, esclarecimentos quanto à divisão do objeto da presente licitação em dois lotes distintos, sendo o Lote 1 destinado à coleta de resíduos domiciliares e seletiva, e o Lote 2 referente aos serviços de varrição. Embora se tratem de serviços com características operacionais distintas, é importante destacar que diversas empresas do setor possuem capacidade técnica e operacional para executar integralmente os três serviços (coleta domiciliar, coleta seletiva e varrição). Nesse sentido, a segmentação em lotes pode, eventualmente, restringir a competitividade do certame. Dessa forma, questiona-se se foi avaliada a possibilidade de unificação dos serviços em um único lote, ou alternativamente, a sua divisão em itens dentro de um mesmo lote, o que poderia ampliar a competitividade, possibilitar maior participação de empresas e potencialmente resultar em propostas mais vantajosas para a Administração, com maior desconto global.
- 2) Os controles dos tickets de pesagem da balança e horário de atendimento (terão vigilância 24 horas)?

- 3) Item 8.1.1.2 fala sobre coleta conteineirizada de resíduos - Serão containers do município ou teremos que fazer aquisição? Qual quantidade?
- 4) No mesmo item comenta também que a coleta deverá ser executada em TODOS os distritos e área rural, devido a grande extensão da área rural, consegue definir exatamente qual o local que deve ser atendido?
- 5) Está correta a coleta seletiva devem ter 2 equipes para o centro + 1 equipe para os distritos, como é detalhado no item 8.1.1.8, No entanto na planilha de custo foi considerado apenas 2 equipes, qual é o correto?
- 6) A varrição será borda de pista?
- 7) Será necessário a implantação de rastreadores nos lutocares da varrição? Qual nível de controle que esperam no monitoramento dos serviços de varrição?
- 8) Quantos sopradores serão solicitados?
- 9) Qual exatamente será o quadro necessário para cada item da equipe de fiscalização e administração local? 01(um) supervisor e 02 (dois) jovens aprendizes por lote?
- 10) A bandeira na coleta está liberada? Não tem nenhuma restrição desse processo que prejudica tanto a qualidade de coleta. Lembrando que esse processo sem critérios tempo, pode gerar problemas de saúde pública e geração de chorume em vias públicas.
- 11) O veículo da coleta seletiva deve possuir cor e adesivos diferentes do da orgânica? Como deve ser a diferenciação dos layout dos veículos previstos para coleta domiciliar e coleta seletiva?
- 12) Licença Simplificada - Como a empresa irá comprovar que atende as especificações do IAT com no máximo 5 veículos?

4.13 A Proponente deverá apresentar Licença Ambiental de Operação para Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Classe IIA), e/ou Licença Ambiental Simplificada emitida IAT (Instituto Água e Terra) do Estado do Paraná.

- 13) Licença do pátio - Acerca da não exigência, no edital, da licença ambiental e/ou de operação do pátio dos veículos a serem utilizados na execução dos serviços, considerando que tal licença é de extrema relevância para garantir a regularidade ambiental das atividades, bem como o adequado armazenamento, manutenção e circulação dos veículos envolvidos, entendemos que sua exigência contribui diretamente para a segurança jurídica e operacional do contrato. Há previsão de exigência da referida licença em momento posterior do certame ou na fase de contratação? Em caso positivo, em qual etapa e de que forma será realizada tal comprovação?
- 14) Para comprovação de reserva de cargos, será realizada ou solicitada a emissão da Certidão de Cotas e Reserva de Cargos emitida pelo MTE?

6) Declaramos para os devidos fins que, cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, cumprindo o disposto no Inciso IV, do Artigo nº 63, da Lei 14.133/2021.

15) Como vai ser comprovado que o monitoramento atende essas especificações?

8.1.2.4. O serviço deverá ser monitorado, através de aquisição e uso de equipamentos de rastreamento nos veículos LUTOCAR utilizados para a varrição, disponibilizados pela Contratada, possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando em números a quantidade de metros foram varridos no dia, e mostrando no mapa qual setor foi executado.

16) Durante o período de 90 (noventa) dias citado no item 8.1.9, será permitida a utilização de caminhões que não possuam 04 (quatro) lugares na cabine, conforme exigência da NR-38, ou tal requisito já será de cumprimento obrigatório desde o início da execução contratual?

8.1.9. Excepcionalmente, nos primeiros **90 (noventa) dias corridos** de execução contratual, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, será admitida a utilização de caminhões (compactadores e varredeira mecânica) com **até 10 (dez) anos de fabricação**, desde que em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, devidamente comprovadas por laudo técnico ou vistoria da fiscalização. Tal exigência se justifica pela municipalidade de Marialva – PR, onde limpeza urbana demonstra que o uso de frotas com idade avançada resulta em elevados índices de interrupção do serviço por falhas mecânicas. As frequentes manutenções em caminhões compactadores gera um efeito acumulativo de resíduos nas vias públicas,

III. CONCLUSÃO

Diante dos pontos apresentados, busca-se o devido esclarecimento para garantir a ampla competitividade do certame, a isonomia entre os licitantes e a formação de propostas compatíveis com a realidade de mercado.

Destaca-se que, à luz da responsabilidade da Administração Pública pela condução do certame e pela fiscalização contratual, entende-se que, caso necessário, os esclarecimentos poderão ser obtidos internamente ou junto aos órgãos competentes, de modo a garantir resposta adequada às licitantes e o regular prosseguimento do processo licitatório.

Almirante Tamandaré, 08 de abril de 2026.

Proc. Administrativo 18- 1.269/2026

De: Silvia R. - DEPCOM

Para: DEPCOM - Departamento de Compras - A/C Marcelo M.

Data: 09/04/2026 às 11:35:45

Bom dia,

Segue pedido de esclarecimento para apreciação e parecer.

—

Atenciosamente,

Silvia Yumi Horita Rodrigues

Agente Administrativo

Anexos:

ESCLARECIMENTO_SOL_AMBIENTAL.pdf

Marialva Pr, 09 de abril de 2.026

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026

MUNICIPIO DE MARIALVA PR

SOL BRASIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 14.755.914/0001-77, vem tempestivamente solicitar a seguintes informações:

1. No edital, em seu item do TR Termo de referência, 8.1.6, sub item 8.1.6.7, define que:

8.1.6.7. O serviço de varrição manual terá medição linear da extensão das vias. No caso de pista dupla com canteiro central, a medição se dará em cada uma das pistas.

Perguntamos: No caso de uma via de pista simples, composta de um eixo de via, que teremos duas sarjetas, ou seja para cada km de eixo, teremos dois km de sarjetas. Esta medição linear de extensão de vias, que será usada como critério da medição dos serviços, será o km de eixo, ou a extensão dos km lineares da sarjetas?

2. No edital, item 8.1.2.3. Os resíduos resultantes do serviço de varrição serão depositados, em ponto de concentração ou em contentores, **para posterior coleta da equipe, transporte, e destinação final de resíduos sólidos comuns (RSC).**

Nos itens 8.1.6.6 e 8.1.6.6.1

8.1.6.6. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) veículo para o transporte dos resíduos, com potência mínima de 150 HP. Veículo este que poderá ser adaptado com o cafofo para transporte de pessoas.

8.1.6.6.1. Caso o veículo não atenda as referidas exigências, a Contratada deverá agregar um outro para atender a legislação vigente, o qual será utilizado para apoio, transporte, e **inclusive para uso na coleta dos resíduos da varrição.**

No item 8.1.2.3, entendemos que a coleta dos resíduos de varrição, será executada pelos caminhões coletores compactadores utilizados para a coleta domiciliar e comercial, porém poderá também ser coletado pelo caminhão cafofo, a ser usado para

o transporte de pessoal (não obrigatoriamente por este caminhão cafofo)?. Está correta nossa interpretação?

3. Para o serviço de varrição manual, existe conforme item:

8.1.2.8. Veículos e Equipamentos.

8.1.2.8.1. Varrição Manual.

8.1.2.8.1.1. 01 (Um) caminhão carroceria cafofo.

8.1.2.8.1.2. 16 (Dezesseis) carrinhos Lutocar.

Perguntamos: Este caminhão cafofo, de 150 cv, poderá ser substituído por outro veículo mais adequado e que comporte o número de 16 varredores?

Justificativa: 1.a -Esta cafofo, ou cabine adaptada, situada entre a cabine principal e a carroceria, primeiramente que não comporta a totalidade de varredores (16 varredores), ou no máximo 06 a 08 varredores, com acomodação precária sem ar condicionado, em altura que demanda o uso de escadas para subir (trazendo risco para as pessoas – varredores, ao subir e ao descer), podendo causar acidentes de trabalho, tais como quedas e ou entorses em membros inferiores (pés e tornozelos).

2.a – A legislação de trânsito não permite o transporte dos funcionários na carroceira do caminhão, e em sua cabine principal além do motorista mais duas pessoas apenas, e daí perguntamos: Como fazer com o transporte dos demais funcionários que não comportam no cafofo, ou cabine auxiliar?

Dentro desta justificativa é que perguntamos se podemos adotar o uso de van que comporte além do motorista os demais 16 trabalhadores, usando uma carretinha acoplada, para o transporte de sopradores e demais ferramentais tais como (sacos plásticos, vassourões, pazinhas e outros).

Marialva PR, 9 DE ABRIL de 2026.

IBRAIM GODOY DA SILVA NETO

CPF 202.228.231-00

SOL BRASIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ 14.755.914/0001-77



Documento assinado digitalmente

IBRAIM GODOY DA SILVA NETO

Data: 08/04/2026 22:16:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Proc. Administrativo 19- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: SADM - Secretaria de Administração - A/C Thiago S.

Data: 13/04/2026 às 08:40:28

Segue para assinatura.

—
Marcos Dias Dos Santos
Pregoeiro

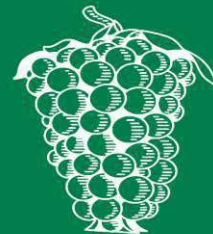
Anexos:

AVISO_DE_SUSPENSAO_DE_LICITACAO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thiago Yudi Sakata	13/04/2026 09:26:43	1Doc	THIAGO YUDI SAKATA CPF 048.XXX.XXX-42

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **F085-8EEF-14BF-076D**



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 24/2026
Processo Administrativo Nº 1269/2026

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Marialva, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 24/2026, objetivando: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, está **SUSPensa** em virtude dos pedidos de esclarecimentos apresentados, sendo necessária revisão e análise pelos técnicos e solicitantes.

Após a análise, o Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame.

Marialva-Pr, 13 de abril de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração

Proc. Administrativo 20- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: DIO - Departamento de Publicação Oficial - A/C Mateus S.

Data: 13/04/2026 às 09:32:36

Segue para publicação

—

Marcos Dias Dos Santos

Pregoeiro

Anexos:

AVISO_DE_SUSPENSAO_DE_LICITACAO.pdf



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 24/2026
Processo Administrativo Nº 1269/2026

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Marialva, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 24/2026, objetivando: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, está **SUSPensa** em virtude dos pedidos de esclarecimentos apresentados, sendo necessária revisão e análise pelos técnicos e solicitantes.

Após a análise, o Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame.

Marialva-Pr, 13 de abril de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F085-8EEF-14BF-076D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 13/04/2026 09:26:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/F085-8EEF-14BF-076D>

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/04/2026 às 11:28:28

Segue publicação.

—
Marcos Dias Dos Santos
Pregoeiro

Anexos:

DOE_SUSPENSAO.pdf



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



Secretaria Municipal de Administração – SEAD

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

D.O.E.

Lei Municipal n.º 1.658 de 21 de março de 2012
Regulamentado pelo Decreto n.º 6.647 de 23 de maio de 2019

Segunda-feira, 13 de Abril de 2026

Edição: 1564

Ano: 2026



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 24/2026
Processo Administrativo Nº 1269/2026

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Marialva, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 24/2026, objetivando: Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, está **SUSPensa** em virtude dos pedidos de esclarecimentos apresentados, sendo necessária revisão e análise pelos técnicos e solicitantes.

Após a análise, o Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame.

Marialva-Pr, 13 de abril de 2026.

THIAGO YUDI SAKATA
Secretário Municipal de Administração





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F085-8EEF-14BF-076D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 13/04/2026 09:26:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/F085-8EEF-14BF-076D>

Proc. Administrativo 21- 1.269/2026

De: Marcelo M. - DEPCOM

Para: SADM - DCL - Departamento de Licitação - A/C Marcos S.

Data: 24/04/2026 às 16:28:43

Boa tarde Marcos.

Segue Termo de Referência retificado.

Atenciosamente,

—

Marcelo Aparecido Riguetti Manguetti

Auxiliar Administrativo

Anexos:

Termo_de_Referencia.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Cesar Mantovani	27/04/2026 12:30:14	1Doc	CESAR MANTOVANI CPF 848.XXX.XXX-91
Fernando Boschini	28/04/2026 10:17:29	1Doc	FERNANDO BOSCHINI CPF 072.XXX.XXX-04

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **AEA0-5DCB-7E05-7BC1**



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos
Processo Administrativo nº 1269
Anexo nº 1763
Documento de Formalização da Demanda nº 2934

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a execução de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, e Varrição Manual desta municipalidade de Marialva – PR, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, por menor Preço por Lote, conforme condições, quantidade, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência, conforme segue:

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106679 - COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS.	TONELA	10.800	381,47	4.119.876,00
		2	106680 - COLETA MANUAL SELETIVA E TRANSPORTE DE RECICLÁVEIS.	Mensal	12	85.565,94	1.026.791,28
		3	305607 - VARRIÇÃO MANUAL NA AREA TOTAL DAS VIAS PÚBLICAS.	KM	10.800	148,06	1.599.048,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, da data de assinatura de contrato, o instrumento contratual poderá ser prorrogado por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1 A assinatura do referido contrato será efetuada após 15 (Quinze) dias úteis após a homologação do certame, prazo este que poderá ser estendido, por igual período, a critério da Contratante.

2.2. Em conformidade ao Artigo nº 107, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (Dez) anos.

2.3. Em caso de aditivo de prorrogação contratual o índice utilizado para reajuste será



o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Brevemente, a presente contratação justifica-se face a demanda pela manutenção do serviço de limpeza pública junto a municipalidade de Marialva – PR.

3.2. Nota-se ainda que, a presente contratação assegurará a inibição do surgimento de vetores transmissores de doenças preservando assim a saúde pública, e promovendo a devida proteção ao meio ambiente, em conformidade a legislação vigente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A Contratada deverá atender o correto manejo, coleta e destinação dos resíduos para a devida execução contratual, de acordo com a legislação ambiental vigente.

5.2. Subcontratação

5.2.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.3. Garantia da Contratação

5.3.1. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, a partir do recebimento de sua via de contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (Cinco por cento) do valor inicial do contrato.

5.3.2. Em conformidade ao Artigo nº 97, da Lei nº 14.133/2021, o recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

5.3.3. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

5.3.4. Seguro-garantia.

5.3.5. O Edital fixa prazo de 01 (Um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo Contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia, como previsto no inciso II do § 1º, do Artigo nº 96, da Lei 14.133/2021.

5.3.6. Fiança bancária emitida por Banco ou Instituição Financeira devidamente autorizada à operar no País pelo Banco Central do Brasil;



5.3.7. Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

5.3.8. A garantia destina-se, qualquer que seja a modalidade escolhida, ao pagamento de:

5.3.9. Prejuízo advindo pelo não cumprimento do objeto do contrato.

5.3.10. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

5.3.11. Prejuízos diretos causados à Contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.3.12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

5.3.13. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

5.3.14. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (Sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (Dois por cento).

5.3.15. O atraso superior a 25 (Vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

5.3.16. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

5.3.17. Será considerada extinta a garantia:

5.3.18. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e,

5.3.19. Com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

5.3.20. O Município de Marialva – PR não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

5.3.21. Caso fortuito ou força maior.

5.3.22. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

5.3.23. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante.

5.3.24. Atos ilícitos dolosos praticados por servidor da Contratante.

5.3.25. Caberá à Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nesta seção, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.



5.3.26. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela Contratante à Contratada e/ou à instituição garantidora, no prazo de 90 (Noventa) dias após o término do contrato.

5.3.27. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela Seguradora.

5.4. Da exigência de amostra

5.4.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

5.5. Obrigações das Partes

5.5.1. Da Contratada

5.5.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente contratação;

5.5.1.2. O cumprimento integral do objeto;

5.5.1.3. Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto, bem como com os demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

5.5.1.4. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;

5.5.1.5. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.5.1.6. Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.1.7. Executar a prestação do serviço nas devidas condições, devendo promover a devida adequação, imediatamente, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.5.1.7.1. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.5.1.7.2. Não obedecer a execução do serviço, em conformidade ao previsto junto ao modelo.

5.5.1.8. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

5.5.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.5.1.10. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.5.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.5.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente



referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.5.1.13. Acatar as orientações do município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.5.2. Da Contratante

5.5.2.1. Receber o serviço, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas em Edital da Licitação, Termo de Referência.

5.5.2.2. Receber o serviço e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.5.2.3. Proporcionar as ações demandadas para a devida execução do contrato, inclusive, quando necessário, permitindo acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante.

5.5.2.4. Designar gestor e fiscal de contrato, os quais serão responsáveis por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação aplicável;

5.5.2.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;

5.5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.5.2.7. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.5.2.8. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.5.2.9. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.6. Infrações e Sanções

5.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.6.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.6.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.6.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do Licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante;

5.6.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.6.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



5.6.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.6.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.6.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.6.2.1.1. advertência;

5.6.2.1.2. multa;

5.6.2.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.6.2.1.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.6.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.6.2.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.6.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.6.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.6.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.6.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.7.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.7.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de



demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótes alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6. Severidade

6.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertencia;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de

inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação. -

- Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

6.2. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:



CONDUTAS ITEM		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª



							vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

6.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

6.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir



do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

6.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

6.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

7. Moratória

7.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

7.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

7.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

7.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

7.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

7.6. Compensatório de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

7.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condição e local de entrega



8.1.1. Os serviços de Coleta e Transporte de resíduos domiciliares e comerciais, e Coleta Seletiva deverão ter início 30 (Trinta) dias úteis após a assinatura de contrato.

8.1.1.1. O serviço compreende a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns, não perigosos, Classe IIA, em conformidade à ABNT NBR 10.004/2004, gerados em residências, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais, com os veículos coletores, que atendam, integralmente, o conteúdo preconizado pela NR 38.

8.1.1.2. O serviço de coleta manual, inclusos em containeres dispostos em ruas e avenidas, será executado em áreas urbana, distritais e rural do município de Marialva – PR, em vias e logradouros públicos, incluindo áreas de difícil acesso, desde que em condições de tráfego de veículos, e demais vias que forem incorporadas durante a vigência contratual.

8.1.1.3. O destino final dos resíduos coletados será depositado no local indicado pela Unidade Requisitante.

8.1.1.4. O serviço deverá ser monitorado, através de rastreador possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando as rotas das coletas efetuadas.

8.1.1.5. Frequência – Coleta de Resíduos Domiciliar:

8.1.1.5.1. Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde/Roxo		X	X	X	X	X	X
Vermelho		X		X		X	
Amarelo			X		X		X

8.1.1.5.1.1. Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Mapa por Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Verde/Roxo	Fazendo divisa entre a RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA PAPA JOÃO XXIII e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a RUA NOSSA SENHORA DO ROCIO. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: parte da Av. Cristóvão Colombo; parte da Av. Rangel Pestana; parte da Av. Ruy Barbosa; parte da Rua Atílio Ferri; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Formosa; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos: Rua Vitorio Bornia; parte da Rua Washington Luiz. Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS até a RUA DIONÍSIO HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandes até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandes; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Vermelho	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até o CONJUNTO HABITACIONAL ANTONIO ALMEIDA ROSA – TELÊ. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandes no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua



	Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Santa Rita; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 2; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Jardim Yamanaka; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Amarelo	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Eptácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Brasília; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Bairro Jardimópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro Vila Zonta; Conjunto Habitacional Giácomo Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional Keiji Watanabe; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin; e Loteamento Vila Maria Zilda.

8.1.1.5.2. Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:
Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-	Terça-	Quarta-	Quinta-	Sexta-	Sábado
---------	----------	--------	---------	---------	--------	--------



	Feira	Feira	Feira	Feira	Feira	
	X		X		X	

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivai; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

8.1.1.5.3. Área – Estradas Rurais: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		

Descrição do Setor	Estradas.
	Estrada Jaguaruna – São Luiz + 0,6 Kms; Estrada Jaguaruna – São Luiz + 2,3 Kms; Estrada Karana + 7,6 Kms; Estrada Fruteira + 1,2 Kms; Estrada Velha 3,8 Kms; Estrada Carro de Boi/Estrada Iti + 5,7 Kms; Estrada Perobinha 2,7 Kms; Estrada Vieira 3,3 Kms; Estrada Professor Paulino 3,0 Kms; Estrada Platero 3,2 Kms; Estrada do Esse 3,2 Kms; Estrada Ponte Queimada/Santa Fé 1,6 Kms, Estrada da Mina 1,1 Kms; Estrada Cooperativa 1,7 Kms.

8.1.1.6. Frequência – Coleta Seletiva:

8.1.1.6.1. Área Urbana: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

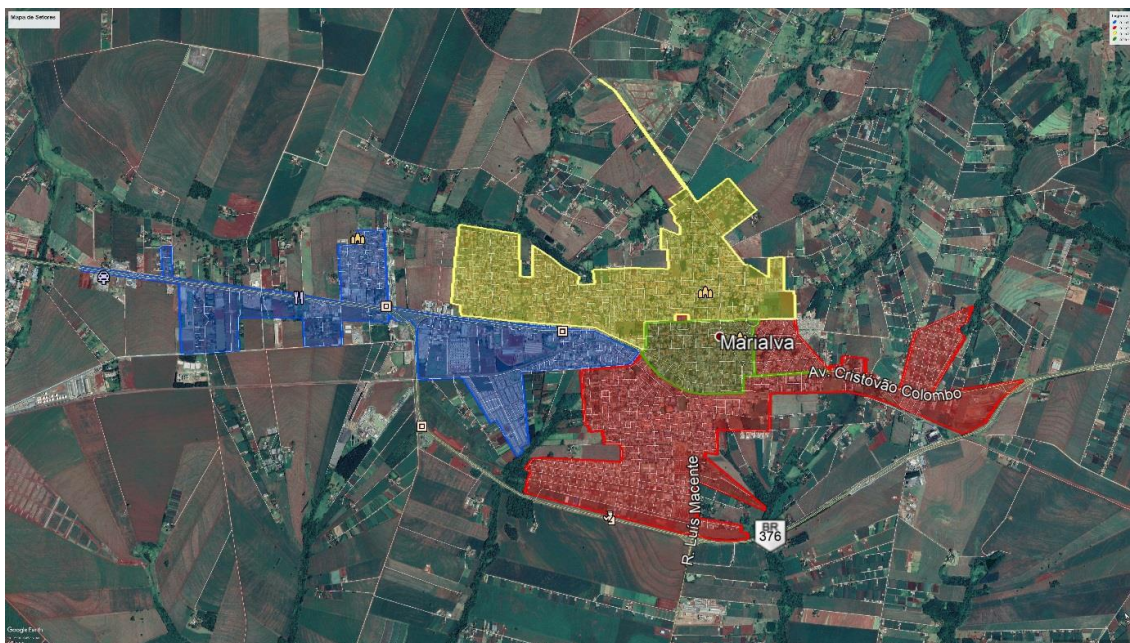
Cronograma:

Setor	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Verde		X	X	X	X	X	X



Amarelo			X			X	
Vermelho		X			X		
Azul				X			X

8.1.1.6.1.1. Mapa Ilustrativo dos setores:



Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas
Verde	Fazendo divisa entre as: RUA DOMINGOS DE MORAIS Até a RUA DIONÍSIO HERNANDES e entre a RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS até a AV. DR. EURICO JARDIM DORNELLAS DE BARROS. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Alameda Guilherme de Polli; Av. Cristóvão Colombo compreendendo entre a Rua Dionísio Hernandes até Rua Wenceslau Brás; parte da Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; parte da Av. Rangel Pestana ; parte da Av. Ruy Barbosa; Praça Castelo Branco; Praça Francisco S. da Rocha; Praça Madre Rafaela Ybarra; Praça Santos Dumont; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cariovaldo Ferreira; parte da rua Dionísio Hernandes; parte da Rua Domingos de Moraes; parte da Rua Eladio Pinheiro; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; parte da Rua Manoel Martins Gimenes; parte da Rua Nossa Senhora do Rocio; parte da Rua Papa João XXIII; parte da Rua Presidente Nereu Ramos; parte da Rua Professor Adhemar Bornia; parte da Rua Santa Efigênia; Rua Vitorio Bornia; e parte da Rua Washington Luiz.
Amarelo	Fazendo Divisa entre as: AV. EURICO JARDIM D. DE BARROS; até a RUA JOÃO PINHA - VILA BRASIL e entre a AV. ORESTE NAPOLI / AV. TIO RIBAS; até a divisa do LOTEAMENTO PARQUE DAS VIDEIRAS (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo a partir da RUA Dionizio Hernandes no



	sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; parte da Av. Ruy Barbosa; Av. Tio Ribas; Rua Agostinho Depieri; parte da Rua Atílio Ferri; parte da Rua Campos Salles; Rua Cypriano Parpinelli; Rua Dionísio Hernandez; parte da Rua Formosa; parte da Rua Gastão Vidigal; Rua João Armelin; Rua Manoel Martins Gimenes; Av. Orestes Napoli; parte da Rua Papa João XXIII; Rua Professora Doralice Parpinelli; Rua Sírío Libanês; Bairro Jardim Bela Vista; Bairro Jardim Bergamo; Bairro jardim dos Magnatas; Bairro Jardim dos Nobres 1ª e 2ª partes; Bairro Jardim Grudtner; Bairro Jardim Henrich Otto Hesse; Bairro Jardim Imperial 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Ipanema; Bairro Jardim Itamarati 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Macente; Bairro Jardim Novo Horizonte; Bairro Jardim Planalto 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Polo; Bairro Jardim Presidente; Bairro Jardim Regência; Bairro Jardim San Marino; Bairro Jardim São Pedro 1 e 2; Bairro Parque da Seringueira; Bairro Parque das Palmeiras; Bairro Parque das Videiras; Bairro Núcleo Habitacional Borsari; Bairro Vila Brasil; Bairro Vila Costa; Condomínio Jardim Upon de Hills; Condomínio Residencial Araucária; Conjunto Habitacional Adolfo Lazarin; Conjunto Habitacional Antônio Garcia Sanches; Conjunto Habitacional João Dena; Parque Industrial nº 2; Jardim Yamanaka.
Vermelho	Fazendo divisa entre as: Travessa Fernando Bressa – Shenandoá; até a Rua Domingos de Moraes; e entre a Av. Dr. Eurico J.D. de Barros; até o Loteamento Vila Maria Zilda. Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Dr. Eurico Barros a partir da Praça Madre Rafaela Até o Cemitério; Av. Floriano Peixoto; Rua Ângelo Bornia; Rua Augusto de Biagi; Rua Elias A. Silva; Rua Eptácio Pessoa; Rua Fugio Ito; Rua João Gomes; Rua Manoel Vitoriano; Rua Mohamed Kalil a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Presidente Nereu Ramos a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Manoel Vitoriano; Rua Rotary; Rua Santa Efigênia a partir da Rua Domingos de Moraes até Rua Wenceslau Brás; Rua Wenceslau Brás; Travessa Luiz Macente; Bairro Jardim Custódio 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª partes; Bairro Jardim Eldorado; Bairro Jardim Ernesto Rossato; Bairro Jardim Itália; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Residencial e Comercial Hamada; Bairro Jardim Shenandoá; Bairro Jardim Tropical; Loteamento Vila Maria Zilda; Conjunto Residencial Luzia Megiato Silvestre; e Residencial Zambaldi.
Azul	Fazendo Divisa NO LOTEAMENTO SANTA RITA; até O POSTO AMIGÃO; até a divisa do CONJUNTO RESIDENCIAL KEIJI WATANABE (inclusive). Abrangendo as ruas e avenidas dentro das divisas deste setor são: Parte da Av. Cristóvão Colombo no sentido Maringá; Av. Massuo Yoshiy; Rua Agostinho Depieri; Bairro Santa Rita; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Vila Costa; Condomínio Itirapuã; Conjunto Habitacional Antônio Almeida Rosa -Telê; Conjunto Habitacional João Dena; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 1 ou João de Barro; Conjunto Habitacional Nemecio Reis Inácio; Conjunto Habitacional Renato Ungari; Parque Industrial nº 1; Parque Industrial nº 3; Parque Residencial e Industrial San Michel; Residenciais Rubi, Niágara, Flora e Violeta; Jardim Santa Izabel (Km 113); Bairro Jardim Interclube; Bairro Jardim Jaguaruna; Bairro Jardim Joana Darc; Bairro Jardim José Raimundo Pires 1ª e 2ª parte; Bairro Jardim Leonor; Bairro Jardim Mônaco; Bairro Jardim Paraíso; parte do Bairro Jardim Salem Chade; Bairro Jardimópolis; Bairro Vila Antônio; Bairro Vila Messias; Bairro Vila Olímpica; Bairro Vila Zonta; Conjunto Habitacional Giacomo Colombari; Conjunto Habitacional João Olímpio da Rocha; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 2 ou Assunta L. Andreazzi; Conjunto Habitacional xxxxxxxxxxxx 3 ou Alberto Lemuch; Conjunto Habitacional Serafim Beluco; Conjunto Habitacional Valentim Gazin.



8.1.1.6.2. Área – Distritos: conforme cronograma, na seguinte área de abrangência:

Cronograma: O cronograma poderá ser alterado para atender as especificidades do município de Marialva – PR.

Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
		X		X		X

Descrição do Setor	Ruas – Avenidas – Praças – Alamedas – Travessas.
Distrito de São Luiz	Avenida Mandaguari; Rua Tito Martins; Rua Estevão Orvati; Rua Luis Patroni; Rua São José.
Distrito de Santa Fé do Pirapó	Avenida Santa Fé; Rua Maurício Florêncio Dias.
Distrito de Aquidaban	Avenida Marialva; Rua Curt Liesenberg; Rua Edézio G. Mariano; Rua Edson Castro; Rua Itajay; Rua Ivai; Rua Jaguaruna; Rua João Trombini; Rua José L. De Sá; Rua Navarro; Rua Neo Martins; Rua Pamplona; Rua Projetada A; Rua Projetada B.
Distrito de São Miguel do Cambuí	Avenida Vereador Amado Góes; Rua Adelina Deodato; Rua Antônio Luiz; Rua Antônio Carraro; Rua Aquidaban; Rua Armênio Antonelli; Rua Ermínio Damasceno; Rua Florentino Pelizer; Rua Ipatinga; Rua Justina Mantovani; Rua Ituela; Rua Jesus A. de Figueiredo; Rua da Silva Teodomiro; Rua José Fragal; Rua João J. Cavalcante; Rua Marialva; Rua Santo Antonelli.

8.1.1.7. Equipe – Coleta Domiciliar de Resíduos:

8.1.1.7.1. Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

8.1.1.7.2. Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motorista e 02 (Dois) coletores.

8.1.1.8. Equipe – Coleta Seletiva:

8.1.1.8.1. Área Urbana: 02 (Duas) Equipes – cada equipe com 01 (Um) motorista e 03 (Três) coletores.

8.1.1.8.2. Distritos: 01 (Uma) Equipe – com 01 (Um) motoristas e 02 (Dois) coletores.

8.1.1.9. Veículos e Equipamentos – Coleta Domiciliar de Resíduos e Coleta Seletiva:

8.1.1.9.1. 04 (Quatro) caminhões compactadores com no mínimo de 15 m³.

8.1.1.9.2. 01 (Um) veículo utilitário para uso do serviço de fiscalização.

8.1.2. Varrição Manual.

8.1.2.1. O serviço de varrição manual compreende, de forma integral, a remoção dos resíduos presentes na área total das vias e logradouros públicos, nas sarjetas, meio-fio de vias e logradouros públicos, bem como a varrição de calçadas.

8.1.2.1.1. Os sacos coletores utilizados serão fornecidos pela Contratada.



- 8.1.2.2. A varrição deverá ser abranger a area total das vias públicas e logradouros da municipalidade de Marialva – PR, **não limitando-se ao bordo da pista.**
- 8.1.2.3. O horário de início da varrição será definido pela Contratante, nas vias públicas e logradouros.
- 8.1.2.3.1. O horário, inicialmente definido, poderá ser alterado a critério da Contratante.
- 8.1.2.4. Os resíduos resultantes do serviço de varrição serão depositados, em ponto de concentração ou em contentores, para posterior coleta da equipe, transporte, e destinação final deresíduos sólidos comuns (RSC).
- 8.1.2.5. O serviço deverá ser monitorado, através de aquisição e uso de equipamentos de rastreamento nos veículos LUTOCAR utilizados para a varrição, disponibilizados pela Contratada, possibilitando a visualização da localização geográfica e do status operacinal da equipe em tempo real, permitindo a consulta de histórico de rastreamento da operação, demonstrando em números a quantidade de metros foram varridos no dia, e mostrando no mapa qual setor foi executado.
- 8.1.2.5.1. Os rastreadores deverão ser portáteis e obrigatoriamente homologados junto à Anatel.
- 8.1.2.5.1.1. Dados mínimos dos rastreadores: compatível GSM/GPRS; Gerenciamento dos dispositivo via WEB, com acesso ao Plano de Trabalho, frequências e transmissão de dados dos equipamentos; Receptor GPS/GNSS; Botão de energia para ligar e desligar, podendo ser desativado pelo Protocolo de Interface Aérea; Capacidade de reconfiguração em campo via rede GSM (Recepção de Comandos via TCP e UDP); Chip de telemetria com pacote de dados superior a 5 mb/mês para envio de dados.
- 8.1.2.6. A varrição manual deverá ser efetuada através de sopradores.
- 8.1.2.7. Frequência – Varrição Manual.
- 8.1.2.7.1. Áreas Urbana e Distritos: conforme Plano de Trabalho apresentado pela Contratada.
- 8.1.2.8. Equipe – Varrição Manual – Áreas urbana e distritos
- 8.1.2.8.1. 16 (Dezesseis) varredores;
- 8.1.2.8.2. 01 (Um) motorista.
- 8.1.2.9. Veículos e Equipamentos.
- 8.1.2.9.1. Varrição Manual.
- 8.1.2.9.1.1. 01 (Um) caminhão carroceria cafofo.
- 8.1.2.9.1.2. 16 (Dezesseis) carrinhos Lutocar.
- 8.1.2.10. A Contratada, durante a vigência contratual, deverá disponibilizar recursos de visualização de dados no padrão de sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica) via rede internet, sem a necessidade de instalação de software em computadores.
- 8.1.2.10.1. O recurso deverá fornecer visualização temática de dados em camadas



geoespaciais, com filtros que permitam acessar dados específicos com atributos customizados de acordo com os usuários, assegurando a possibilidade de criação de várias camadas de visualização simultâneas, que contemplem os planos operacionais do serviço envolvido no contrato, podendo ser habilitadas e/ou desabilitadas, conforme padrão implementado em sistema SIG.

8.1.2.10.2. A ferramenta deverá permitir visualização simultânea do rastreamento, de forma integral, dos recursos em períodos aleatórios, com camadas georreferenciadas em mapas juntamente com camadas dos planos operacionais, para fins de comprovação de execução dos serviços.

8.1.2.10.3. O sistema deverá possuir a capacidade de cadastrar perfil de execução operacional padrão para visualização de não conformidade operacional.

8.1.2.10.4. O sistema deverá permitir a possibilidade de comparação de rotas previstas x rotas realizadas, em relatórios e mapas.

8.1.2.10.5. Os indicadores deverão ser gerados no sistema de informação.

8.1.3. Administração Local.

8.1.3.1. A Contratada deverá disponibilizar a instalação física necessária para a realização dos serviços.

8.1.3.2. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para prover o pleno funcionamento dos veículos e equipamentos utilizados na execução do serviço.

8.1.3.3. A Contratada deverá dispor de garagem e/ou instalação similar, licenciada pelo Órgão Competente em conformidade a legislação ambiental vigente, para a permanência dos veículos.

8.1.3.4. A Contratada deverá disponibilizar instalação para o atendimento dos funcionários envolvidos na execução do serviço, com no mínimo, escritório para o controle e planejamento das atividades inerentes ao contrato.

8.1.3.5. A Contratada deverá disponibilizar equipe administrativa com no mínimo de: 01 (Um) Supervisor e 02 (Dois) jovens aprendizes.

8.1.3.6. A Contratada deverá dispor de local adequado para a lavagem e desinfecção dos veículos e equipamentos, devidamente licenciado pelo Órgão Competente em conformidade à legislação vigente, com sistema de captação de água servida à rede coletora de esgoto ou um sistema de tratamento adequado.

8.1.4. Execução do serviço – Coleta de Resíduos Domiciliares.

8.1.4.1. Define-se, Coleta de Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais com características domiciliares.

8.1.4.2. A Contratada deverá apresentar no Plano Técnico de Trabalho onde serão efetuadas as coletas manuais, conforme os bairros estipulados previamente neste



Projeto Básico.

8.1.4.3. Somente quando não houver possibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário ao coletor retirar os resíduos apresentados na via pública e transportá-los até local onde será idealizada a bandeira que será coletada pelo veículo coletor.

8.1.4.3.1. A bandeira será idealizada em proximidade ao meio-fio de modo a acompanhar o fluxo da via pública, em dias de índice pluviométrico (Chuva), a bandeira não poderá ser idealizada próximo ao meio-fio de modo a evitar a retenção de água e encharcamento dos sacos plásticos que podem se romper.

8.1.4.3.2. A bandeira não poderá ser idealizada em frente a acesso de veículos, sejam eles em área residencial, comercial ou industrial, e esta não poderá ficar em tempo superior a 30 (trinta) minutos.

8.1.4.3.3. O local em via pública onde for idealizada a bandeira, após a sua coleta e que por ventura haja o rompimento da embalagem que armazena o resíduo, seja durante a sua idealização ou predação por animais soltos em vias públicas (cães, gatos ou equinos), deverá ser realizada a limpeza de modo que não fiquem restos alimentares ou outros resíduos que tenham saídos dos sacos plásticos.

8.1.4.4. A Contratada deverá realizar a coleta dos resíduos domiciliares, sejam quais for os recipientes ou embalagens utilizadas para seu acondicionamento, devendo a mesma comunicar os munícipes das exigências legais, e na reincidência, comunicar o fato à fiscalização do Município de Marialva – PR para as devidas providências.

8.1.4.5. O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares serão executados pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, conforme Plano Técnico de Trabalho.

8.1.4.6. Nas áreas, onde a frequência de coleta ocorre em dias alternados, 03 (Três) vezes por semana, não poderá haver interrupção por tempo superior à 48 (Quarenta e oito) horas, ou seja, 03 (Três) dias, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando de sua ocorrência, mesmo em dias de feriados civis ou religiosos, de forma que o serviço não venha sofrer descontinuidade nos locais onde o serviço é alternado, havendo a exceção nos dias 01 de Janeiro, de Páscoa, e 25 de Dezembro.

8.1.4.7. Os trabalhadores que efetuarem as tarefas de coleta e transporte deverão apresentar-se nos locais e horários de trabalho munidos dos equipamentos de proteção individual (EPI) e devidamente uniformizados.

8.1.4.7.1. A Contratada deverá fornecer integralmente os equipamentos de proteção individual (EPI) à seus trabalhadores, em conformidade a legislação vigente.

8.1.4.8. Integralmente, as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazaras e sem danificar os recipientes disponibilizados.

8.1.4.9. Nas situações, em que o munícipe destina os resíduos para a coleta,



através de recipientes reutilizáveis, estes deverão ser esvaziados completamente, tomando precauções para não os danificar. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem pelos coletores.

8.1.4.10. No transporte dos resíduos até ao destino final, a Contratada deverá tomar, de forma integral, as precauções no sentido de evitar o transbordamento do veículo, e o derramamento de chorume nas vias públicas.

8.1.4.10.1. Em caso de transbordamento de resíduos e derramamento de Chorume, a Contratada devesse, imediatamente, efetuar a limpeza do local, inclusive com lavagem se necessário.

8.1.4.11. Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes, que caírem dos recipientes, lixeiras ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

8.1.4.12. Nas operações em que o veículo coletor efetuar manobra em marcha ré, é expressamente proibido ao coletor permanecer atrás do mesmo, na plataforma ou no estribo.

8.1.4.13. Os coletores não poderão permanecer na plataforma operacional quando da execução de compactação.

8.1.4.14. O serviço a ser efetuado pela Contratada seguirá as instruções estabelecidas no presente instrumento e demais dispositivos estabelecidos no processo licitatório, bem como legislação e normas regulamentadoras vigentes, em especial a NR-38.

8.1.4.15. Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população, ou por outra ocorrência não prevista, poderá o Município de Marialva – PR determinar à Contratada que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores ou de pessoal necessário para a execução do serviço.

8.1.4.16. A Contratada deverá transportar os resíduos sólidos coletados até o Aterro Sanitário Municipal de Marialva – PR, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban.

8.1.4.17. A Contratada, obrigatoriamente, deverá efetuar a pesagem diária dos resíduos coletados para informar posteriormente à Contratante as respectivas quantidades, perante conferência de um servidor pré-designado no local, sendo que a balança localiza-se no interior do próprio Aterro Sanitário Municipal.

8.1.4.18. Durante a execução contratual, as manutenções preventiva e corretiva necessárias para o pleno funcionamento da balança, já existente no local e pertencente ao município de Marialva – PR, tais como: conservação predial e estrutural, responsabilidade sobre a emissão da certificação de calibração/aferição contínua, dentre outras, ficarão sob a responsabilidade da Contratada.

8.1.4.19. Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado



na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superiores.

8.1.4.20. A Contratada obriga-se a efetuar a coleta dos resíduos em vias públicas criadas após o início da execução contratual, sem custos adicionais à Contratante.

8.1.5. Execução do serviço – Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis.

8.1.5.1. Define-se, Coleta seletiva manual e transporte de recicláveis, o serviço de recolhimento de materiais, devidamente, embalados pelos munícipes, tais como: plásticos, metais, vidros, papel e papelão, oriundos de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, residências e comerciais, sem limite proposto.

8.1.5.2. A Contratada deverá recolher os resíduos recicláveis domiciliares e comerciais, sejam quais forem os recipientes utilizados, competindo-lhe avisar os munícipes das exigências legais.

8.1.5.3. Os recipientes esvaziados, quando utilizados, deverão ser recolocados onde estavam em pé, no local de origem.

8.1.5.4. Os veículos utilizados deverão ser do Tipo Compactador, visando à redução de viagens ao CTC (face à distância considerável das áreas de coleta urbana e referido CTC) devido à sua capacidade de transportar maior quantidade de materiais em virtude da compactação, contribuindo com a produtividade e rapidez na operação de descarga do material, já que são providos de mecanismos de ejeção, eliminando os inconvenientes sanitários decorrentes da presença do trabalhador acondicionando o material na carroceria ou a sua queda em via pública.

8.1.5.5. O material reciclável deverá ser recolhido de forma que não transborde para a via pública. Caso ocorra o referido transbordo, deverá a Contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, quando necessário.

8.1.5.6. Os resíduos recicláveis depositados nas vias públicas pelos munícipes, caídos dos recipientes ou da atividade de coleta, deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

8.1.5.7. O caminhão utilizado para a coleta dos materiais recicláveis deverá possuir cor diferente daquela utilizada nos veículos em uso na coleta de resíduos sólidos, a definir pela Contratante após a finalização da contratação, com o objetivo de facilitar a sua identificação.

8.1.5.8. A Contratada fará o recolhimento dos materiais recicláveis dispostos nos depósitos (Lixeiras), com procedimentos de esvaziamento, manutenção e reposição de sacos coletores, quando danificados.

8.1.5.8.1. Os sacos coletores utilizados deverão ser fornecidos pela Contratada, inclusos àqueles de reposição.

8.1.5.9. Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de



características similares ou superiores.

8.1.5.10. A Contratada deverá transportar os resíduos recicláveis coletados até o Centro de Triagem e Compostagem (CTC), anexo ao Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia Luiz Carlos Macente, km 08, Lote 184-B, Gleba Ribeirão Aquidaban, Marialva – PR.

8.1.6. Execução do serviço – Varrição Manual.

8.1.6.1. Define-se, serviço de varrição manual como a utilização de mão de obra humana destinada à limpeza e remoção integral os resíduos de uma forma em geral contidos nas áreas totais das vias públicas, **não limitando-se ao bordo das vias públicas e demais logradouros**, utilizando-se de sopradores, tais como: folhas, pequenas embalagens, papéis, papelões, jornais, dentre outros.

8.1.6.2. O serviço de varrição das vias públicas deverá ser efetuado por sopradores.

8.1.6.3. A Contratada deverá executar o referido serviço de varrição, através de sopradores em quantidade suficiente para atender a demanda, na superfície total da via pública em direção às bordas do meio fio, inclusive debaixo dos veículos estacionados.

8.1.6.3.1. Os resíduos acumulados, nas bordas do meio fio, obtidas através da varrição da área total das vias públicas, deverão ser recolhidos e embalados, manualmente, através do uso de vassouras, pás, ou com a utilização de equipamento que efetue a sucção dos mesmos.

8.1.6.4. A Contratada deverá efetuar a varrição em vias públicas do Município de Marialva – PR (Avenidas, logradouros, caminhos, estradas, vielas, rodovias e etc.), conforme estipulado pela Contratante.

8.1.6.4.1. As vias públicas, alvos do serviço de varrição, serão definidas pela Contratante, e poderão ser alteradas durante a vigência contratual, inclusive, com a inclusão de logradouros não contemplados no início da execução contratual.

8.1.6.4.2. A partir de determinação da Contratante, a Contratada executará o serviço de varrição em logradouros de forma pontual, ou seja, compreendendo períodos específicos.

8.1.6.5. O serviço de varrição manual será executado pela Contratada de segunda-feira a sábado, no período diurno, e/ou, caso necessário, em período diverso a ser definido pela Contratante.

8.1.6.6. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) veículo para o transporte dos resíduos, com potência mínima de 150 HP. Veículo este que poderá ser adaptado com o cafofo para transporte de pessoas.

8.1.6.6.1. O referido veículo poderá ser substituído, desde que o substituto atenda, de forma integral, a execução do serviço.

8.1.6.6.2. Caso o veículo não atenda as referidas exigências, a Contratada deverá agregar um outro para atender a legislação vigente, o qual será utilizado para apoio,



transporte, e inclusive para uso na coleta dos resíduos da varrição.

8.1.6.7. O serviço de varrição manual terá medição da extensão do eixo das vias. No caso de pista dupla com canteiro central, a medição se dará em cada uma das pistas.

8.1.6.8. A Contratada deverá preencher relatório diário, identificando os pontos de cada setor onde fora executado o serviço, não devendo ser quilometrados os locais que não receberam a varrição em virtude de chuva, falta de acesso e/ou situações similares.

8.1.6.8.1. O supracitado relatório deverá conter a identificação dos responsáveis pela varrição, seguida das respectivas assinaturas, sujeito à aprovação pela Contratante.

8.1.6.9. O itinerário e a frequência mais adequados para execução do serviço por setor deverão ser informados previamente no Plano Técnico de Trabalho, sujeito à aprovação pela Contratante.

8.1.6.10. Em caso da intercorrência de problemas técnicos junto ao veículo utilizado na execução do serviço, o mesmo deverá ser, imediatamente, substituído por outro de características similares ou superior.

8.1.7. A Empresa Vencedora, até a data de assinatura de contrato, deverá(ão) apresentar o devido planejamento do projeto a ser executado, contendo na íntegra os processos imprescindíveis para a obtenção do resultado final em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, aqui denominado Plano Técnico de Trabalho, que atenda a todas as especificações e demais elementos técnicos deste Projeto Básico.

8.1.7.1. O Plano Técnico de Trabalho será apreciado por comissão, com os representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, que aprovará ou não o mesmo, por meio de parecer.

8.1.7.1.1. O referido plano deverá ser aprovado até a data limite para assinatura de contrato, sujeito à desclassificação da Licitante Vencedora no certame, caso o mesmo não seja aprovado até a referida data.

8.1.7.1.2. Ambas as partes poderão propor readequações dos serviços de forma a assegurar a melhoria da qualidade dos mesmos, ficando sempre a cargo de aprovação da Contratante.

8.1.7.1.3. O Plano Técnico de Trabalho deverá conter e evidenciar claramente:

8.1.7.1.3.1. Descrição detalhada dos serviços a serem executados com todo planejamento dos serviços a serem contratados, métodos a empregar, suas localizações, mapas, setores, frequências, programação da execução, demonstração da organização técnico-administrativa a ser adotada e currículos da equipe técnica.

8.1.7.1.3.2. Dimensionamento dos equipamentos e mão de obra.

8.1.7.1.3.3. Plano de manutenção e conservação, tanto de fins preventivos, quanto corretivos, que envolvam os veículos, máquinas e equipamentos necessários aos serviços, inclusive procedimentos de socorro mecânico e programação de lavagem



rotineira dos mesmos.

8.1.7.1.3.4. Plano de segurança e higiene do trabalho relativo às atividades a serem desenvolvidas, incluindo especificações dos equipamentos de proteção individual necessários, devendo anexar Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional o (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

8.1.7.1.3.5. Projeto de Educação Ambiental para a redução de resíduos sólidos e publicidade da frequência das coletas.

8.1.7.1.3.6. Plano de utilização do Sistema Gerenciador de Frota (GPS) para os veículos que o contenha, conforme exigido na especificação de cada serviço deste Projeto Básico, de modo a oferecer à Prefeitura Municipal de Marialva - PR os meios de fiscalização necessários com recursos informatizados para acompanhamento da execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos e materiais recicláveis, monitorando as rotas dos veículos de coleta de resíduos domiciliares, observando:

8.1.7.1.3.7. Monitoramento dos veículos com tecnologia de rastreamento.

8.1.7.1.3.8. Acompanhamento da execução da coleta através de monitoramento online dos veículos coletores, garantindo uma precisão posicional de no mínimo 100 (Cem) metros.

8.1.7.1.3.9. Mapeamento dos itinerários de cada veículo, com distâncias e rotas percorridas.

8.1.7.1.3.10. Consistência de percurso e logradouros percorridos.

8.1.7.1.3.11. Gerenciamento de entrada e saída de cada veículo em um determinado perímetro geográfico pré-estabelecido.

8.1.7.1.3.12. Infraestrutura tecnológica que contemple a comunicação direta entre as centrais de controle operacional da contratada e da fiscalização e o motorista do veículo, constituída de dispositivos com capacidade de armazenar e transmitir dados e de receber e processar sinais do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

8.1.7.1.3.13. Ter contadores de tempo e quilometragem para serem inicializados em função de eventos específicos.

8.1.7.1.4.16. Possuir sinal de alerta no caso de não serem observados os roteiros prévios de coleta.

8.1.7.1.4.17. Descrever o itinerário percorrido por cada veículo.

8.1.7.1.4.18. Permitir a visualização gráfica da rota online e off-line.

8.1.7.1.4.19. Possibilitar a transmissão de dados e o acesso dedicado para a Central de Controle Operacional da Contratante.

8.1.8. Juntamente com o presente plano técnico, a (s) Empresa (s), com sede em outros Estados, deverá (ão) apresentar Registro junto ao CREA/PR.

8.1.9. Excepcionalmente, nos primeiros **90 (noventa) dias corridos** de execução contratual, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, será



admitida a utilização de caminhões (compactadores) com **até 10 (dez) anos de fabricação**, desde que em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, devidamente comprovadas por laudo técnico ou vistoria da fiscalização, onde os quais devem atender, de forma integral, a NR 38. Tal exigência se justifica pela municipalidade de Marialva – PR, onde limpeza urbana demonstra que o uso de frotas com idade avançada resulta em elevados índices de interrupção do serviço por falhas mecânicas. As frequentes manutenções em caminhões compactadores gera um efeito acumulativo de resíduos nas vias públicas, comprometendo a salubridade, expondo o município à riscos jurídicos e sanitários.

8.1.9.1. A partir do **91º (nonagésimo primeiro) dia** de execução do contrato, torna-se **obrigatória e indispensável** a substituição integral da frota por veículos **zero quilômetro (0 km)**, veículos estes que devem atender, integralmente, a NR 38, conforme especificações originais deste Termo de Referência. A exigência de veículos zero quilômetro visa mitigar a falta de execução decorrente da fadiga de materiais e garantir que a logística de coleta de resíduos junto ao município Marialva opere com uma taxa de disponibilidade e eficiência próximas à 100%.

8.1.9.1.1. O descumprimento do prazo estabelecido para a substituição dos veículos pela frota zero quilômetro caracterizará **inexecução parcial do contrato**, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Cláusula 6 deste instrumento, inclusive com a aplicação de multa diária (M1) até a regularização da frota.

8.1.9.1.2. De forma integral, os custos decorrentes da mobilização temporária com veículos usados e a posterior substituição pelos veículos novos correrão exclusivamente por conta da Contratada, sem qualquer ônus adicional à municipalidade de Marialva – PR.

8.1.9.2. Quando do início da execução do serviço, a Contratada deverá apresentar local, integralmente, adequado para Pátio, devidamente, licenciado em conformidade à legislação vigente para as atividades inerentes ao objeto do presente procedimento licitatório.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
---------------	--------------	-----------



Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160
-----------------------------------	----------------------	------

- Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Cesar Mantovani	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos	10180

- Fiscal Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Guilherme Torrecilia Netzel	Técnico em Meio Ambiente	3316
Maurício Aparecido da Silva	Diretor do Departamento de Limpeza Pública	10501

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A contratação será recebida, provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. O serviço contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser, imediatamente, corrigido a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.5. Liquidação



10.5.1. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

10.5.1.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

10.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.5.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.5.4. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

10.5.5. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

10.5.6. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

10.5.7. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

10.5.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;



- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

10.6. Forma de pagamento

10.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, em conformidade à proposta apresentada.

10.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com fulcro no Inciso II e § 3º, do Artigo nº 75, da Lei nº 14.133/2024, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

11.1.2. Opta-se pelo Lote, uma vez que os serviços possuem relação direta entre si, que caso executados por prestadores distintos os mesmos poderão incorrer em inconsistências, comprometendo assim o resultado integral da contratação, sendo que a referida proposição pelo Lote coibirá disputas inerentes às responsabilidades durante as ações envolvidas nas execuções dos serviços.

11.1.3. Nota-se que, o agrupamento por Lote estão em conformidade aos princípios de eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, preconizados na Lei nº 14.133/2021, onde temos que os serviços quando executados de forma conjunta, proporcionará otimização logística, com o planejamento integrado de rotas e redução de sobreposição dos respectivos serviços.

11.1.4. Cabe salientar que, os serviços agregados em único não obstaculizará a competitividade para o presente certame, uma vez há empresas constituídas no



mercado, as quais possuem capacidades técnica e operacional para o atendimento da demanda notada junto ao município de Marialva – PR.

11.1.5.A presente contratação, por tratar-se de serviço, não atenderá o preconizado junto ao Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.6.Cabe ressaltar que, a não reserva de cota, conforme o disposto no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, aferirá ao município de Marialva – PR a possibilidade de beneficiar-se de economia em escala, onde face a quantidade a ser contratada, o ente poderá obter vantajosidade econômica na contratação.

11.2. Exigências de habilitação

11.2.1.Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

11.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

11.2.1.1.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

11.2.1.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.2.1.1.4. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.2.1.1.5. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.1.1.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.1.2. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

11.2.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.2.1.2.2. A Proponente deverá apresentar comprovação, em consonância ao Artigo 69 § 4º da Lei nº 14.133/2021, que detenha um capital social mínimo ou patrimônio líquido, superior ou igual a 10% (dez por cento), relativo ao valor total estimado da contratação, devendo tal comprovação ser feita através de no mínimo, um dos seguintes documentos: a) Certidão de registro atualizada, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante; b) Ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial; c) Balanço



Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

11.2.1.3. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

11.2.1.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

11.2.1.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

11.2.1.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.1.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

11.2.1.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.2.1.3.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.2.1.3.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.2.1.3.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.2.1.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte



seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

11.2.1.3.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

11.2.1.3.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

11.2.1.3.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

11.2.1.4. Documentos relativos à **habilitação técnica**:

11.2.1.4.1. Atestado de vistoria técnica fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que implica pleno conhecimento pelas Proponentes das condições locais e da integralidade dos elementos técnicos fornecidos, necessários ao cumprimento das obrigações objeto do presente procedimento licitatório. O atestado de vistoria técnica poderá ser substituído por declaração firmada pelo representante legal e/ou técnico da Proponente assumindo incondicionalmente a total responsabilidade sobre a prestação dos serviços, bem como assumir conhecer as peculiaridades envolvidas na contratação.

11.2.1.4.1.1. A vistoria técnica poderá ser efetuada até 02 (Dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização do procedimento licitatório.

11.2.1.4.1.2. A vistoria técnica será agendada pelo telefone 44 3232-7651, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

11.2.1.4.1.3. Caso decline da visita técnica, a licitante deverá apresentar declaração de conhecimento dos serviços (Atestado de Desistência de Visita Técnica), devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299º do Código Penal, esclarecendo que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, na qual se compromete a acatar todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica e/ou financeira, caso venha a ser vencedora no presente certame. A inexistência de Atestado de Visita Técnica e simultaneamente da Declaração de Desistência de Visita Técnica implicará na inabilitação da licitante.

11.2.1.4.2. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade junto ao CREA,



CAU, CRQ e/ou CRBio.

11.2.1.4.3. A Proponente deverá indicar Responsável Técnico pela execução do serviço.

11.2.1.4.4. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade do Responsável Técnico indicado junto ao CREA, CAU, CRQ e/ ou CRBio.

11.2.1.4.5. A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade técnico-profissional do responsável técnico indicado arrolado na Matriz de competências para resíduos sólidos junto CREA, CAU, CRQ e/ ou CRBio com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado em 01 (Um) dos Conselhos de Classe acima referidos, com atribuições inerentes ao objeto desta licitação, acompanhados das devidas Certidões de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

11.2.1.4.6. A Proponente deverá apresentar Comprovação de Capacidade Técnica Operacional, através de no mínimo 01 (Um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com as atividades inerentes aos objetos do presente procedimento licitatório, regularmente, emitidos pelo Conselho de Classe competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade técnica e operacional, equivalente ou superior.

11.2.1.4.6.1. A comprovação na execução dos serviços em quantidade igual ou superior à 50% da quantidade anual.

11.2.1.4.6.2. Será admitida a somatória de atestados para atingir a quantidade exigida.

11.2.1.4.7. A Proponente deverá apresentar vínculo empregatício com o responsável técnico indicado, por meio de 01 (Um) dos instrumentos a seguir: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou Cópia de contrato de prestação de serviços entre Proponente e responsável técnico; ou Declaração de contratação futura, desde que acompanhada por declaração de anuência do responsável técnico indicado pela Proponente.

11.2.1.4.8. A Proponente deverá apresentar Licença Ambiental de Operação para Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Classe IIA), ou Licença Ambiental Simplificada emitida IAT (Instituto Água e Terra) do Estado do Paraná.

11.2.1.4.9. A Proponente deverá apresentar Declaração, que possui corpo de funcionários treinado e com registro de acordo com a legislação trabalhista vigente.

11.2.1.4.10. A Proponente deverá apresentar Declaração que possui em vigência: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

11.2.1.4.11. A Proponente deverá apresentar comprovação do devido registro junto no



Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

11.2.1.4.12. A Proponente deverá apresentar relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos, por Lote, adequados para a realização dos serviços, em conformidade ao conteúdo exigido em Termo de Referência e Edital.

11.2.1.4.13. Caso a Proponente venha a ser julgada Adjudicatária do objeto deste certame, anterior à celebração do contrato e satisfeita às condições estabelecidas neste Projeto Básico, a Adjudicatária se obriga a proceder ao registro de “Compromisso Definitivo”, em Cartório de Títulos e Documentos, nos exatos termos constantes do documento apresentado para sua habilitação.

11.2.1.4.14. A Proponente, caso venha a ser julgada Adjudicatária do objeto, deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, a qual encarregar-se-á da execução dos serviços, objeto do procedimento licitatório em questão indicando, para cada colaborador, a formação profissional, a função e o tempo de atividade na função, sendo que substituição de colaboradores no decorrer do contrato, caso a Proponente sagra-se vencedora do certame, deverá ser comunicada previamente à Contratante.

11.2.1.4.15. A Proponente deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar Comprovação de Registro junto ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) do Ministério do Trabalho, obrigatório para empresas com quantidade superior à 100 (Cem) colaboradores, quando for caso. Para demais empresas, declaração sob as penas da lei informando que está dispensada desta exigência em razão de ter quantidade de funcionários ser inferior ao exigido.

11.2.1.4.16. A Proponente deverá apresentar Planilhas de Formulação do preço final da proposta que expressem a composição dos seus custos unitários, que envolvem a execução do serviço. Recomenda-se a utilização dos modelos de planilhas anexos ao presente procedimento licitatório apresentadas com a denominação de “Modelo de Planilhas”.

11.3. Documentação complementar:

11.3.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

11.3.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1.1 O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva-PR é de R\$ 6.745.715,28 (Seis



milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quinze reais, e vinte e oito reais), com a discrepância de 40 % do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo junto ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

12.1.2 A precificação para o presente procedimento licitatório fora apurada através de fornecedores, Plataforma Banco de Preços e junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Cabe notar que, fora solicitada cotação à Empresa Transresíduos, por parte da municipalidade de Marialva – PR, entretanto a mesma manifestou-se no sentido da impossibilidade, de no momento, atender ao teor requerido, conforme conteúdo anexo ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto Processo Administrativo nº 1269/2026.

Marialva – PR, 19 de Março de 2026.

APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei nº 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as contratações públicas sejam conduzidas de forma eficiente, transparente e alinhada ao interesse público.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação, dentre eles a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações, reforçando a importância do planejamento.

O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar detalhadamente a necessidade da Administração Municipal e identificar, no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando que, a municipalidade de Marialva – PR não dispõe de recursos humanos e logísticos para prover as devidas coletas de resíduos domiciliares e seletiva, e varrições manual de vias públicas;



Considerando que, os serviços de coleta e varrição são fundamentais para assegurar as condições sanitárias nos limites geográficos do município de Marialva – PR, inclusas seus distritos e demais comunidades, preconizadas em legislação ambiental vigente, evitando assim a proliferação de insetos, roedores, e demais animais peçonhentos.

Considerando, a necessidade do correto manejo dos resíduos produzidos pelos municípios, e posterior destino final dos mesmos.

Dessa forma ao conteúdo apontado, a pretendida contratação torna-se premente para atender as exigências sanitárias vigentes, garantidas pelo devido recolhimento dos resíduos domiciliares gerados, e da correta higienização das vias públicas.

3.PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida será viabilizada com recursos financeiros alocados em dotação orçamentária mencionada no Processo Administrativo nº 1269/2026.

Cabe salientar que, em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 8.087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações para racionalizar as aquisições e demais contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantindo o alinhamento estratégico e subsidiando a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências da contratação estão descritas de forma específica no Termo de Referência, e demais atos que parametrizam a pretendida contratação.

O objeto é classificado serviço comum, não se enquadrando como bens de luxo, em atendimento ao Art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

5.ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi definida com base na programação de demanda a ser executada pela Departamento Municipal de Serviços Públicos.

6.LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para o atendimento da presente contratação, foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores especializados no ramo, bem como pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), notando dessa forma potenciais empresas instaladas com as capacidades técnica e operacional para atender os serviços pretendidos.

7.ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados em conformidade com o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021,



valendo-se de propostas de fornecedores e de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O valor máximo estimado para a contratação, com base nas quantidades estimadas, é de R\$ 6.745.715,28 (Seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quinze reais, e vinte e oito centavos), conforme Demonstrativo de Formulação de Preços anexo ao Processo Administrativo nº 1269/2026.

8.DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação em análise tem por objetivo possibilitar os serviços de coletas de resíduos sólidos domiciliares e coleta seletiva de matérias recicláveis, e varrição das vias públicas desta municipalidade de Marialva – PR, mantendo assim a devida higienização, em conformidade ao teor preconizado na legislação ambiental vigente.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM O TODO

A contratação pretendida visa sanar a demanda pelas coletas de resíduos sólidos domiciliares e seletiva de materiais recicláveis, e varrição de vias públicas, onde a Contratada, com a estrutura adequada, proverá, de forma integral, as exigências municipais quanto aos serviços necessários para a manutenção da adequada pertinente à limpeza pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICABILIDADE DO INCISO I, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Cabe ressaltar que, a não reserva de cota, conforme o disposto no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, aferirá ao município de Marialva – PR a possibilidade de beneficiar-se de economia em escala, onde face a quantidade a ser contratada, o ente poderá obter vantajosidade econômica na contratação.

10.PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

11.IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não possui impactos ambientais relevantes, destacando-se apenas a necessidade de correto manejo, coleta e destinação dos resíduos gerados para a devida execução contratual, de acordo com a legislação ambiental vigente.

12.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante manifesta-se pela viabilidade dos serviços pretendidos, os quais mostram-se essenciais para o seguimento no processo de higienização de fossas sépticas e bueiros em uso na municipalidade de Marialva – PR.



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



12.ANÁLISE DE RISCO

Os riscos envolvidos para a presente contratação encontram-se devidamente mitigados junto ao instrumento de Termo de Referência.

Proc. Administrativo 22- 1.269/2026

De: Marcos S. - SADM - DCL

Para: SADM - Secretaria de Administração - A/C Thiago S.

Data: 28/04/2026 às 13:53:21

Segue edital retificado para assinatura.

—
Marcos Dias Dos Santos
Pregoeiro

Anexos:

Edital_Pregao_Retificado.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thiago Yudi Sakata	28/04/2026 14:12:58	1Doc	THIAGO YUDI SAKATA CPF 048.XXX.XXX-42

Para verificar as assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **ACDC-5BF2-A0BB-3C82**